

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
TERRITÓRIO – PPGSAT
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES**

Sônia Sousa Almeida Rodrigues

DEMOCRATIZAÇÃO OU ELITIZAÇÃO?

**Um estudo sobre o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio
Integrado ao Técnico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
Campus Januária**

Montes Claros, agosto de 2018

DEMOCRATIZAÇÃO OU ELITIZAÇÃO?

Um estudo sobre o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Januária

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG associado à Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica M. Teixeira Amorim

Montes Claros, 31 de agosto de 2018

Rodrigues, Sônia Sousa Almeida.

R696d
2018

Democratização ou Elitização? Um estudo sobre o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Januária /Sônia Sousa Almeida Rodrigues. Montes Claros, 2018.

126 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Daniel Coelho de Oliveira

Coorientadora: Prof.^a Mônica Maria Teixeira Amorim.

Banca examinadora: Prof.^a Ilva Ruas Abreu, Prof. Edson Oliveira Neves.

Inclui referências: f. 101-106.

1. Educação Profissional. 2. Institutos Federais 3. Ensino Médio Integrado. I. Oliveira, Daniel Coelho de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 37

Sônia Sousa Almeida Rodrigues

DEMOCRATIZAÇÃO OU ELITIZAÇÃO?

**Um estudo sobre o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio
Integrado ao Técnico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
Campus Januária**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente
e Território, como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Linha de pesquisa: Território/Políticas Públicas

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Ilva Ruas Abreu
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof. Dr. Edson Oliveira Neves
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG

Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof.^a Dr.^a Mônica Maria Teixeira Amorim (Coorientadora)
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Montes Claros, 31 de agosto de 2018

Dedico este trabalho aos meus filhos
Lucas e Júlia e ao meu esposo Luís.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pois, o que seria de mim sem a fé que tenho Nele.

Agradeço aos meus pais que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Aos meus irmãos pelo incentivo e orações, principalmente nos momentos de tribulação.

Sou grata ao meu esposo Luís e aos meus filhos, Lucas e Júlia, que por várias vezes foram privados do meu convívio, mas que, pelo amor incondicional que nutrimos uns pelos outros, nos fez mais fortes e unidos.

Também são merecedores dos meus agradecimentos os professores e orientadores Dr. Daniel Coelho de Oliveira e Dr.^a Mônica M. Teixeira Amorim. Agradeço-os pela compreensão, incentivo, inspiração e ensinamentos para o amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta pesquisa. Nossa relação foi além de mestres e discípula, vocês foram meu suporte e minha força que, com paciência e o dom da docência, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

À todos os professores do PPGSAT que contribuíram para minha evolução acadêmica, em especial à professora *Bárbara Ide* que me fez ter a certeza de que estou na profissão certa. Seu amor pela docência transcende suas ações e palavras contagiando a todos que tem o privilégio de ouvi-la.

Aos professores da Banca Examinadora, Dr.^a Ilva Ruas Abreu e Dr. Edson Oliveira Neves, que prontamente aceitaram o nosso convite e participaram deste momento importante da minha formação.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, em especial, o Campus Januária por permitirem a execução da pesquisa facilitando meu acesso aos discentes e às informações sobre a instituição, além de conceder-me o afastamento para dedicação ao mestrado.

Aos colegas de sala agradeço a força e a parceria constantes que não me deixaram desistir do meu objetivo de me tornar uma mestra. Em especial, agradeço à Edna pela amizade, carinho, companheirismo e cumplicidade. Vivemos muitas experiências e descobertas nesse período que levaremos para sempre em nossos corações.

Aos meus amigos que, por inúmeras vezes nesses dois anos, assumiram a função de “mãetorista” dos meus filhos na minha ausência. Minha gratidão pelo apoio, incentivo diário, carinho e atenção, tanto comigo quanto com os meus.

Por fim, quero registrar que foi um caminho tortuoso, de cascalhos e pedregulhos, mas, que cheguei ao destino que tanto almejei. Posso dizer que meu sentimento pode ser expressado pelo trecho da música *Trem Bala* da Ana Vilela: “Não é sobre chegar ao topo do mundo e saber que venceu. É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu.”

Este mestrado foi um divisor de águas em minha vida.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

A rede federal de educação profissional e tecnológica registra, na história brasileira recente, um cenário de expansão e de reordenamento mediante a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), propostos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 2007 (Decreto Nº 6.095/2007). Os IFs foram organizados com o propósito de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, especialmente o nível médio. Na acepção do MEC, diferente das tendências que orientavam o ensino profissional com foco na preparação de técnicos para o mercado, a organização desses Institutos encaminha-se para a formação de profissionais para o mundo do trabalho e assenta-se em um projeto de inclusão social de setores historicamente excluídos no país. O presente estudo tencionou analisar o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Januária de modo a contribuir com o debate acerca do projeto de inclusão social definido para os IFs. Para o alcance do objetivo proposto optou-se, como metodologia, pela pesquisa exploratória e descritiva e realizou-se um estudo de caso. O estudo contemplou a análise qualitativa e quantitativa dos dados. Como procedimentos de coleta utilizou-se de questionários eletrônicos, que foram aplicados para 188 estudantes, e de análise documental. Os resultados alcançados permitiram evidenciar que o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG – Campus Januária é caracterizado por aqueles que procuram por um ensino público, gratuito, de qualidade e que, na maioria, são oriundos de família de baixa renda.

Palavras-chave: Educação Profissional; Institutos Federais; Ensino Médio Integrado; Perfil de estudantes.

ABSTRACT

The federal network of professional and technological education registers, in recent Brazilian history, a scenario of expansion and reordering by the Organization of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs), proposed by the Ministry of Education and Culture (MEC) in 2007 (Decree N^o 6,095/2007). The IFs were organized with the purpose to offer vocational and technology education at all levels and modalities, especially the average level. Within the meaning of the MEC, different from the trends that guided the professional education with a focus on technical preparation for the market, the Organization of these Institutes is heading for the training of professionals for the world of work and is based on a project of social inclusion of historically excluded sectors in the country. The present study intended to analyze the profile of students entering the high school Integrated Federal Institute of North of Minas Gerais (IFNMG) – Januária Campus in order to contribute to the debate about social inclusion project set to the IFs. To achieve the objective proposed methodology chosen, for exploratory research and descriptive and a case study. The study included qualitative and quantitative analysis of the data. Collection procedures used electronic questionnaires, which were applied for 188 students, and documentary analysis. The results obtained allowed to show that the profile of students entering high school integrated IFNMG – Campus Januária is characterized by those looking for a free, public education, and that mostly come from low income family.

Keywords: Professional Education; Federal Institutes; Integrated High School; Profile of students.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Da Rede Federal de Ensino Profissional à criação dos IFs.....	51
Figura 2 -	Unidades do IFNMG.....	77
Figura 3 -	Grau de Instrução do chefe de família, segundo o IBGE.....	83
Figura 4 -	Classes sociais por salário mínimo.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos mais procurados, no ensino técnico de nível médio.....	59
Tabela 2 - Forma de ingresso no IFNMG Campus Januária.....	81
Tabela 3 - Município antes de ingressar no IFNMG.....	82
Tabela 4 - Inscritos – Processo Seletivo 2014.....	89
Tabela 5 - Inscritos – Processo Seletivo 2015.....	89
Tabela 6 - Inscritos – Processo Seletivo 2018.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Curso Técnico Integrado no IFNMG Januária.....	73
Gráfico 2 -	Idade dos Estudantes.....	78
Gráfico 3 -	Gênero dos Estudantes.....	79
Gráfico 4 -	Etnia dos Estudantes.....	80
Gráfico 5 -	Escolarização concluída pelo pai.....	83
Gráfico 6 -	Escolarização concluída pela mãe.....	84
Gráfico 7 -	Renda familiar.....	85
Gráfico 8 -	Participação em Programas Sociais.....	86
Gráfico 9 -	Principal razão para ter escolhido o IFNMG Camus Januária.....	87
Gráfico 10 -	Principal motivo para ter escolhido o curso técnico.....	88
Gráfico 11 -	Principal razão para cursar o Ensino Médio na Modalidade Integrada.....	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET -	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFETs-	Centros Federais de Educação e Tecnologia
CRFB -	Constituição da República Federativa do Brasil
IE -	Instituição(ões) de Ensino
IF -	Instituto Federal
IFs -	Institutos Federais
IFNMG -	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
LDBEN -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
PROEP-	Programa de Expansão da Educação Profissional
RFEP -	Rede Federal de Educação Profissional
SETEC -	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TA-	Técnico em Agropecuária
TI-	Técnico em Informática
TMA-	Técnico em Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS CONCEPÇÕES	22
1.1 Teoria do Capital Humano.....	23
1.2 Educação e Cidadania.....	31
1.3 Políticas Públicas Educacionais.....	35
CAPÍTULO 2 – OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O PERFIL DE SEUS INGRESSANTES	
2.1 Da criação da Rede Federal de Educação Profissional (RFEP) aos Institutos Federais de Educação (IFs).....	40
2.2 Políticas de Acesso ao Ensino nos Institutos Federais de Educação....	52
2.3 A oferta de ensino técnico de nível médio nos Institutos Federais de Educação.....	56
2.4 Perfil dos ingressantes dos Institutos Federais de Educação ao longo de sua história.....	61
2.5 Motivações para a escolha dos IFs, pelos estudantes, como instituição de ensino: o que apontam os estudos.....	65
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA	
3.1 Tipo de Pesquisa.....	67
3.1.1 Quanto a abordagem.....	67
3.1.2 Quanto aos fins.....	68
3.1.3 Quanto aos meios.....	68
3.1.4 Quanto ao extrato temporal	70
3.1.5 Coleta dos dados.....	70
3.1.6 Lócus da pesquisa.....	73
3.2 Análise e discussão dos resultados.....	78
3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa – Idade, gênero, etnia e religião.....	78
3.2.2 Perfil familiar: escolaridade dos pais, moradia e renda familiar	82

3.2.3 Ingresso no IFNMG.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	109

INTRODUÇÃO

No capitalismo, a educação, seja ela profissional ou propedêutica¹, é vista com o objetivo de formar um(a) futuro(a) trabalhador(a) e este, para a cidadania. Deste modo, é preciso subsidiar condições ao indivíduo para sua entrada na vida social, política e no mercado de trabalho. Sobre isso, tem-se como fundamentação a citação de Evangelista (2009, p. 13), ao afirmar que “no mundo globalizado, onde mercado e trabalho regem a sociedade, encontramos suporte (...) nas políticas públicas educacionais” em busca de um desenvolvimento econômico.

Considerando o exposto por Evangelista (2009), nota-se que a educação prepara o estudante para todos os segmentos da vida, independente de classe social, raça, credo, religião. Situação essa a ser analisada no IFNMG de Januária, local onde será realizado este estudo. O acesso à educação é um direito, garantido por lei, de todo cidadão brasileiro. Entende-se por Educação todo o processo de aprendizagem ou de entendimento das relações que o indivíduo desenvolve ao longo de sua vida, seja na sala de aula de uma instituição de ensino, seja no convívio familiar, religioso, profissional ou no cotidiano (BRASIL, Lei 9.394/96, art. 1).

De acordo com Zitkoski, Genro e Caregnato (2015), para se falar em acesso à educação é preciso abordar sobre a democratização da educação, pois esta se baseia na liberdade, igualdade e fraternidade, embora sejam ideais que devem se ajustar às diretrizes do capitalismo. Democratizar a educação é proporcionar ao sujeito a produção cultural, social e política, porém, não é somente assegurar o acesso às instituições de ensino ou aumentar o número de vagas e sim, garantir que jovens de classes populares possam receber uma educação de qualidade e de fácil acesso nestas instituições (ZITKOSKI, GENRO e CAREGNATO, 2015).

¹ Propedêutica é uma palavra de origem grega que se refere ao ensino. Pode ser um curso ou parte de um curso de introdução de disciplinas nas áreas de artes, ciências, educação e outras. Pode ser entendida como um curso introdutório que supre a necessidade básica de conhecimento em um assunto, mas não dá capacidades profissionais. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-e-propedeutica/51484> Acesso: 10/06/2018.

Neste contexto, o presente trabalho versará sobre o Ensino Técnico de Nível Médio, ressaltando os propósitos da Lei 9.394/96 denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): o desenvolvimento pleno² do indivíduo; a preparação para o desenvolvimento e o exercício da cidadania; e, a qualificação para o trabalho profissional.

Deve-se enfatizar que o foco deste trabalho está voltado para o Ensino Técnico Integrado³ da Rede Federal. Para tanto, é necessário explicar sobre como se deu a educação profissional integrada ao ensino médio. Sobre isso, Manfredi (2002) sinaliza que no Século XX, a educação no Brasil passou por mudanças, instituindo o Ensino Médio no sistema educacional brasileiro, voltado para atender ao sistema capitalista. Conforme a autora, por ser um instrumento de produção e reprodução do conhecimento, a educação é dada para fazer compreender as relações presentes entre o sistema capitalista e o Ensino Médio.

Já no começo do Século XXI, a educação se volta para um contexto focado na formação profissional do sujeito, de modo a prepará-lo para o futuro. Preparar para o futuro é o mesmo que desenvolver no sujeito, competências generalistas e flexíveis de modo que ele se adapte às imprevisões do mundo contemporâneo (CIAVATTA e RAMOS, 2011).

No Brasil, a história da educação profissional foi marcada por legislações que geraram discussões acerca da relação educação e trabalho no país. A última alteração feita se deu no ano de 2008 pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida Lei foi criada para instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (NASCIMENTO, 2017).

² Entende-se por desenvolvimento pleno do indivíduo quando este atinge o nível superior da educação, ou seja, passa por todos os estágios da educação estipulados pela LDB/96. (BRASIL, LEI 9.394/96)

³ Esta modalidade é oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental e ainda não tenha cursado o Ensino Médio. Na forma integrada, o aluno, com apenas uma matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado de modo a reunir os conhecimentos do Ensino Médio às competências da Educação Profissional (IFNMG, 2018, sl). Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/processos-seletivos-antigos/16504-1-processo-seletivo-2018>. Acesso: 21/08/2018

Foi após o ano de 2008 que as reformas do ensino brasileiro foram desencadeadas (NASCIMENTO, 2017), e, em se tratando da formação da classe trabalhadora, devemos nos fundamentar na Lei nº 9.394/96, art. 35, parágrafo 2º, onde está determinado que o aluno, depois da preparação básica para a cidadania e trabalho, como futuro trabalhador, deverá “[...] continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.” (BRASIL, 1996, s.l).

A educação técnica, desde então, foi destinada “aos “desfavorecidos pela sorte”, com caráter moralista – de redução da vadiagem ou assistencialista –, ou economicista, destinada a prover sobrevivência (...)” (PAIXÃO, 2013, p. 221). Porém, Soares (1999, p. 2) salienta que, ao longo dos anos, após passarem por diversas reformas educacionais, as Escolas Técnicas “passaram a atender principalmente à classe média”. Essa afirmação nos instiga a pensar a realidade do IFNMG Campus Januária, mais especificamente, o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Técnico Integrado ao Médio.

Motivações que levaram a realização da pesquisa

Tendo por base o contexto apresentado e a experiência vivenciada pela pesquisadora em sua atuação como docente de disciplinas técnicas no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária, buscou-se realizar o presente estudo. Era comum, no seu dia a dia da sala de aula, se deparar com comentários do tipo: “estou aqui apenas com interesse pelo ensino propedêutico, mesmo sendo obrigado a cursar as disciplinas técnicas.” “Escolhi o IFNMG Campus Januária por ofertar uma educação reconhecidamente de qualidade além de ser gratuita.” Comentários estes, que suscitaram os seguintes questionamentos: Qual o perfil dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária? Por que estes estudantes escolheram o IFNMG Campus Januária como instituição a ser frequentada? Por que optaram pela modalidade integrada?

Para analisar o perfil dos estudantes, inicialmente, se fez necessário repensar sobre o conceito de perfil. O perfil de uma pessoa é constituído por variáveis que o caracterizam e o compõem, tais como idade, classe social e local de residência, por

exemplo. No caso de estudante do ensino médio profissionalizante, as variáveis que compõem o perfil envolvem, além das citadas acima, a motivação, os cursos escolhidos, a necessidade de ingressar rápido no mercado de trabalho e a renda familiar (BERNARDIM, 2014).

Somado a isso, é importante levantar o debate sobre a Educação Profissional por constatar que a qualificação profissional se tornou “a palavra de ordem no campo da educação” (SOARES, 1999, p. 1). É uma alternativa para abrandar a exclusão social e o desemprego que a nossa sociedade enfrenta desde o Brasil colônia, visto que a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices que deram origem às Escolas Técnicas Federais são conquistas da luta pela democratização do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos e se tornaram um valioso patrimônio público (SOARES, 1999).

Para o estudo em questão, o campo de pesquisa é o Campus Januária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, situado na microrregião de Januária, cidade ao Norte do Estado de Minas Gerais. O IFNMG Campus Januária é uma instituição pública que oferece a modalidade de ensino em estudo (Ensino Médio integrado ao Técnico) com a prerrogativa de possuir infraestrutura adequada, profissionais de referência nas mais diversas áreas de atuação e que pertence à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com unidades distribuídas por todo o país. Tal representatividade reforça a importância deste estudo, uma vez que o repasse de verbas para os IFs é feito de acordo com as modalidades de ensino que eles ofertam, como o médio e o superior e, a cota parte do Ensino Médio é mais significativa em comparação à do Ensino Superior (valor do repasse). Isso pode ser verificado na Legislação/Decreto de Criação dos IFs. Além disso, também é preciso considerar o histórico do Campus Januária para a sua escolha neste estudo, visto que ela oferta o ensino médio integrado ao técnico desde 2004 (há 14 anos), além de ostentar o título de instituição renomada, na região em que se insere, por ofertar educação pública, gratuita e de qualidade (EVANGELISTA, 2009). O fato de a pesquisadora fazer parte do quadro docente da instituição, facilitou o acesso aos estudantes e às informações sobre a instituição, contribuindo para a realização da pesquisa.

Posto isto, foram definidos objetivos, geral e específicos, para orientar a discussão acerca do tema.

Objetivo Geral

Identificar e analisar o perfil dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária.

Objetivos Específicos

- 1) Averiguar as orientações centrais presentes nas políticas de educação profissional da Rede Federal de Ensino ao longo de sua história;
- 2) Levantar o perfil dos estudantes do Ensino Médio Integrado da Rede Federal à luz da teoria e a partir de estudos já realizados; e,
- 3) Identificar e descrever as razões das quais os estudantes da modalidade de ensino pesquisada, escolheram o IFNMG – Campus Januária como Instituição de Ensino (IE) a ser frequentada.

Procedimento Metodológico

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva na forma de um estudo de caso. As metodologias e estratégias de investigação científica são pautadas numa abordagem qualitativa, tendo como referência o paradigma interpretativo. Segundo Triviños (1992), o estudo descritivo propõe relatar com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Destarte, aplica-se claramente a presente pesquisa, cujo objetivo é a de apreender em profundidade as características de uma situação. Quanto ao exploratório, busca-se a ampliação das experiências da pesquisadora em torno de determinado problema.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 21/06/2018 e 28/06/2018, com os estudantes ingressantes (primeiro ano) dos três Cursos de Ensino Médio Integrado – Técnico em Agropecuária (TA), Técnico em Informática para Internet (TI)

e Técnico em Meio Ambiente (TMA) – do IFNMG Campus Januária. Conduzidos a um laboratório de informática com acesso à internet, 188 participantes responderam ao questionário eletrônico elaborado a partir da ferramenta Google Forms⁵.

Além da técnica supracitada, a presente pesquisa realizou o levantamento e a análise de documentos (banco de dados disponíveis no site oficial) da instituição, campo deste estudo, associados ao Ensino Técnico de nível médio.

Do ponto de vista estrutural, esta dissertação foi ordenada em Introdução; Referencial Teórico; Metodologia e Resultados da Pesquisa Empírica; e, Considerações Finais.

Na introdução, apresentou-se uma contextualização sobre a Educação Profissional e sua modalidade de nível médio integrado, o problema de pesquisa que despertou o interesse de sua realização e sua justificativa. Também foram descritos os objetivos norteadores e, de forma sucinta, os métodos e as técnicas utilizados para alcançá-los.

O referencial teórico se distribui em dois capítulos nos quais são debatidos os temas: a Educação Profissional e suas concepções e, os Marcos Históricos e Legais do Ensino Técnico no Brasil até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No terceiro capítulo, são discutidas as metodologias de pesquisa usadas na dissertação bem como sua operacionalização e apresentação dos resultados da investigação.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e o levantamento de novas questões para futuras investigações.

⁵ Ferramenta para criação de formulários e questionários de pesquisas ou de coleta de opiniões e está disponível gratuitamente, basta ter uma conta Google. O serviço pode ser acessado por plataformas como web, desktop e celular. Disponível em <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-forms.html>. Acesso em 14/08/2018.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS CONCEPÇÕES

Para discursar sobre a educação profissional, é preciso deixar clara a grande importância que a educação representa para todo cidadão. A educação é um direito necessário, essencial e fundamental a todo e qualquer indivíduo. O maior e mais importante objetivo da educação é formar o cidadão de modo que ele seja capaz de se inserir na sociedade e no mercado de trabalho (GADOTTI, 2000).

A educação é parte que compõe o processo de aprendizado, levando o homem a obtenção de maiores conhecimentos e, consecutivamente, à aquisição de direitos, o que permite evidenciar ser ela para todos, sem qualquer tipo de distinção ou exclusão (MENEZES-FILHO, 2001).

Sendo a educação um dos instrumentos mais sublime disponibilizado à sociedade, é preciso elaborar técnicas que possam espalhar essa ideia, fazendo disseminar a igualdade na busca pela integração de todos os cidadãos, mesmo que cada indivíduo possua um perfil específico que o caracterize, mas que não o deixa de ser tão importante quanto aos demais.

Assim, para analisar o perfil dos estudantes do Ensino Médio Integrado, do IFNMG Campus Januária, entendemos a necessidade, *a priori*, de situar o lugar da educação profissional na formação de jovens. Se os Institutos Federais (IFs) são apresentados como uma instituição que se assenta em uma política educacional orientada para a formação para o mundo do trabalho e a inclusão social, o alinhamento das políticas públicas educacionais também apresenta orientações de outra ordem, a saber, de uma formação estrita e aplicada, destinada à preparação de técnicos para o mercado. Em face disso, este primeiro capítulo aborda as orientações centrais presentes em políticas públicas de educação profissional focalizando a história recente, sobretudo a partir da Teoria do Capital Humano, e destacando peculiaridades voltadas ao sistema capitalista, em que a educação e o trabalho se integram na lógica do capital como uma solução para resolver questões de desemprego e, por conseguinte, de inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho. Desta forma, é perceptível que políticas educacionais se colocam como um

fundamento à formação profissional associada às demandas do mercado e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Outrossim, se pode compreender que a formação profissional dos jovens estudantes e trabalhadores encontra-se articulada a projetos baseados na racionalidade econômica e na perspectiva de atender às demandas do capital. Para melhor compreensão sobre o assunto, este capítulo também versa sobre a Teoria do Capital Humano, sobre educação e cidadania e a respeito de políticas públicas educacionais.

1.1 Teoria do Capital Humano

Para identificar e analisar o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado, o destaque dado à Teoria do Capital Humano, nesse contexto, se fundamenta pela necessidade de disseminar a importância de uma adaptação entre o sistema educacional com as mudanças sociais e tecnológicas que envolvem o mundo do trabalho, com ênfase a essa Teoria como elemento norteador das reformas educacionais.

Essa reforma do ensino médio profissional no Brasil se fez a partir de orientações de instituições multilaterais, juntamente com propostas de empresas que buscaram na Teoria do Capital Humano a base de uma educação profissionalizante para atender aos propósitos do capitalismo. Assim, a temática da educação profissional se relaciona com essa Teoria por serem elementos que compõem e dominam a sociedade. Além disso, a ideia interiorizada da Teoria do Capital Humano é mostrar a relevância em investir na educação para formar profissionais competentes (CATINI, 2016).

Diante do exposto, traçar o perfil de estudantes de ensino técnico tem sido alvo de estudos, pois as mudanças ocasionadas na educação brasileira têm refletido nas características dos discentes, principalmente pelo fato de muitos buscarem pela educação profissional para se inserirem no mercado de trabalho. Assim, a abordagem realizada sobre a Teoria do Capital Humano nesta pesquisa surge do

entendimento de que, embora haja propagação quanto à necessidade de adequação da escola às mudanças que ocorrem nos contextos culturais e tecnológicos, se pode observar que essa teoria tem sido norteadora para as reformas educacionais.

Por isso, quando se fala em educação é preciso apontar o valor que o capital humano representa para uma nação. Inicialmente, nas sociedades capitalistas mais avançadas, geralmente tem-se a educação escolar como um instrumento para manter o poder do capital. E, com base nessa afirmativa, se pode enfatizar que na sociedade capitalista, a educação está direta e indiretamente relacionada com os pressupostos capitalistas, visto que é por meio da educação que se observa a luta pelo predomínio que permita e ofereça à classe dominante, elementos para sua manutenção (MILANO, 2009).

Foi no começo da década de 1960 que surgiu, a partir de estudos de Schultz, a Teoria do Capital Humano, mostrando que o capital humano foi ferramenta fundamental para que os países em desenvolvimento destruídos na Segunda Guerra Mundial reconstruíssem suas economias em pouco tempo (MILANO, 2009).

A partir da Teoria do Capital Humano, os países passaram a investir na defesa da capacidade humana, pois observaram que este poderia resultar na aceleração e melhor desenvolvimento econômico e competitivo. Schultz (1971) *apud* Milano (2009, p. 33) destaca que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras pela qual os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”. Com base na citação apresentada, nota-se que quanto maior for o investimento no capital humano, maior poderá ser o desenvolvimento econômico do país. É um tipo de investimento que, segundo apontado por Schultz, pode proporcionar de forma significativa o crescimento de ganhos produtivos do indivíduo trabalhador e, conseqüentemente, econômicos e sociais (MILANO, 2009).

As primeiras ideias sobre esta teoria foram desenvolvidas por Adam Smith em 1776 com a publicação da sua obra “A Riqueza das Nações” e, posteriormente, esta mesma teoria também foi estudada pelo economista Alfred Marshall (1920), em seu livro titulado “Os princípios econômicos do mais valioso investimento dos capitais, os

seres humanos” (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010). Assim sendo, foram estas obras que deram a Schultz a base para desenvolver a estrutura da Teoria do Capital Humano. Sobre a teoria de Adam Smith, os autores citam:

Adam Smith já sabia da influência que a escolaridade exercia sobre o mercado de trabalho, quando afirmava que a diferença entre um filósofo e um carregador de malas parecia surgir não tanto da natureza, mas de hábitos, costumes e educação. Foi ele o introdutor da noção do ser humano como capital no seu clássico Riqueza das nações – *Wealth of nations* (1776) e, também, quem formulou as bases do que mais tarde se tornaria a ciência do capital humano (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010, p. 535).

Os autores explicam que Schultz foi o criador da expressão “Teoria do Capital Humano” e a expôs na década de 1960. Foi uma ideia inovadora em que o capital seria compreendido a partir das habilidades e aptidões individuais de cada pessoa, as quais poderiam ser características adquiridas ou naturais intrínsecas que ela absorveu ao longo dos anos. Tal fato levaria a pessoa a obter vantagens e se tornar cada vez mais produtivo.

Por outro lado, a Teoria do Capital Humano surgiu como consequência do neoliberalismo devido à crise instalada pelo modelo taylorista-fordista, redefinição das relações de trabalho e a importância e função do sistema educacional neste contexto (RUCKSTADTER, 2005). Entretanto, Ruckstadter (2005) concorda que o capital humano é um termo usado para identificar a melhoria do bem-estar da população de classe baixa, considerando a ideia de que essa é uma teoria que sugere o aperfeiçoamento das pessoas quando há investimentos adequados ao capital intelectual. Este autor ainda sinaliza que a Teoria do Capital Humano não apenas proporciona ao indivíduo o bem-estar pessoal, mas, inclusive, ser este o caminho mais recomendável e viável para o desenvolvimento do país, por isso se deve fazer investimento em capital humano. É um tipo de investimento que envolve não apenas a educação, mas também a saúde, pesquisa e treinamento, diminuindo as desigualdades sociais, como se pode observar:

O termo capital humano afirmou que a melhoria do bem-estar dos menos favorecidos não dependia da terra, das máquinas ou da energia, mas sim do conhecimento. Em verdade temos que, segundo tal teoria sugere, considerar que todas as habilidades são inatas ou adquiridas, que podem ser aperfeiçoadas por meio de investimentos apropriados ao enriquecimento do capital intelectual. Além de proporcionar o bem-estar individual, tal teoria

também afirma que esse seria o caminho para o desenvolvimento das nações: investir em capital humano. Tal investimento significa investir em saúde, educação, treinamento e pesquisa. (RUCKSTADTER, 2005, p. 4).

A ideia do neoliberalismo se volta para a questão de dominar a função social da educação com o intuito de controlar e atender adequadamente as demandas do capital. Assim sendo, para este autor, a educação é vista como elemento e função estratégica no contexto neoliberal, pois tem a finalidade de formar o trabalhador para promover o sucesso da produção, visto que “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (FRIGOTTO, 1993, p.26).

A Teoria do Capital Humano, de um modo geral, foi desenvolvida para favorecer positivamente a análise acerca da real função da educação que versa em uma perspectiva voltada aos interesses neoliberais (CABRAL, SILVA e SILVA, 2016). Isto porque apresenta implicações quanto às práticas educacionais por se consolidarem com a ideologia dominante que visa o desenvolvimento econômico, por meio de intervenções na política direcionada à formação de profissionais da área da educação com a aplicação de ferramentas em um novo cenário educacional focado em alterações de cunho social, econômico e tecnológico, tal como explicado pelos autores:

A Teoria do Capital Humano, em suas concepções gerais, favorece uma análise sobre como o papel da Educação, dentro de uma perspectiva de interesses neoliberais, traz implicações em relação às práticas educativas que consolidam a ideologia dominante para o desenvolvimento econômico e interfere na política de formação dos profissionais da educação através de diversos mecanismos dentro do novo cenário educacional, pautado nas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. Esta realidade aponta para um contexto educativo no qual se deve trabalhar a formação integral do indivíduo para novas relações com o saber, para o convívio com a diversidade (desenvolvendo competências e habilidades para o trabalho) para o respeito às diferenças e para as diversas realidades das instituições escolares (CABRAL, SILVA e SILVA, 2016, p. 35-36).

A Teoria do Capital Humano é voltada para as características do indivíduo, as quais compreendem as habilidades e as aptidões que proporcionam à pessoa conseguir renda para a sua sobrevivência, além de torná-lo mais produtivo. Visto isso, se pode evidenciar que a Teoria do Capital Humano é a integralização do

capital humano (habilidades e aptidões) com a formação educacional e profissional (ANDRADE, 2010).

O capital humano fez surgir a era do conhecimento, dando destaque ao conhecimento, às habilidades, às aptidões e ao poder lucrativo, pois o capital humano é a valorização do intelectual humano, valor de poder do desenvolvimento de uma nação. Apesar de o capital humano ser um investimento intangível, imensurável, ele pode dar retorno satisfatório, pois o indivíduo produzirá mais e melhor com a valorização desse (CANDIOTTO, 2016).

Ao se falar em capital humano, deve-se investir em educação com o objetivo de qualificar a mão de obra para que, por consequência, haja um aumento na produtividade cujos resultados serão de melhor qualidade (BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005).

Por um lado, tal valorização reflete a retomada de pressupostos da teoria do capital humano, muito em voga na década de 1960 e, por outro, a crença na capacidade crescente do setor denominado nova economia de criar postos de trabalho mais sofisticados, que requerem profissionais mais bem qualificados. [...] As premissas subjacentes à teoria do capital humano também sustentam a valorização que a qualificação profissional vem recebendo no Brasil, nos últimos anos. É enfatizada a ideia de que o investimento em educação, ao aumentar a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade e o aumento da criação de postos de trabalho de melhor qualidade, conduzindo ao crescimento econômico. A percepção de que a educação é investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é, em grande medida, um meio de produção. (BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005, p. 33).

Nesta conjuntura, pode-se entender que a valorização do capital humano como resultado da era do conhecimento leva ao sucesso, desenvolvimento e crescimento de uma nação, empresa e economia. Além disso, nota-se que o diferencial do desenvolvimento das economias não se encontra somente nas máquinas modernas e equipamentos eletrônicos de última geração utilizados no processo produtivo, mas sim no conhecimento coletivo dos indivíduos, ou seja, no capital humano.

Entretanto, para acompanhar este novo processo de desenvolvimento, no mundo onde os serviços e a criatividade são indispensáveis, o capital físico, que era

a variável-chave do crescimento econômico, agora agrega valor ao capital humano. Tal fato é representado pelo conjunto de capacitações que as pessoas adquirem por meio da educação, de programas de treinamento e da própria experiência para desenvolver seu trabalho com competência, bem como pelo desenvolvimento de várias competências do ponto de vista profissional. A partir daí, surge uma sociedade que tem por base o capital humano e que pode ser chamada de Sociedade do Conhecimento. É uma sociedade em que o investimento no capital humano pode contribuir para melhorar a capacidade de produção, gerar resultados e atender as necessidades individuais de cada pessoa e da economia do país (SAVIANI, 2000).

Conseguir definir ou explicar o Capital Humano tem sido alvo de estudos para diversos pensadores. Por exemplo, Candiotto (2016) assevera que o Capital Humano corresponde ao conjunto de conhecimentos e informações que agregam valor ao à produção, mediante a aplicação da inteligência e não do capital monetário.

A abordagem que trata do capital humano envolve algumas variáveis mais amplas do que as pessoas, inclui o conhecimento aplicado. Assim, o capital humano os conhecimentos, práticas e competência que cada indivíduo possui. Desta forma, compreende-se ser o Capital Humano, toda a capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individuais que pode e deve ser aplicado para gerar um resultado (FONTENELE, MOURA e LEOCADIO, 2011).

O foco principal da Teoria do Capital humano está voltado para a ideia de contínua aquisição de habilidades, conhecimentos e aptidões, pois, desta forma, o capital humano será cada vez mais valorizado decorrendo no crescimento da produtividade e da promoção de postos de trabalho mais qualificados (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010). Por isso, se pode afirmar que o investimento em educação contribui de forma significativa ao aumento de renda e se destaca no progresso social e no bem-estar, pois:

A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento

potencial. Conseqüentemente, o investimento em educação leva a um aumento de renda futura, além de ocupar uma posição destacada no progresso das sociedades na forma de bem-estar social e inovação tecnológica. Diversos estudos comprovaram a eficiência da escolaridade em proporcionar benefícios aos indivíduos (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010, p. 536).

Em suma, até o momento se pôde evidenciar que a Teoria do Capital Humano explica a relação da educação com o aumento da produtividade e da economia como elemento essencial de renda no mercado de trabalho.

Um padrão da Teoria do Capital Humano apontado por Stamatakis e Petrakis (2005) é a importância de os indivíduos investirem na própria educação e na busca por melhorias educacionais almejando retornos futuros, seja para maiores ganhos financeiros ou apenas para satisfação pessoal. Isto porque a educação proporciona a aquisição de habilidades cognitivas agregando maior valor para si, para o mercado, sociedade e economia. Em troca, este indivíduo seria retribuído com estabilidade, maior remuneração, prestígio, estabilidade profissional, *status*, reconhecimento, e outros.

Considerando essa abordagem, se pode entender que aumentar os níveis de Capital Humano das pessoas não resulta somente no aumento na produtividade e salários, mas, inclusive, a competitividade, o bem-estar e a vida em sociedade de um modo geral. Além disso, o aumento do Capital Humano dos indivíduos é capaz de influenciar de forma significativa e positivamente os níveis de educação, responsabilidade social e consciência social (STAMATAKIS e PETRAKIS, 2005).

O capital intelectual deve ser considerado a riqueza imensurável do ser humano, é levar para a sociedade as experiências e competências adquiridas ao longo dos anos e disseminá-las aos outros. A valorização e investimento no capital intelectual contribuem para um ponto de equilíbrio entre educação, produção, resultados e satisfação às necessidades individuais (STEWART, 1998).

Desta forma, entende-se que a nova tendência de gestão do conhecimento apresenta características marcantes, capazes de promover no ambiente interno das organizações, mercados e sociedade, cenários racionais de aproveitamento da força

de trabalho e da intelectualidade, criando oportunidades efetivas de desenvolvimento individual e corporativo. Para tanto, Stewart (1998) sinaliza ser necessária a conscientização de que o capital intelectual é compartilhado, pois as partes mais valiosas dos trabalhos tornaram-se essencialmente tarefas humanas como sentir, julgar, criar e desenvolver relacionamentos. O trabalhador do conhecimento leva as ferramentas junto a si, em seu cérebro. Na economia baseada no conhecimento, são as atividades inteligentes que agregam valor, ficando menos relevantes as atividades rotineiras e manuais.

Conforme verificado, o capital humano não é elemento aberto a negociação passível de ser adquirido no mercado, nem pode ser comprado ou vendido. Porém, o homem desenvolve o capital humano por meio de um investimento educacional em si.

A educação está diretamente associada à Teoria do Capital Humano, pois juntos, são capazes de promover não apenas o desenvolvimento econômico das pessoas, mas, conseqüentemente, atende às necessidades de todo um sistema produtivo para promover o crescimento e manutenção do capital. Somado a este exposto, o autor ainda enfatiza que o investimento em educação contribui para resolver muitos males sociais, principalmente aqueles que de fato geram a desigualdade (CANDIOTO, 2016).

Até aqui, discutimos acerca da educação, seja ela propedêutica ou profissional, e sua estreita relação com a Teoria do Capital Humano, destacando que a competitividade tem sido a palavra de ordem, fazendo com que a educação escolar seja o pilar para a formação de profissionais preparados para disputarem uma posição no mercado de trabalho e que coloquem as empresas à frente dos concorrentes. Desta forma, entende-se que a educação profissional tem sido, de alguma forma, usada para servir ao capital, influenciada pelos padrões impostos pelo mercado capitalista em atendimento à produtividade e competitividade. A busca por uma formação profissional e tecnológica tem sido uma estratégia e fator de crescimento pessoal para jovens e adultos, associados com as políticas públicas – principalmente as educacionais – para a construção da cidadania e desenvolvimento

de um perfil próprio. Para melhor compreendermos a relação existente entre a educação e a cidadania, trataremos sobre esta temática no item a seguir.

1.2 Educação e Cidadania

Não se pode falar em educação profissional sem abordar sobre a cidadania, pois este é o elemento mais evidente quando se fala em movimentos sociais e reivindicação pela qualidade da educação pública. Nesse contexto, Ribeiro (2002) salienta que a educação constrói uma cidadania ativa, em que há participação efetiva da população, notando ser a educação um bem que precisa estar facilmente acessível a todas as pessoas, sem distinção de classe, cor, credo, etnia, para o exercício real dessa cidadania, tal como transcrito:

A educação é pressuposto para o alcance da cidadania burguesa, que se assenta sobre os princípios de liberdade e igualdade. Em base a estes princípios, a sociedade deveria oferecer, principalmente através da educação básica, condições igualitárias para que os indivíduos tivessem acesso ao exercício de uma cidadania ativa. Contraditando com este discurso, o Estado burguês cria artificios que inviabilizam a universalização de uma educação pública articulada aos interesses dos segmentos sociais e culturais tradicionalmente excluídos do conceito e das práticas que implicam a cidadania (RIBEIRO, 2002, p. 122).

A educação é um direito fundamental propiciador das condições do processo de inclusão na esfera pública e participação política. Desta forma, continuando o pensamento do autor, é evidenciado que o direito ao livre acesso à educação é a afirmação de ser um bem comum compartilhado entre os membros da sociedade na obtenção de um conhecimento de valor. Entretanto, caso não haja o exercício do direito à educação por parte da população será anulada a igualdade de deveres e direitos como cidadãos. Isto porque nenhum ser humano nasce conhecedor das leis, deveres e direitos aplicados à cidadania e isto pressupõe a necessidade de um longo processo de escolarização (RIBEIRO, 2002).

A respeito do acesso à educação, para todo e qualquer ser humano, representa um direito essencial e fundamental, afirmação esta, dada não aleatoriamente, e sim, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.364/96) ao estabelecer que o acesso à educação básica é um direito

de todo cidadão. Esse direito é também assegurado por outros documentos oficiais, podendo citar como exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Constituição Federal Brasileira. A finalidade primordial da educação é formar o cidadão para ser inserido no mercado de trabalho, promover sua própria subsistência na construção do ser e contribuir para o crescimento econômico da nação (GADOTTI, 2000).

A educação deve ser associada às ideias políticas e filosóficas, pois o indivíduo não chegará a ser homem se não for por meio da educação, visto que ele é um ser construído a partir do que a educação faz dele. Educação esta, que é promovida para o desempenho da razão, tendo como base a disciplina, em que o indivíduo aprende a controlar seus instintos e se tornar um ser instruído. Assim sendo, nota-se que a educação tem a finalidade de alcançar o caráter espiritual, tendo na disciplina, elemento indispensável para superar o imediatismo e o estado de natureza das necessidades dos homens (RIBEIRO, 2002).

Além de a educação ser pautada na construção e exercício da cidadania, ela também é uma forma de investimento que o homem faz em si, pois neste caso, ocorrem ganhos para a sociedade e para a nação de um modo geral. Assim sendo, ao se analisar, por exemplo, as sociedades capitalistas mais avançadas, o poder do capital é mantido pela educação escolar, sendo ela que articula os interesses capitalistas, em um espaço de luta pela igualdade (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010).

A educação não somente articula e desarticula conhecimentos em favor dos interesses dominantes, mas também os passam para o mercado e, assim sendo, “a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros” (FRIGOTTO, 2001, p. 44).

Diferente de Frigotto (2001), ao se analisar a abordagem de Cunha (1980), nota-se que para este autor, somente a educação é capaz de produzir ações e conhecimentos que capacitam o homem para a cidadania e para o trabalho. Sob esta ótica, o autor enfatiza ser a educação um dos elementos essenciais ao

desenvolvimento de renda e sua distribuição social, isto porque “a educação é reconhecida como uma variável, política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa” (CUNHA, 1980, p.16).

Assim sendo, tem-se na educação uma expectativa de que ela possa, através da preparação do indivíduo para o mercado, melhorar a distribuição de renda e promover a mobilidade social (OLIVEIRA, 1997). Na visão de Rodrigues (1987), a educação assume dois papéis a saber:

A educação assume um duplo papel: de um lado, fortalecer a acumulação do capital, formando, aperfeiçoando e reproduzindo os recursos humanos necessários ao aumento da produção e da produtividade; de outro, e como resultado dessa qualificação e formação, possibilitar aos membros da sociedade, em todos os níveis e de todas as classes, a ascensão social pela promoção pessoal e pelo aumento da renda individual através da progressão salarial, que deve estar estruturada na capacidade individual de subir a melhores condições de trabalho. Mas tal ascensão não se liga a interesses opostos aos do capital, e sim complementares. Na medida em que o indivíduo obtém melhor capacitação e maior qualificação, torna-se mais produtivo e pode, em função disso, disputar salários mais altos. Dessa forma, pela educação é que se adquirem condições ideais para o desenvolvimento tanto social quanto individual (RODRIGUES, 1987, p. 126-127).

A educação também é vista como aquela que resolve os problemas sociais e que proporciona o crescimento social por ser ela, promotora da democracia.

(...) a educação é convocada, talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos (MELLO, 1994, p. 31).

Na perspectiva da autora Kuenzer (1997), a educação tem como característica, o fato de ser uma solucionadora de problemas sociais e, por isso, a função da escola é produzir ações e valores como mediadora para satisfazer aos interesses do capital. Desta forma, nota-se que a educação na visão da autora apresenta cunho mediador da Teoria do Capital Humano, pois:

A distribuição do saber é produzido socialmente, e segundo as necessidades do capital, o que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é uma

disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital. (KUENZER, 1997, p.22).

A partir da citação acima, é possível entender que a educação, para Acácia Kuenzer (1997), é uma ferramenta que resolver problemas sociais, mas, além disso:

Uma melhor educação contribui para renda mais alta durante toda a vida e para um crescimento econômico mais robusto para o país, além de ajudar os indivíduos a fazerem escolhas mais informadas sobre fertilidade e outras questões importantes para o seu bem-estar (KUENZER, 1997, p. 2).

Por outro lado, é necessário considerar uma educação que faça as pessoas refletirem de forma crítica quanto às relações sociais, rompendo com os instrumentos de adaptação, pois “o papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes” (SAVIANI, 2000, p. 30).

Conforme apontado, é evidenciado que a educação e a cidadania juntas formam um processo individual, coletivo e participado voltado para uma reflexão e ação a respeito dos problemas vividos por cada indivíduo e sociedade em geral. A educação, como processo educativo promotor da cidadania tem o objetivo de auxiliar na formação dos sujeitos dotados de direitos e deveres, que conhecem e exercem a cidadania pautada no respeito aos outros, na democracia, no pluralismo e no uso da criatividade.

A educação deve ser sempre vista e considerada como fundamental em qualquer explanação e, por isso, se tornou necessário falar da educação para então, entrar na tratativa sobre a educação profissional. Por tanto, considerando o exposto, deve-se citar, nesse contexto, a LDB/1996, onde se lê que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

A modalidade da educação profissional, é um processo do ensino que oferece uma formação geral, caracterizado pelo cunho técnico de conhecimentos e práticas de algumas profissões (BATTISTI, 2007).

No Brasil, a educação profissional está em vigor por meio de três níveis, sendo eles, básico, técnico e tecnológico. Conforme a LDB/1996, o nível básico da educação profissional inclui os cursos voltados aos jovens e adultos trabalhadores, seja qual for a escolaridade que possuem, com a finalidade de requalificá-los. Ainda de acordo com a LDB/1996, o nível técnico da educação profissional é direcionado aos jovens e adultos em curso (concomitante) ou concluído o ensino médio (subsequente), desde que a titulação seja concedida com a conclusão da educação básica em 11 anos. A educação profissional tecnológica, por sua vez, confere ao estudante a formação superior, podendo ser certificada como graduação ou pós-graduação (LDBEN, 1996).

Por fim, nota-se que a educação profissional, devidamente legalizada pelo Ministério da Educação (MEC), tem a finalidade de promover a reconstrução de um espaço educacional voltado para a formação profissional dos estudantes e de inserir práticas inovadoras, dando uma formação técnica e tecnológica aos futuros trabalhadores brasileiros. Na tentativa de democratizar o acesso à uma educação de qualidade, Políticas Públicas Educacionais foram desenvolvidas e implementadas em todo âmbito nacional. Este tema será tratado com mais afinco no item a seguir.

1.3 Políticas Públicas Educacionais

Entende-se por políticas públicas, como a totalidade de planos, metas e ações governamentais desenvolvidas para o atendimento às necessidades e demandas sociais, proporcionando a todos os cidadãos, o bem-estar público e social (LOPES e AMARAL, 2008).

Assim como todas as áreas e esferas sociais são dotadas por políticas públicas, na área da educação não é diferente e podem ser entendidas como sendo tudo o que o é feito pelo governo para a educação. Cabe ressaltar, que o termo educação possui um conceito de grande amplitude e em se tratando das políticas públicas educacionais, estas, possuem um foco bem mais específico e direcionado

unicamente ao tratamento da educação escolar (OLIVEIRA, PIZZIO e FRANÇA, 2010).

Educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente – na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, no teatro, etc. –, resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inoculação, é educação. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas (OLIVEIRA, PIZZIO e FRANÇA, 2010, p. 4-5).

Como já mencionado, as políticas públicas educacionais defendem as diretrizes voltadas para a educação escolar, sendo essa, um sistema essencial e necessário à existência de um ambiente único, que é a escola (OLIVEIRA, PIZZIO E FRANÇA, 2010). Para estes autores, a escola é um sistema que funciona como um tipo de comunidade, pois tem a capacidade de articular as partes de um processo educacional que são os alunos, os professores, os pais, funcionários, comunidade e o Estado. Portanto, pode-se entender que as políticas públicas educacionais são sobre as decisões tomadas pelo governo com foco no ambiente escolar como sendo parte do processo ensino-aprendizagem. Tais decisões abarcam questões relacionadas ao ambiente escolar que são, dentre outros, valorização profissional, contratação de profissionais, matriz curricular, formação docente, carreira e gestão escolar.

As políticas públicas educacionais são programa de ação governamental dotadas de ideias e valores voltados especificamente ao público escolar, implementadas por meio da administração e profissionais da educação (ABREU e BERNARDO, 2014).

No Brasil, a educação profissional e tecnológica tem se caracterizado como uma das mais viáveis dimensões em relação às inter-relações que envolvem o sistema educacional e cidadania e essa é uma questão política. Desta forma, entende-se que a Política Pública Educacional é um tópico importante de ser abordado neste capítulo devido a relação direta que ele tem com a educação profissional, pois diz respeito aos objetivos estratégicos. No sistema educacional brasileiro, os objetivos estratégicos das políticas públicas educacionais precisam explorar a autonomia do sistema educativo.

Historicamente, as políticas públicas para a educação passaram por um longo processo para que elas acontecessem e, por isso, é necessário discorrer sobre sua trajetória. Esse processo atravessou anos para sua consolidação, pois no Brasil, esta ocorreu gradativamente, tendo sido acentuada pela divisão social de classes. Mas, com o passar dos anos, começava a ocorrer conflitos entre as classes sociais, resultando no encaminhamento dos problemas sociais em esfera macrossocial, passando a ser orientados pelo Estado. Como dever do Estado, a educação passou a ser tratada por meio das políticas públicas, contudo, mesmo assim, houve, a princípio, descaso do Estado, que não fez os investimentos que a Educação demandava. As políticas públicas ainda eram pouco efetivas (MATHIAS e DE PAULA, 2009). Complementando a abordagem apresentada, os autores, Oliveira, Pizzio e França (2010) afirmam:

A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a *governabilidade*. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas públicas (OLIVEIRA, PIZZIO e FRANÇA, 2010, p. 2).

O objetivo do Estado era assegurar a segurança pública, bem como a defesa externa dos cidadãos contra os ataques inimigos até 1920. Contudo, o Estado assumia outras responsabilidades decorrentes do contínuo crescimento da democracia, como o dever de proporcionar a toda a sociedade, o bem-estar e a qualidade de vida. Entretanto, para que isso fosse de fato possível, foi necessário desenvolver ações diretas em diferentes áreas como a educação, por exemplo (LOPES e AMARAL, 2008).

Seguindo essa lógica, as políticas públicas surgiram de fato nos estados nacionais, orientadas para privilegiar a discussão do encaminhamento de determinados direitos sociais, dentre os quais, o da educação (MATHIAS e DE PAULA, 2009).

As políticas públicas também são expressas por Santos (2012), que evidencia a necessidade de políticas públicas educacionais, pois a sociedade brasileira parece

não possuir capacidade para fazer as próprias exigências de maneira integral, somente por meio de solicitações aos seus representantes. São estes representantes que fazem com que o Poder Executivo atenda às necessidades da população. Além disso, as necessidades sociais geralmente são apresentadas aos representantes públicos através de sindicatos, associações, etc. Diante do contexto apresentado acima, pode-se citar Santos (2012):

As novas políticas educacionais introduzem alterações significativas nos contextos educacionais nos quais são implementadas, uma vez que propõem medidas que enfatizam a “importância” da instituição escola procurando a permanência dos estudantes nesta instituição. Ainda que a concepção de educação defendida por estas propostas não apresente alternativas de transformação da sociedade e emancipação das classes populares, observa-se que em sua implementação assumem características diversas, de acordo com as singularidades históricas dos grupos envolvidos com as mesmas. Neste sentido, percebe-se a necessidade de um aprofundamento da investigação junto a estes diferentes contextos, procurando observar a forma como, a partir das relações estabelecidas nos contextos locais, se efetivam estas políticas (SANTOS, 2012, p. 10).

Embora a sociedade brasileira seja caracterizada por grupos de diferentes idades, religiões, valores, profissões, rendas e etnias, as políticas públicas parecem não ser suficientes para satisfazer a todas as demandas e expectativas da população, visto que os recursos são escassos ou limitados. Em consequência dessa limitação, tanto os bens públicos quanto os serviços essenciais à sociedade acabam se tornando motivo de disputa. Nesse contexto, se pode observar que as políticas públicas em todas as esferas sociais surgem como resultado da demanda dos grupos sociais por exigirem o cumprimento de seus interesses (SANTOS, 2012).

Sobre os atores que constituem e fazem acontecer as políticas públicas, conforme Pires (2001), são diversos os grupos que formam o sistema político, apresentados através de lutas e reivindicações, transformadas em políticas públicas. A Política Pública é construída pela participação de toda a população sobre as decisões do local onde vive, com pode ser observado na transcrição:

A Política Pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado (OLIVEIRA, PIZZIO E FRANÇA, 2010, p. 1).

Em seu viés administrativo, as políticas públicas possuem fases distintas para o seu processo de formulação, constituído por cinco fases. A primeira é a formação da agenda, momento em que é feita a escolha das prioridades. A segunda é a formulação de políticas para a apresentação de soluções. A terceira é o processo em que ocorre a tomada de decisão, fazendo a seleção das ações. A quarta fase é da execução das ações e a quinta e última fase é o momento em que se faz a avaliação de tudo aquilo que já foi feito nas fases anteriores (OLIVEIRA, PIZZIO e FRANÇA, 2010). Nesses trâmites administrativos, as políticas públicas são estabelecidas pelo Poder Legislativo com a participação de vereadores e deputados, porém, as propostas somente se efetivam no Poder Executivo, sendo dever deste, coloca-las em prática (PIRES, 2001).

As políticas públicas são estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social. Em termos globais, integram estas políticas ligadas à saúde, educação, habitação e previdência social (ABREU e BERNARDO, 2014, p. 6)

Repensar sobre as políticas públicas educacionais em uma sociedade capitalista, demanda do entendimento de que tais políticas têm na sua construção, uma história complexa. Pode-se, portanto, afirmar que as políticas públicas surgem do núcleo de um conflito tríade econômico-político-social.

Ficou evidenciado que, ao longo dos anos, mudanças promovidas pelas políticas públicas educacionais se fizeram com a finalidade de promover a educação para a cidadania, desenvolvendo e adequando a formação escolar para as necessidades do mercado de trabalho (educação profissional). Nesse contexto, se pode situar a Teoria do Capital Humano, visto que essa é uma proposta de valorizar o homem para o trabalho. E a proposta dos Institutos Federais de Educação não é uma educação voltada unicamente para o mercado, mas sim e também para a cidadania. Diante do exposto, surge a necessidade de discorrer um capítulo específico sobre a Rede Federal de Ensino para melhor compreender seu surgimento, objetivo, e perfil de seus estudantes.

CAPÍTULO 2 – OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O PERFIL DE SEUS INGRESSANTES

2.1 Da criação da Rede Federal de Educação Profissional (RFEP) aos Institutos Federais de Educação (IFs)

As transformações na educação técnico-profissional ocorridas ao longo dos anos apresentam determinantes que não fazem parte dos sistemas educacionais brasileiros, mas possuem caráter social, político e econômico que, juntos, se combinam de várias formas e em diferentes graus de importância. Os determinantes políticos estão associados à orientação e transformações educacionais na ideia de disseminar e expandir a cobertura educativa. Esta expansão, por sua vez, é aumentar as possibilidades de escolarização e oportunização de um ensino de qualidade e ir para além de apenas o período obrigatório (CUNHA, 2000).

A profissionalização e a educação, apesar de serem termos distintos, não podem ser tratados de forma individual no contexto deste trabalho pelo fato de ambos serem fundamentais para a produtividade do ponto de vista capitalista. Embora pareça ser mais fácil administrar profissionalização e educação separadamente, juntos, permitem aos atores envolvidos no sistema educacional, contribuir e estimular o desenvolvimento das capacitações e qualificações técnicas especializada dos estudantes, de um modo geral. Desta forma, o aluno será preparado para atender aos anseios da sociedade e da economia, através da educação profissionalizante (CIAVATTA e RAMOS, 2011).

Sobre a educação profissionalizante no Brasil, se pode observar uma dualidade entre o ensino médio e a educação profissional, surgida das próprias raízes sociais advinda de uma sociedade com estrutura secular em que o capitalismo busca na educação, os profissionais para mover a economia. Esta é uma maneira de aceitar a realidade e fazer com que a educação e a profissionalização façam sempre parte das políticas públicas e sociais, tendo a educação como uma totalidade das melhores condições educacionais e onde as

escolas sejam cada vez mais valorizadas tanto como parte do processo educacional quanto profissional (CIAVATTA e RAMOS, 2011).

Em relação ao ensino médio e a educação profissional, esta dualidade se faz presente na vida do homem, historicamente, desde a época da Colônia. Tal fato pode ser justificado ao se pensar na reprodução das relações existentes de desigualdade social, na separação da educação geral, a forma de preparação para ingresso nos cursos superiores e, por outro lado, a rápida e imediata preparação do aluno para o mercado de trabalho para atender à demanda produtiva (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001).

É preciso estabelecer que educação e trabalho se dão simultaneamente e em uma dupla perspectiva, pois, o trabalho possui sentido ontológico, ou seja, de atividade laboral essencial e criativa à vida humana e parte das relações capitalistas. E, junto, tem-se a educação, necessária à condição e formação humana, a partir de valores, ética e cultura, em modos pragmáticos para atender aos interesses e valores do mercado onde as regras são ditadas pela produção capitalista. Desta forma, nota-se a necessidade de escolas que oferecessem ensino médio profissionalizante (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001).

A respeito da história do surgimento da Rede Federal de Ensino Profissional, ela teve início em 23 de setembro do ano de 1909, quando Nilo Peçanha, então Presidente da República, determinou a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices. Estas mesmas 19 escolas passaram a funcionar como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) (TURMENA E AZEVEDO, 2017). Sobre o exposto, Fernandes (2009) enfatiza:

Com a criação das 19 Escolas de Aprendizizes Artífices nos diversos Estados da Federação, em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº. 7.566, cria a Rede Federal de Educação Profissional no Brasil. (FERNANDES, 2009, p. 5).

De um modo geral, pode-se salientar que no Brasil, a formação para o trabalho parecia ter sido um fator muito adotado pela classe dirigente para conter a desordem social. Contudo, se pode compreender que, na verdade, não se podia

falar de fato em desordem social, mas, sim, em uma transição social dinâmica, moldada pela mobilização classista, processo de urbanização e mobilização popular na busca por condições de vida e trabalho com mais qualidade (TURMENA e AZEVEDO, 2017).

Ainda de acordo com os autores supracitados, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi feita pelo Estado Brasileiro com a finalidade de atender às necessidades das classes proletárias de modo com que eles pudessem garantir a própria sobrevivência. Estas escolas eram direcionadas às classes dos desfavorecidos financeiramente, tal como consta no Decreto nº 7.566/1909, quando na criação dessas escolas.

Tal como aponta Biagini (2011):

Cabe lembrar que a economia predominante era agrária de exportação, sendo assim, não havia demanda por mão de obra qualificada, mas sim, como relatado anteriormente, necessidades inseridas nas matrizes políticas e sociais, visando à inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho. A marca da educação para a profissionalização deste estrato da população tornou-se a panaceia das desigualdades da estrutura social, podendo, por conseguinte, ser concebida como a educação da pobreza (BIAGINI, 2011, p. 2).

Complementando, Mota (2017) pondera que as Escolas de Aprendizes Artífices ofertavam de forma gratuita o ensino profissional primário, com a finalidade de qualificar os filhos dos menos favorecidos economicamente, preparando-os técnica e intelectualmente, afastando-os dos vícios e do crime.

As Escolas de Aprendizes e Artífices foram distribuídas uma em cada capital federativa. Tal fato permitiu evidenciar que essas Escolas, dentre suas propostas, era qualificar a mão de obra na tentativa de alcançar o controle social. Essa busca se voltava ao atendimento aos filhos das classes proletárias, aos jovens em situação de risco social e demais indivíduos que apresentavam potencial para se envolverem em hábitos prejudiciais à sociedade e a si próprios (FERNANDES, 2009).

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices teve sua origem pautada em um mecanismo político de governo, de caráter moral-assistencialista. Estes autores

ainda salientam que a educação profissional e tecnológica ora proporcionada possui papel de grande importância no enfrentamento das dificuldades econômicas vivenciadas no Brasil. Isto porque, somente a partir de 1930 que se pode dizer que a economia do país vivenciou significativas mudanças no seu âmbito econômico, passando de agroexportadora para a atividade industrial. A partir de então, dá-se início ao capitalismo industrial brasileiro com forte apoio estatal (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017).

Decorrente desse processo de transição de um Brasil agroexportador para o capitalismo industrial, as escolas públicas profissionalizantes foram se mostrando cada vez mais interessante ao capital industrial, pois contribuíram para a qualificação da mão de obra atendendo ao novo modelo de desenvolvimento. Ainda na visão desses autores, como resultado desse processo de mudança, as Escolas de Aprendizes e Artífices passam a se vincularem diretamente às políticas de desenvolvimento econômico que as consagrou como escolas de referência para a qualificação profissional, tendo função estratégica para o Brasil. Somado a isso, essas escolas ainda são usadas pelos governos capitalistas como forma de manutenção e controle social (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017).

No ano de 1910, as Escolas de Aprendizes e Artífices começaram a oferecer aos seus alunos diversos cursos de curta duração, tais como, por exemplo, mecânica, tornearia, eletricidade, oficinas de artes decorativas e carpintaria. Embora essas escolas tenham vivenciado grandes dificuldades, foi um modelo profissional que, com o passar dos anos, foi conseguindo se consolidar cada vez mais, chegando a constituir, décadas depois, a rede de escolas técnicas do Brasil (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001).

Já em 1930, havia grande preocupação por parte da indústria com a educação e formação de seus recursos humanos (funcionários), fundamentais ao processo produtivo. Mas, foi a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que se tornou possível estruturar a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico para supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices que antes eram administradas pelo Ministério da Agricultura (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001).

Essa reorganização das Escolas de Aprendizes e Artífices, contribuiu para iniciar uma época de grande e importante expansão, caracterizada por uma política voltada para a criação de tantas outras novas escolas industriais, além da inserção de novas especializações (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001).

No dia 13 de janeiro do ano de 1937, foi instituída a Lei n.º 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais e estes, por sua vez, eram voltados ao ensino profissional de todas as áreas e graus (VIEIRA e SOUZA JUNIOR, 2016).

No ano de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas. A partir de então, elas passaram a oferecer aos seus alunos, uma formação profissional no mesmo nível do ensino secundário. Foi formalizado o início do processo de vinculação entre o ensino industrial ao ensino básico brasileiro, pois, era permitido aos formados nos cursos técnicos, entrarem no ensino superior, direito este, que anteriormente não era reconhecido (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018). Sobre o exposto acima, Antunes (2018) completa:

A criação de escolas pelas indústrias concretiza-se em 1942 com a criação do Serviço de Aprendizagem dos Industriários, o SENAI (Decreto n.º 4.048/1942), e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC (Decretos-Leis n.º 8.621 e n.º 8.622, de 10 de janeiro de 1946). Com essas duas instituições, organiza-se um sistema de ensino industrial paralelo em todo país, para uma formação rápida e mínima do operariado. Essas escolas se caracterizam por propostas curriculares práticas, sendo que a preocupação com a formação propedêutica raramente apareceu. O surgimento do SENAI encerrou o ensino profissional voltado para o manufatureiro, para iniciar o período em que prevalecem os padrões de fábrica (ANTUNES, 2018, p. 57).

Retomando o raciocínio dos autores Ferreira, Andrade e Souza (2018), o período entre 1956 e 1961, foram os anos que marcaram fortemente a melhoria da relação entre Estado e Economia e, como consequência disso, surgiu no país a indústria automobilística como promissor para a indústria nacional, recebendo investimentos em diversas áreas, tais como educação e infraestrutura. Foram investimentos que focaram na formação de profissionais voltados para os objetivos de desenvolvimento do Brasil.

Os autores supracitados explicam que em 1959 começou no país o processo de transformação em autarquias, das Escolas Industriais e Técnicas. A partir de então, as instituições de ensino passaram a ter maior autonomia didática e de administração, fazendo-as passar a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. Essa transformação intensificou, progressivamente, a formação de técnicos, pois no Brasil capitalista a mão de obra se tornou elemento indispensável como contribuição na aceleração do processo de industrialização.

A respeito do exposto, se pode apontar a citação de Fernandes (2009):

Em 1959, portanto 50 anos após o seu surgimento, a rede é premiada com a transformação das instituições que naquele momento a representavam, em Escolas Técnicas Federais – autarquias com autonomia didática, administrativa e financeira, que se firmaram como referência na qualidade do ensino (FERNANDES, 2009, p. 3).

Dando sequência à cronologia da história, ao analisar o período compreendido entre os anos de 1964 a 1985, se pode observar características da modernização, a partir da estrutura produtiva do mundo capitalista. Por conseguinte, é criado no ano de 1971, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), visando manter o equilíbrio da balança comercial, o elevado nível do Produto Interno Bruto (PIB), uma melhor distribuição de renda, o combate à inflação e a erradicação da pobreza. Os programas oferecidos pelo PNDE são, entre outros, o Programa Petroquímico, o Programa de Comunicações que contribuem para a criação de cursos técnicos voltados a estas áreas (FERREIRA, ANDRADE E SOUZA, 2018).

Aproximadamente no ano de 1975, o país escolhe por promover a aceleração do crescimento econômico com a criação do 2º PNDE (1975-1979). O referido período introduziu profundas alterações na política de educação profissional brasileira, justificado, também, pelo projeto de desenvolvimento (TURMENA E AZEVEDO, 2017).

Em 1971, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), todo currículo do segundo grau passa a ser em nível técnico-profissional como resposta ao momento histórico vivenciado pela educação e economia

brasileira. Assim, surge um novo paradigma, aquele em que a prioridade é a formação técnica de alunos, em caráter de urgência (FRIGOTTO, 2001). Com isso, foram surgindo, cada vez mais, outras Escolas Técnicas Federais, de forma expressiva e com novos cursos técnicos, conforme transcrito:

No projeto do governo federal, a organização e conteúdo básico explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade – flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – sequer habilita o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

Conforme o autor acima citado, no ano de 1978, foram transformadas, nos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, três escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Tal mudança permitiu a tais instituições, o direito de atuar em um nível de maior grau da formação, passando a formar tecnólogos e engenheiros de operação.

O ano de 1980, foi caracterizado pela globalização, processo este, rapidamente intensificado em todo o mundo por meio da informática, das telecomunicações e da microeletrônica (FRIGOTTO, 2001). Como consequência da globalização, muitas foram as mudanças ocorridas, dentre elas, a aplicação da tecnologia de forma mais intensificada, a partir de uma nova configuração dos processos produtivos. A globalização introduziu a automação, a robotização e outros que promoveram mudanças significativas nos modelos de gestão.

O final dos anos de 1980 e começo de 1990, segundo Mota (2017), foi marcado pelas relações comerciais, abertura e também desregulamentação dos mercados que, devido a disparada inflacionária e consecutiva retração do crescimento econômico, aumentara-se as exigências quanto à formação de técnicos em grande escala. Também foi promulgada a Lei nº 7.044/827, de 18 de outubro de

1982, alterando a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 quanto à obrigatoriedade da profissionalização. Talvez este tenha, inclusive, influenciado, de algum modo, no quadro de retração.

Ainda em decorrência da globalização, as políticas de desenvolvimento, na grande maioria, foram condicionadas praticamente, às exigências financeiras internacionais e às medidas intervencionistas estatais. Ainda na década de 1990, já se podia observar mudanças nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Tais mudanças tinham o intuito de realizar uma reforma na grade curricular em que fossem incluídos currículos técnicos e uma nova pedagogia institucional, alinhando as ações institucionais e as políticas ao novo cenário das demandas sociais (MOTA, 2017).

Em 1995, é instituída pela Lei Federal nº 8.984, de 7 de fevereiro de 1995, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, anunciando, a partir de então, a mudança das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). O CEFET surge abrindo espaço para as escolas agrotécnicas federais fazerem parte desse processo e se integrarem a ele. Contudo, somente em 1997 que de fato, a implantação dos CEFET é efetivada (MOTA, 2017).

Em 1997 foi aprovado o Decreto nº 2.208 com a finalidade de regulamentar a redação dos artigos da nova LDB/1996 quanto à educação profissional, denominada “Reforma da Educação Profissional”. Tais alterações foram profundas e acabaram com o movimento que redirecionava as Instituições Federais, como afirma Mota (2017).

Foram retomados no ano de 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Para tanto, foi implantado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) por parte do governo, após assinatura de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017).

O governo federal, em 2003, editou medidas inovadoras para a educação profissional e tecnológica no Brasil, por meio da substituição do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Este Decreto coloca fim aos problemas estabelecidos pelas limitações na organização estrutural curricular e pedagógica, bem como na oferta dos cursos técnicos (SILVA, CAMINHA E MAGALHÃES, 2017).

Seguindo a sequência dos fatos narrados pelos autores Silva, Caminha e Magalhães (2017), a rede federal de educação tecnológica, no ano de 2004, ganha maior autonomia para desenvolver e implantar cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Conforme os mesmos autores, por outro lado, foram autorizadas às escolas agrotécnicas federais oferecerem cursos superiores de tecnologia no mesmo nível de graduação. Esta foi mais uma característica dessas instituições, ou seja, buscar oferecer de forma verticalizada, o ensino de qualidade em todos os níveis de educação.

A partir de 2003, essas instituições federais, historicamente criadas para oferecer aos jovens menos favorecidos uma educação profissional de qualidade e com foco no desenvolvimento econômico, se depararam com uma política de governo: a responsabilidade social como principal elemento das ações dessas instituições. A partir de então, nota-se uma mudança ideológica em que a trajetória das instituições federais, de um modo geral, era, inicialmente, para promover o desenvolvimento econômico da nação, agora passa a ser movido pelo fazer pedagógico voltado para a qualidade social (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017).

É importante comentar que ao serem criadas, as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica não apresentavam qualquer normativa a respeito de se priorizar a qualidade social. Porém, devido a potencialidade que essas instituições apresentavam, o governo federal decidiu adotar como estratégia a aplicação da responsabilidade social, por meio de um fazer entre a capacidade e qualidade de trabalho proporcionados pelas Instituições, e, a rede de formação com a qualidade social. O autor sinaliza que estas instituições, a partir do que foi exposto, passaram a apresentar um trabalho mais contributivo, relacionado diretamente com

desenvolvimento local e regional, visando a melhoria do padrão de vida de toda a população envolvida. (MACHADO, 2001)

Ao longo dos anos, o que se nota é uma grande expansão da educação profissional e tecnológica, permitindo-a se integrar à agenda pública. A agenda pública demanda da participação do Estado para efetivar as políticas educacionais no âmbito escolar e profissional. Além disso, também assume o objetivo da educação que é a afirmação de um projeto social que consolide a inclusão social de forma emancipatória (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018).

Fica claro, que a participação do governo federal para expandir a oferta pública da educação profissional e tecnológica brasileira de qualidade em todo o Brasil, vai de encontro com ações de desenvolvimento territorial sustentável. Somado a isso, essas instituições ainda são orientadas a formar, de forma integral, cidadãos-trabalhadores emancipados (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018).

Diante do contexto, entende-se que a decisão em aumentar a quantidade de escolas federais de educação profissional e tecnológica é com a finalidade de promover o crescimento e melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo a alcançar alunos de todas as partes do Brasil.

A expansão dessas escolas federais se deu, inicialmente, em 2006. A finalidade foi implantar em vários estados brasileiros, escolas federais de formação profissional e tecnológica, priorizando, aqueles que ainda não tinham essas instituições e em periferias de capitais e municípios de interiores, longes dos grandes centros urbanos. Essa proposta se voltava na oferta de cursos articulados conforme as potencialidades do local para a geração de trabalho (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018).

Já em 2007, houve a segunda fase da expansão das escolas federais com o tema “Uma escola técnica em cada cidade polo do país”, o qual estava proposta a implantação de aproximadamente outras 150 novas unidades de ensino. Assim, tem-se projetado em todo o território nacional, uma grande rede federal de educação

tecnológica que, ao alcançar seu funcionamento completo, atenda 500 mil estudantes até 2010.

Nota-se, pelo exposto acima, que ao se determinar as cidades polo para realizar a distribuição territorial, busca-se o equilíbrio das novas unidades criadas, atendendo o máximo de mesorregiões possíveis, colocando-as em sintonia com os objetivos culturais e sociais. Esta foi uma forma de reafirmar o comprometimento entre desenvolvimento social e a educação profissional e tecnológica.

Ao se levar em consideração o grande crescimento da quantidade de instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo território brasileiro, juntamente às novas possibilidades de atuação e propostas político-pedagógicas, se nota características de cunho social. Tal fato fez emergir a necessidade de uma nova institucionalidade (CAMARGO e VILLELA, 2010).

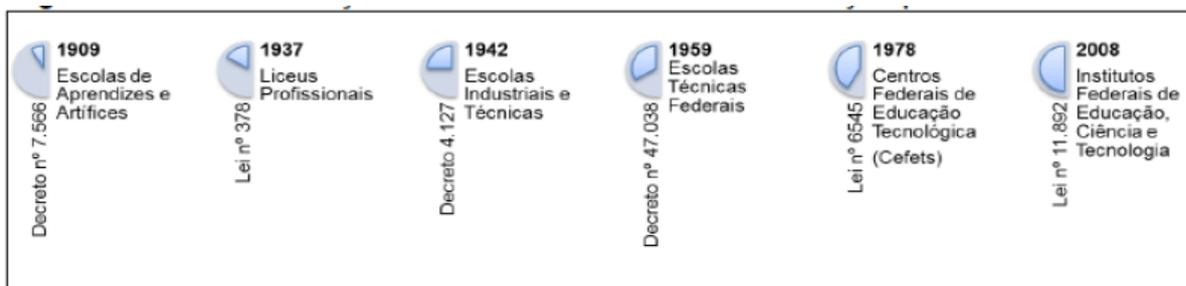
Como consequência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia significa, de um modo geral, a concretização de um novo projeto voltado para uma educação profissional e tecnológica para a sociedade. Desta forma, se pode afirmar que os Institutos Federais estão baseados em uma ação integrada e articulada com o trabalho e o desenvolvimento da região (CAMARGO E VILLELA, 2010).

Posto isso, no dia 29 de dezembro de 2008 houve a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ofertando a todo o território nacional, uma proposta voltada para a formação profissional de caráter inovador e estruturante, com atuação expressiva tanto nas capitais brasileiras quanto no interior (CAMARGO E VILLELA, 2010). Conforme é reforçado por Antunes (2018):

Desde sua implementação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) passaram a contar com um aporte de recursos de Assistência Estudantil diretamente em cada matriz orçamentária, cuja gestão do recurso é autônoma, podendo ser regulamentada de forma individualizada em cada instituição, visando garantir o benefício aos estudantes (ANTUNES, 2018, p. 24).

Para ilustrar a linha do tempo dos IF, Antunes (2018) propõe a seguinte Figura 1:

Figura 1 – Da Rede Federal de Ensino Profissional à criação dos IFs



Fonte: Antunes, 2018, p. 23.

Os IFs são resultado de uma longa trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que começou no ano de 1909. De um modo geral, se pode compreender que, da educação básica à pós-graduação, as características apresentadas pelos institutos federais têm o foco na formação de profissionais capacitados para ingressarem no mundo do trabalho e preparados para apresentarem inovações em serviços, produtos e processos.

Pode-se observar, a partir da contextualização apresentada que desde o início dos conhecimentos acerca da educação brasileira, observa-se significativa preocupação em relação à capacitação profissional dos alunos, pois, em um país em desenvolvimento se torna elemento fundamental e dever da escola. Destaca-se, ainda que, de um modo geral, entende-se ser a educação profissionalizante um tipo de modalidade integrante do ensino geral da educação básica. Essa modalidade profissionalizante é ofertada dentro da educação básica, por meio de Cursos Técnicos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, dentre outros (CUNHA, 2000). Contudo, ainda há que se falar sobre as políticas de acesso ao ensino nestas instituições.

2.2 Políticas de Acesso ao Ensino nos Institutos Federais De Educação

Ao se falar em políticas de acesso ao ensino nos IFs, esta abordagem leva à análise de que a perspectiva da educação brasileira precisa ser capaz de desenvolver e criar os meios necessários a uma aprendizagem contínua e permanente, que proporcionar ao aluno, sem dificuldades, uma formação continuada, considerando ser este, parte da construção da cidadania. Desta forma, é oferecida pela educação geral, as bases necessárias para manter sempre aprendendo durante muitos anos da vida. Esse acesso à educação é fundamental para o desenvolvimento humano, das aptidões e capacidades que permitem enfrentar situações diversas, buscando aplicar a teoria e a prática juntas, otimizando a vivência da educação e a preparação profissionalizante (VIEIRA e SOUZA JUNIOR, 2016).

Sobre as políticas de acesso, inicialmente, Mota (2017) destaca que, embora o Brasil tenha Legislações que defendem o acesso à educação pública de qualidade para todos, parece ser uma ideia ainda inalcançada. Tal fato se justifica porque, muitos estudantes, mesmo matriculados em uma escola, continuam sem receber uma educação democrática, de qualidade, participativa, efetiva e autônoma.

Apenas democratizar o acesso à educação não é suficiente, sendo preciso, na verdade, que sejam proporcionadas condições objetivas de modo que esses estudantes possam desenvolver as capacidades necessárias para a vida e o trabalho. Destarte, como um direito universal que é, a educação deve possibilitar a todos os indivíduos, ações libertárias e com mais criticidade para transformar a sociedade. Contudo, essa ideia parece se perder diante da dinâmica do capitalismo, pois, a estrutura da política educacional segue em direção da manutenção do sistema capitalista e isso faz com que a função emancipatória da educação fique cada vez mais distante da realidade (MOTA, 2017). Este é um discurso que se pode observar, mesmo que haja a busca pela ampliação do acesso à educação, bem como maiores oportunidades de profissionalização. Corroborando com Mota (2017), Almeida (2011) comenta:

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história (ALMEIDA, 2011, p.12).

Os IFs se direcionam para a valorização tanto da educação quanto das instituições públicas, fatores estes, presentes nas políticas públicas e tratados como prioridade para se construir uma nação democrática. Tal fato pressupõe que as políticas públicas são direcionadas para combater as desigualdades estruturais. Por isso, é fundamental que sejam considerados bem público, todos os IFs e, desta forma, devem ser em favor da sociedade como ferramenta de transformação social (FERNANDES, 2009). Sobre a estrutura dos IFs, o autor ainda cita:

A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, determina no *caput* dos seus artigos 9º e 11, respectivamente, que cada Instituto Federal é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores e que os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores (FERNANDES, 2009, p. 4).

Os IFs são federais não somente no seu nome, nem tampouco, como um tipo expressivo de presença em território brasileiro. Os IFs são órgãos mantidos pelo orçamento público central, mas, contudo, embora o financiamento e a manutenção desses institutos por meio de fonte orçamentária pública, ainda apresenta uma condição indispensável. Por isso, a política pública nesse contexto, deve se firmar no compromisso de agir como um todo considerando seu caráter de promover a igualdade na diversidade e continuar articulada às demais políticas (FERRARI, 2015).

Sobre o exposto por Ferrari (2015), Antunes (2018) completa, ao explicar que:

As condições de acesso e permanência no ensino médio, técnico e superior são impactadas pela flagrante desigualdade socioeconômica do país, especialmente àqueles excluídos historicamente, sendo necessária a criação de políticas públicas compensatórias a fim de combater as desigualdades. Políticas públicas são os processos pelos quais os diversos grupos da sociedade tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa sociedade, resultantes da atividade política e de ações estratégicas,

e convertem-se em algo a ser compartilhado em uma política comum (ANTUNES, 2018, p. 22).

Os Institutos Federais, como política pública que são, têm função de agentes colaboradores em relação à estrutura das políticas públicas educacionais brasileiras. Desta forma, os IFs auxiliam na interação mais direta com o poder público e comunidades locais com o intuito de ofertar ensino de qualidade. Considerando o exposto, os autores ainda enfatizam que o dever de cada IF é se dotar de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do seu próprio trabalho (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018). Cabe a cada IF, a adoção da junção entre educação e trabalho como fundamento educativo, levando em consideração o elemento mais importante neste conjunto, que é o jovem, um sujeito de direitos, da *práxis* e um ser político. Assim, é parte da Instituição Federal, proporcionar a subsistência e demais esferas da vida por meio da educação e trabalho, comum e de direito a todos os cidadãos.

A partir da criação dos IFs, foi desenvolvido pelo governo federal, instrumentos com foco na democratização do acesso a educação profissional de qualidade por meio de um sistema nacional. Para tanto, o governo federal verticalizou a oferta de ensino em todos os níveis de educação e nos demais programas que contribuam para a permanência do estudante na instituição de ensino. Foi uma maneira encontrada pelo governo federal de garantir com que todos tenham o direito de receber educação e de aprender conforme suas aptidões e sua própria vontade (FERREIRA, ANDRADE e SOUZA, 2018).

Até o momento, se pode enfatizar que os IFs, do ponto de vista político, significam uma superação aos contrapontos impostos aos indivíduos que desejam um ensino profissionalizante de qualidade. É necessário que seja instituída uma política pública efetiva que de fato contribua para a concretização de uma educação favorável a toda a nação.

Estabelecer os IFs como política pública é o mesmo que trabalhar com ações voltadas para a superação de uma subordinação praticamente absoluta ao poder econômico e propor uma equidade com as demais esferas da sociedade e poder público. Isto se faz pela necessidade em construir um projeto mais expansivo para a

educação pública, fundamentadas na singularidade e em uma educação profissional, social e tecnológica de qualidade. Desta forma, os IFs visam unificar os valores, diversidade sociocultural e princípios que estejam em consonância com a busca de uma educação profissional e tecnológica que esteja baseada nos valores universais do homem. Este é um dos fatores que justificam a necessidade de os IFs garantirem a arte e a cultura aos seus alunos (TURMENA e AZEVEDO, 2017).

Constata-se que os IFs devem garantir a inextinguibilidade das ações de incorporar setores sociais na educação brasileira, legitimando e justificando a natureza pública que apresenta, oferecendo uma educação profissional e tecnológica de qualidade como mecanismo que construa e resgate a cidadania e a transformação social.

Mesmo sendo evidenciada a grande diversidade dos cursos oferecidos pelos IFs e a ampliação do acesso à educação profissional no Brasil, ainda se pode verificar a diferença na tratativa quando à estrutura educacional destinada à classe mais favorecida economicamente, com aquela ofertada à classe trabalhadora (MOTA, 2017).

Notadamente, são muitas as políticas de acesso aos IFs, como apontado por Fernandes (2009), Almeida (2011), e outros. Ao analisar tais políticas de acesso à estas instituições federais todas elas, bem como as diretrizes voltadas para esta finalidade, estão relacionadas entre si em favor de uma educação profissionalizante que se concretize. Para que isso ocorra, é necessário acabar com o analfabetismo, oportunizar a todos, de forma igualitária, o acesso e permanência na escola; eliminar as desigualdades sociais e os conceitos negativos sobre a educação profissionalizante. Desta forma, acredita-se ser possível promover a cidadania com fundamento na educação e no trabalho (GRIEBELER, PASINI e MEDEIROS, 2012).

Além do exposto, as políticas públicas de acesso aos IFs contribuem de forma positiva e significativa para a promoção e efetivação de uma educação profissional de qualidade e consecutiva melhoria da qualidade da educação (GRIEBELER, PASINI e MEDEIROS, 2012).

É preciso ainda observar que estas políticas de acesso às IFs tratadas por diversos autores, como Ferrari (2015), Vieira e Souza Junior (2016), Mota (2017) e Ferreira, Andrade e Souza (2018) mostraram ser elemento auxiliar na efetivação de uma formação fundada em valores éticos e morais, base de toda a sociedade, além de serem essas políticas, as responsáveis por fazer cumprir o princípio de uma gestão democrática em uma educação pública e aplicação de recursos públicos que favorecem o processo educacional que garanta o atendimento a todos os sujeitos, sem distinção.

2.3 A oferta de ensino técnico de nível médio nos Institutos Federais de Educação

O ensino técnico de nível médio ofertado pelos IFs é, para muitas comunidades, uma grande fonte de esperança e expectativa que deve ser vista como uma educação profissional de qualidade em que o indivíduo é qualificado ou habilitado para exercer uma atividade profissional. Trata-se de uma qualificação complementar da educação geral, mas garante as competências que foram construídas ao longo da educação geral (RAMOS, 2011).

No Brasil, o ensino técnico de nível médio confere aos estudantes habilitação profissional e possui um caráter profissionalizante que visa proporcionar ao estudante uma rápida integração no mercado de trabalho. Essa modalidade de ensino equivale a uma formação de nível do ensino secundário (WINCKLER e SANTAGADA, 2012).

É preciso reconhecer que a educação geral é o início de uma educação profissional e de qualidade, pois é ela que possibilita ao indivíduo a busca e criação de novas informações, como fazer uso correto delas e saber resolver problemas concretos. Além disso, a preparação para o trabalho é parte da educação geral, pois, juntos, educação e trabalho que constituem o exercício da cidadania. Não obstante, é a educação geral o pilar para a construção de competências que, futuramente, se tornam competências, habilidades, qualificação e outros de cada pessoa, ao longo da vida. A educação para a vida e para o trabalho é a mesma que

permite ao homem alcançar seus principais objetivos, sejam eles a cidadania, desenvolvimento profissional, pessoal ou outro. O que se nota, é uma educação que prepara o aluno para a cidadania e para o mundo da produção por meio de uma educação profissional (QUEVEDO, 2016).

Sobre isso, se pode observar, por meio do Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004, onde se lê:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

Ao analisar o Decreto acima, nota-se que ele prevê uma junção entre os ensinos médio e o técnico de nível médio, articulando-os com as áreas profissionalizantes, em que, juntos, dão oportunidades aos estudantes de cursá-los simultaneamente. O estudante, além de receber o seu certificado de conclusão do ensino médio, recebe também, ou é habilitado para a área técnica de sua escolha, oportunizando-o concorrer a uma vaga no mercado de trabalho.

Para Kuenzer (2009):

A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento da ambiguidade de um nível de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação geral e a educação profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período (KUENZER, 2009, p. 7-8).

A ideia da integração entre o ensino médio ao técnico parece ser uma proposta para tornar unificadas a educação geral com a profissional em todas as esferas, principalmente, naquelas onde se propõe qualificar o estudante para o trabalho. O ensino técnico de nível médio visa promover ações em que o aluno compreenda e considere o trabalho como um princípio educativo, seja para superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, ou para incorporar o contexto

intelectual ao trabalho produtivo (GUSMÃO, 2016). Seja qual for, a busca é pela formação de trabalhadores qualificados e preparados para atuarem como profissionais e cidadãos.

O ensino médio, embora esteja na esfera da educação geral, não será generalista e sim, dotado de um nível educativo com foco na constituição de habilidades e competências afetivas, cognitivas, sociais e profissionais. Com essa proposta, espera-se que o aluno continue estudando para se preparar cada vez mais e melhor, para o seu ingresso no mundo do trabalho (DEITOS e LARA, 2016).

A partir do contexto verificado, se pode evidenciar que o ensino Técnico de Nível Médio no Brasil é ofertado aos estudantes matriculados e/ou egresso do ensino médio. Desta forma, é feita, em caráter articulado e após o ensino médio, a conclusão do curso técnico, recebendo o diploma de nível médio, conforme a respectiva habilitação profissional. Este diploma é aceito em todo o território brasileiro.

É preciso considerar, segundo Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010) que:

O ensino médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no ensino médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa. (CIAVATTA, FRIGOTTO e RAMOS, 2010, p.44).

Quanto aos cursos técnicos de nível médio na rede pública de ensino, os mais comumente ofertados são, nesta ordem, os cursos de Informática, Administração e Pecuária. Contudo, deve ser enfatizado que é preciso ter consciência de que é necessário ampliar o nível de qualificação do ensino básico, pois este mesmo considerado ser de qualidade, não atende satisfatoriamente, alguns setores da economia (WINCKLER e SANTAGADA, 2012).

Os cursos da educação profissional técnica de nível médio mais ofertados pela rede pública (municipal, federal e estadual) no Brasil são, pela ordem: Informática, Administração e Pecuária, que, somados a mais sete cursos, representam 56,8% das 595.818 matrículas. A crescente consciência da necessidade de elevar o nível de qualificação do ensino básico e de preparo

mais direto para o mercado de trabalho, e não necessariamente nas áreas mais avançadas da economia, ficou evidente, quando bastou um crescimento econômico mais consistente para que se constatasse a fragilidade e/ou carência de mão de obra em setores tradicionais como construção civil, por exemplo (WINCKLER e SANTAGADA, 2012p. 8).

A título de exemplo, tem-se na Tabela 1 os dez cursos técnicos de nível médio mais procurados:

Tabela 1 – Cursos mais procurados, no ensino técnico de nível médio

CURSOS	MATRÍCULA	%
Informática	74.155	12,4
Administração	44.392	7,5
Agropecuária	41.057	6,9
Análises clínicas	33.453	5,6
Enfermagem	27.629	4,6
Comércio	26.960	4,5
Contabilidade	24.115	4
Mecânica	23.112	3,9
Eletrotécnica	22.298	3,7
Edificações	21.299	3,6
TOTAL	338.470	100

Fonte: Winckler e Santagada, 2012, p. 10.

O ensino técnico de nível médio, geralmente, tem como público, a maioria estudantes já com algum nível de instrução. Ele é realizado em instituições de ensino, devidamente autorizadas pelas secretarias estaduais de educação. Contudo, muitas transições têm ocorrido na esfera econômica, levando ao surgimento de diferentes fases das relações entre as políticas educacionais e o desenvolvimento capitalista, levando governo e empresários a se preocuparem a este respeito, como segue:

A educação profissional técnica, não só a de nível médio, tornou-se uma preocupação governamental, de setores empresariais e de trabalhadores nos últimos anos, devido à retomada do desenvolvimento do mercado interno. Setores empresariais, órgãos e institutos vinculados à qualificação do trabalhador e à mídia apontam “um apagão da mão de obra” e sua baixa qualificação. As carências são visíveis em áreas de engenharia ligadas à infraestrutura, na indústria da construção civil e naval, na área tecnológica de prospecção de petróleo, na agricultura empresarial, dentre outras (WINCKLER e SANTAGADA, 2012, p. 98).

O ensino técnico em nível médio tem sido otimizado pela importância que apresenta sua oferta pública, diferenciada da educação profissional e tecnológica

oferecida por meio de uma concepção de cunho funcionalista que antes, apenas atendia aos objetivos do capitalismo em relação ao interesse por mão de obra qualificada. O que se busca atualmente é um indivíduo qualificado, preparado e capacitado intelectualmente e profissionalmente para seu papel no mercado de trabalho e na sociedade (ANTUNES, 2018).

Um fato observado por Antunes (2018) foi que os IFs, em determinados períodos desde a sua criação, focaram no atendimento a diferentes orientações governamentais, juntamente com as necessidades do mercado e ao desenvolvimento industrial para promover a educação profissional e tecnológica. Contudo, outra dimensão a ser apontada nesse contexto, diz respeito à competência dessas instituições em se aterem a propostas voltadas para a sustentabilidade e inclusão social, desenvolvendo opções próprias, fundamentadas neste compromisso, estabelecidas pela não necessidade de ser igual à política de governo.

Nessa perspectiva apontada por Antunes (2018), permite-se compreender que a educação técnica de nível médio tem conquistado o reconhecimento de uma correlação de forças entre o capitalismo e o trabalho educativo como mecanismo fundamentado na política social, visando criar oportunidades às empresas e aos estudantes quanto à redistribuição de benefícios sociais na tentativa de reduzir as desigualdades.

Com base no exposto, o autor sinaliza que a educação técnica de nível médio, objetiva preparar, de um modo geral, o aluno para uma base intelectual e ao trabalho, por meio da habilitação profissional. É uma articulação proposta pela LDB/1996, artigos 36-A e 36-B, cabendo, inclusive, aos IF, atender com qualidade o público da educação, principalmente, àqueles que, por algum motivo, não conseguiram o acesso ou terminar os estudos na idade certa, tal como especifica:

A educação profissional técnica de nível médio consiste na preparação geral para o trabalho e na habilitação profissional (prepara para o exercício de profissões técnicas). É desenvolvida nas formas articulada com o ensino médio ou subsequente (cursos destinados para pessoas que já concluíram o ensino médio) (Art. 36-A e 36-B, Lei n.º 9.394/96). Também cabe aos IF atender o público da educação de jovens e adultos, ou seja, àqueles que

não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Art. 37, § 3º, Lei n.º 9.394/96; Art. 7º, inciso I, Lei n.º 11.892/2008) (ANTUNES, 2018, p. 25).

Registra-se ainda, que os IFs têm o dever, segundo sua legislação de criação, garantir a oferta mínima de 50% das vagas destinadas à educação profissional técnica de nível médio e o mínimo de 20% para licenciatura, o que permite evidenciar a prioridade na educação de nível médio (GUSMÃO, 2016).

2.4 Perfil dos ingressantes dos Institutos Federais de Educação ao longo de sua história

O perfil dos ingressantes dos IF ao longo da história mudou de forma significativa, porém, a criação desses institutos foi com foco em atender uma época em que se observava uma realidade desfavorável aos filhos dos trabalhadores. Isto porque, era necessário a eles, ainda no ensino médio, terem uma profissão para ajudar a família e a dificuldade nesse sentido, era que, naquela época, o ensino não apresentava nenhuma característica profissionalizante. Com isso, os filhos dos trabalhadores, ao tentarem ingressar no mercado de trabalho, se deparavam com o problema da elevada concorrência com outros estudantes que, por terem maiores condições financeiras, se formavam em cursos profissionalizantes e/ou até no ensino superior (GUSMÃO, 2016).

O ingresso de alunos de todas as classes deve ocorrer de forma igualitária, assegurando a todos, o mesmo acesso às competências e conhecimentos produzidos no âmbito educacional para uma participação ativa na esfera produtiva da sociedade. Desta forma, entende-se que o trabalho é um princípio educativo pelo fato de viabilizar a função dos indivíduos como sujeitos da sociedade e dos processos produtivos. É neste contexto que se faz diferenciado o perfil dos estudantes que ingressam nos IFs, pois existem aqueles que desejam se preparar para o mercado de trabalho e aqueles que desejam complementar seus estudos para se qualificarem continuamente (DEITOS e LARA, 2016).

A respeito do perfil dos ingressantes da rede federal de ensino, a criação dos IFs foi de fato para atender à população em idade escolar que vivia à margem da sociedade, ou seja, aos pobres, filhos de ex-escravos e demais indivíduos “sem valor” para as classes mais favorecidas economicamente. Assim, a rede federal de educação profissional foi uma oportunidade criada a estas pessoas permitindo-as terem uma profissão e se introduzirem no mercado de trabalho. Devido ao perfil do público a que aos IFs era destinado, a criação dessa rede de ensino era considerada ação filantrópica para a sociedade, semelhando-a a caridade que agia como instrumento de regulação social (TAVARES, 2012).

A citação de Kruger e Tambara (2007), esclarece sobre o perfil desse público:

As transformações do perfil dos estudantes da rede federal apontam que nos anos 80 (pelos motivos que competiam na época) a sociedade, ao descobrir que as escolas técnicas estavam oferecendo aos alunos um ensino secundário, público, gratuito e reconhecidamente de alta qualidade, percebe nela uma grande alternativa para seus filhos e que o perfil do aluno naquela época em geral não tinha o interesse de exercer a atividade de técnico, tendo como preocupação ingressar no Ensino Superior, usando para isso os conhecimentos adquiridos na formação de 2º Grau Técnico (KRUGER e TAMBARA, 2007, p. 2).

De fato, a rede federal era voltada para minimizar a pobreza em relação ao desemprego de indivíduos desfavorecidos financeiramente. Era visível, antes de 1909, o desequilíbrio entre os estudantes filhos de trabalhadores e do outro lado, os estudantes filhos das classes mais favorecidas (GUSMÃO, 2016). Os IFs foram criados, com foco na retomada da economia por meio da educação profissional e tecnológica a partir da formação de indivíduos, atendendo aos princípios da politecnia e ao capital (TURMENA e AZEVEDO, 2017).

Conforme os autores, foi uma forma encontrada para construir a emancipação do indivíduo considerando o mundo capitalismo. Porém, a proposta era incluir os pobres e sem sorte, de modo que pudessem tentar fazer parte de uma sociedade movida pelo capital, como segue:

Os IF não foram pensados a partir da superação de uma apropriação educacional entendida como educação profissional e tecnológica com vistas à formação do ser humano, com base nos princípios da politecnia, visando à construção da emancipação humana do jugo do capital. Infelizmente, resultou numa educação escassa, para os “pobres e desvalidos da sorte”,

para que possam tentar se incluir na perversa sociedade de classes sob os ditames do capital (TURMENA e AZEVEDO, 2017, p. 1.079).

O perfil dos ingressos na RFEP, segundo Gouveia (2017), é um dos fatores que justifica a criação dos IF no Brasil, pois, a oferta e o acesso a essas instituições foram voltados à população mais pobres da sociedade, de modo a oferecer uma educação profissional gratuita e de qualidade. Tal fato, por sua vez, se fez diante da necessidade de se haver um projeto de modernização em que se buscava a abertura de capital, sendo preciso, uma educação que pudesse atender aos interesses imediatos do capitalismo moderno. Essa abordagem do autor é melhor visualizada na seguinte transcrição:

A expansão e interiorização dos IF (...) a despeito da oferta e acesso por setores mais pobres da sociedade à educação profissional pública e gratuita, há a existência de um projeto de modernização conservadora de abertura desta modalidade de educação e seu espraiamento pelo território nacional para o atendimento dos interesses mais imediatos do capital. Não é uma concessão ou se confunde com um projeto de inserção à cidadania emancipatória, pode e deve ser compreendida diante da necessidade de formar quadros para compreender a tecnologia científica que compõe o avanço da indústria (GOUVEIA, 2017, p. 5).

A criação dos IFs, foram todos, sem exceção, uma decisão de política pública visando desenvolver instrumentos de discriminação positiva que pudessem modificar a lógica por meio do funcionamento de um processo seletivo, diversificando a forma de acesso. Foi uma proposta de cunho democrático, considerando a inclusão de indivíduos historicamente excluídos da sociedade e por instituições de ensino diversas (SANTOS e SANTOS, 2014).

Assim, as posições dos estudantes das classes mais elevadas nos processos de seleção para o ensino superior, geralmente, eram vistas como modos reguladores que excluía os mais pobres. Isto fazia com que os indivíduos que pertenciam às classes mais elevadas e realizavam cursos em excelentes escolas, certamente seriam aceitos no mercado de trabalho. Mas, por outro lado, a partir da criação dos IFs, por darem oportunidades semelhantes aos menos favorecidos economicamente, educacionalmente, e socialmente, os estudantes das classes mais baixas começaram a se sobressair (SANTOS e SANTOS, 2014).

Os Institutos Federais se mostraram uma forte e importante revolução na área da educação profissional e tecnológica, fazendo com que o perfil dos alunos pudesse ser mesclado. Somado a isso, entende-se que os IFs fazem parte de uma política educacional que oportunizou muitos alunos pertencentes à classe trabalhadora a se colocarem no mercado de trabalho, reduzindo a sua situação vulnerável e de pobreza, além de registrar a presença de estudantes oriundos da elite que, buscavam apenas o ensino considerado de qualidade que pudesse proporcionar a sua aprovação no nível superior (SANTOS e SANTOS, 2014).

Falar em traçar um perfil único que estabeleça de fato quais as características dos estudantes ingressantes nas redes federais, tem se tornado cada vez mais complexo. Tal fato se justifica pela mudança de paradigma que tem ocorrido ao longo dos anos desde a criação das Redes Federais de Ensino Profissional em 1909. Mas, de um modo geral, as redes federais são direcionadas ao público menos favorecido, que constituíam a classe trabalhadora, dotada de desvantagens acadêmica quando concorriam com outros candidatos às vagas de emprego (GUSMÃO, 2016). A este respeito, o autor afirma:

Os filhos da classe trabalhadora historicamente possuem desvantagem de bagagem acadêmica para concorrerem as vagas nas instituições que oferecem ensino de qualidade, portanto, ficam sem a habilitação profissional e também sem um ensino médio de qualidade que poderia dar condições reais de prosseguir em estudos de graduação caso desejasse, dando então continuidade no seu ciclo de ignorância e pobreza. O que lhes resta é buscar a profissionalização em cursos estritamente profissionalizante, não integrado ao ensino médio, como o técnico subsequente (GUSMÃO, 2016, p. 130-131).

Considerando a explanação feita, notou-se que o perfil dos ingressos das redes federais é caracterizado, resumidamente, como sendo filhos dos trabalhadores que necessitavam de uma profissão rapidamente e aqueles menos favorecidos, tais como pobres, negros e outros. Contudo, é um perfil que se pode observar ter mudando ao longo dos anos, observada a presença de estudantes das diversas classes sociais nas instituições federais brasileiras. Destaca-se, também, serem vários os motivos os quais os levam a escolher estudar em Institutos Federais de Educação.

2.5 Motivações para a escolha dos IF, pelos estudantes, como instituição de ensino: o que apontam os estudos

No Brasil, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições com nível de educação superior e profissional que apresentam como característica, ser pluricurricular e multicampi, oferecendo à população brasileira, uma educação profissional e tecnológica envolvendo as variadas modalidades de ensino. Nesse sentido, a oferta de diversas modalidades de ensino pode ser um dos motivadores para a escolha de uma instituição federal (TURMENA e AZEVEDO, 2017).

Outro elemento motivacional para que um indivíduo opte em estudar em um IF é o fato de que, com os cursos técnicos, ele terá maior oportunidade de entrar rapidamente no mercado de trabalho, pois, profissionalizam o indivíduo desde o ensino médio. Não somente isso, outros fatores motivacionais como, uma carga horária mais reduzida (em alguns cursos ao serem comparados com outros ofertados no mercado), os benefícios proporcionados pelo curso técnico e pelo estudante ter maior conhecimento prático na área do curso escolhido (PACHECO, 2011).

Um fator pontual que reforça a opção pelo estudo em um IF talvez seja o fato de ser uma instituição atualmente igualada a uma universidade. Os IFs têm apresentado na atualidade, um sistema de ensino que as tornam semelhante às universidades, principalmente no que tange a investimento, autonomia, dentre outros. Considerando o quesito autonomia, os IFs, por possuírem a característica multi e pluricampi, os possibilita a criar novos cursos, e se pertinente, fechar os já existentes, tudo, em conformidade com a demanda local. Além disso, também possuem autonomia para a emissão de diplomas (ANTUNES, 2018).

Além do exposto, a qualificação dos docentes que atuam nos IFs é também um aspecto relevante no momento da escolha. Geralmente, os educadores são altamente qualificados, podendo ser eles Mestres ou Doutores que, além de lecionar, também recebem incentivos para o desenvolvimento de projetos de pesquisas que envolvam os estudantes (ANTUNES, 2018).

Dentre essas vantagens já citadas, Daros (2013) complementa, o fato de formar profissionais capacitados a atuarem com competência em diferentes setores da economia, criando soluções que atendam às demandas locais, regionais e nacionais, sejam elas, para a produção, sociedade e cultura.

Os institutos federais têm a finalidade de desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando cidadãos para atuar nos diversos ramos da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Além disso, os institutos federais visam: desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo para que a criação e as adaptações de soluções técnicas e tecnológicas necessárias às demandas sociais e regionais sejam consideradas; promover a integração e a verticalização da educação básica à Educação Profissional e Educação Superior, possibilitando a otimização de quadros de pessoal e recursos de gestão; e orientar sua oferta de cursos em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (DAROS, 2013, p.37-38).

Notadamente, são muitos os aspectos motivacionais que podem levar uma pessoa a escolher os IFs como instituição de ensino a ser frequentada. Independente dos motivos, pode-se constatar que os IFs são uma alternativa que permite o acesso a um sistema de ensino fundamentado na qualidade que forme não somente um profissional, mas, inclusive, um cidadão consciente de seus direitos e deveres como um ser social. Também se volta àqueles que optam por dar sequência aos estudos, melhorando o nível da educação, se beneficiando de uma formação mais graduada formando-se para o mundo do trabalho.

3 METODOLOGIA E RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

Este capítulo está estruturado em duas partes sendo, a primeira, o detalhamento da metodologia aplicada na pesquisa; e, a segunda, a análise dos dados advindos dos questionários aplicados e análise documental (banco de dados) da instituição, campo deste estudo.

3.1 Tipo de pesquisa

3.1.1 Quanto à abordagem

Esta dissertação foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, sendo ela escolhida pelo fato de permitir que seja feita investigação de pesquisa empírica, uma vez que utiliza artifícios qualitativos com a finalidade de uma coleta sistemática de dados a respeito da população, programas, ou amostras de populações e programas (MARCONI e LAKATOS, 2010). No caso desta pesquisa, foi analisado o perfil dos estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG – Campus Januária.

A pesquisa qualitativa é descrita como sendo um método que usa como fonte de pesquisa informações diretas do ambiente natural, tendo como instrumento-chave, o próprio pesquisador (TRIVIÑOS, 1992). Os estudos qualitativos se preocupam em pesquisar e analisar o contexto empírico no seu ambiente natural, valorizando o contato direto do pesquisador com o ambiente em estudo (GODOY, 1995).

Assim sendo, as metodologias e estratégias de investigação científica são pautadas numa abordagem qualitativa, tendo como referência o paradigma interpretativo. O estudo descritivo propõe relatar com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1992). Destarte, aplica-se claramente a presente pesquisa, cujo objetivo é apreender em profundidade as características de

uma situação. Quanto ao exploratório, busca-se a ampliação das experiências da pesquisadora em torno de determinado problema.

3.1.2 Quanto aos fins

Esta dissertação adotou como método uma pesquisa descritiva e exploratória para auxiliar no alcance dos objetivos propostos. A pesquisa descritiva tem a finalidade de apresentar as características de determinada população ou fenômeno e, com elas, permitir ao pesquisador estabelecer correlações entre variáveis para o alcance do objetivo proposto (VERGARA, 2006). As pesquisas descritivas são realizadas por pesquisadores sociais, pois, normalmente, têm a pretensão em estruturar e organizar os conhecimentos obtidos para posteriormente, aplicar no futuro (GIL, 2010).

Quanto à pesquisa exploratória, esta é um método que possibilita ao pesquisador, maior contato e familiarização com o problema estudado de modo a analisá-lo mais profundamente (GIL, 2010). No caso deste estudo, os problemas de pesquisa respondidos foram: Qual o perfil dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária? Por que estes estudantes escolheram o IFNMG Campus Januária como instituição a ser frequentada? Por que optaram pela modalidade integrada?

A pesquisa exploratória como estratégia em estudo qualitativo permite o uso do questionário como instrumento para coleta de dados. Permite ainda que a coleta de dados seja feita de modo mais adequado, de acordo com a necessidade da pesquisa.

3.1.3 Quanto aos meios

Quanto aos meios, esta pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso que, permite ao pesquisador melhor entendimento sobre os fenômenos individuais, sociais e organizacionais, pois são levantadas questões que fazem

responder “como” e “por que” de determinado assunto estudado aplicado ao contexto da vida real (GODOY, 1995).

Sobre o estudo de caso, Yin (2001) explica:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais (YIN, 2001, p. 32).

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso tem sido o mais indicado para descrever determinada situação ou fenômeno, além de permitir que o caso seja desenvolvido para fins de pesquisa (BONOMA, 1985).

O estudo de caso é um conjunto de técnicas que faz uso de documentos para organizar e estruturar dados e informações de caráter unitário a respeito do objeto estudado, considerando qualquer unidade social como um todo. O método denominado estudo de caso permite ao pesquisador usar dados abstrato, não apenas sociológicos (GOOD e HATT, 1973).

Ainda sobre o estudo de caso, este é considerado uma estratégia que tem foco na compreensão da dinâmica que faz parte de uma única configuração, se utilizando da cominação de coleta de dados, como documentos de Histórico, questionários, entrevistas e outros (EISENHARDT, 1989).

Para esta dissertação, foi feita a escolha pelo estudo de caso porque permite a aplicação da pesquisa qualitativa em profundidade, caracterizado como um estudo de uma instituição, entidade, unidade social ou outro desta natureza e, neste estudo, o objeto de pesquisa é o perfil dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária.

3.1.4 Quanto ao extrato temporal

Em pesquisas de cunho científico, em algum momento, apresenta-se uma retrospectiva histórica do objeto selecionado ou um recorte temporal específico (MARCONI e LAKATOS, 2010). No presente estudo, além da retrospectiva histórica visto no capítulo anterior – “Da criação da Rede Federal de Educação Profissional aos Institutos Federais de Educação” –, definiu-se que o perfil dos estudantes, ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária a ser identificado e analisado, seria referente aos estudantes matriculados e frequentes no corrente ano de 2018.

Logo, a pesquisa foi realizada tendo como base a realidade de um grupo específico, podendo ou não indicar uma tendência. Entretanto, os resultados obtidos reafirmam o que os teóricos, utilizados na fundamentação deste trabalho, apresentam em seus estudos, atestando sua representatividade.

Para um delineamento de perfil dos atendidos pelo IFNMG Campus Januária (Ensino Médio Integrado), desde sua criação até os dias atuais, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada o que demandaria um maior tempo para sua realização. Por este trabalho fazer parte das exigências de um Programa de Mestrado, tinha-se um prazo delimitado para a realização da pesquisa. Devido os documentos possíveis e passíveis de investigação para o aprofundamento supracitado não estarem totalmente digitalizados (mas em meio físico), não foi possível fazer o levantamento e o estudo do perfil dentro do prazo determinado pelo Programa.

3.1.5 Coleta dos dados

Como técnica de coleta e análise de informações foi utilizada um instrumento metodológico capaz de enfatizar a dimensão qualitativa do objeto de estudo, a fim de valorizar a experiência humana percebida por meio da opinião dos indivíduos estudados. Elaborou-se um questionário eletrônico a partir da ferramenta disponibilizada pelo Google Drive®: Google Forms®, ou Google Formulários. Esta

ferramenta tem por característica a criação de formulários e questionários de diversos tipos e está disponível gratuitamente, basta ter uma conta Google⁶. O instrumento continha 41 questões abertas e fechadas, elencadas por eixo: Dados de Identificação; Dados familiares (Escolaridade dos pais, moradia e renda familiar); Ensino Básico; Ingresso no IFNMG Campus Januária; Uso de tecnologias digitais e Considerações Finais.

A dinâmica da pesquisa iniciou-se com o pedido de autorização, formalizado em documento próprio, para realização da pesquisa na Instituição, junto à Diretoria Geral do Campus. Esta por sua vez, encaminhou parecer favorável à Diretoria de Ensino que comunicou à Coordenação dos Cursos Técnicos de nível médio na modalidade integrada a liberação para realização da pesquisa. Como a pesquisa foi realizada durante o período letivo, a pesquisadora recebeu a orientação de que, antes de realizar a pesquisa, era necessário traçar um planejamento definindo quais seriam os melhores horários para aplicação dos questionários de forma a causar menos transtornos para os professores e alunos com a interrupção das aulas e por consequência o cumprimento da carga horária e de conteúdo. O Núcleo Pedagógico foi imprescindível para que este planejamento fosse bem desenhado e executado. Sendo assim, após acordo com os professores que estariam nas turmas nos dias e horários pré-estabelecidos, a pesquisa foi realizada.

Com a preocupação de cumprir todo um rigor metodológico, o questionário eletrônico foi testado em uma turma, de escolha aleatória, do segundo ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária. Na oportunidade, estiveram presentes 25 estudantes que voluntariamente foram conduzidos ao laboratório de informática para responderem ao pré-teste *online*. Durante a aplicação do questionário não apresentaram dificuldades significativas que justificassem alguma alteração no instrumento.

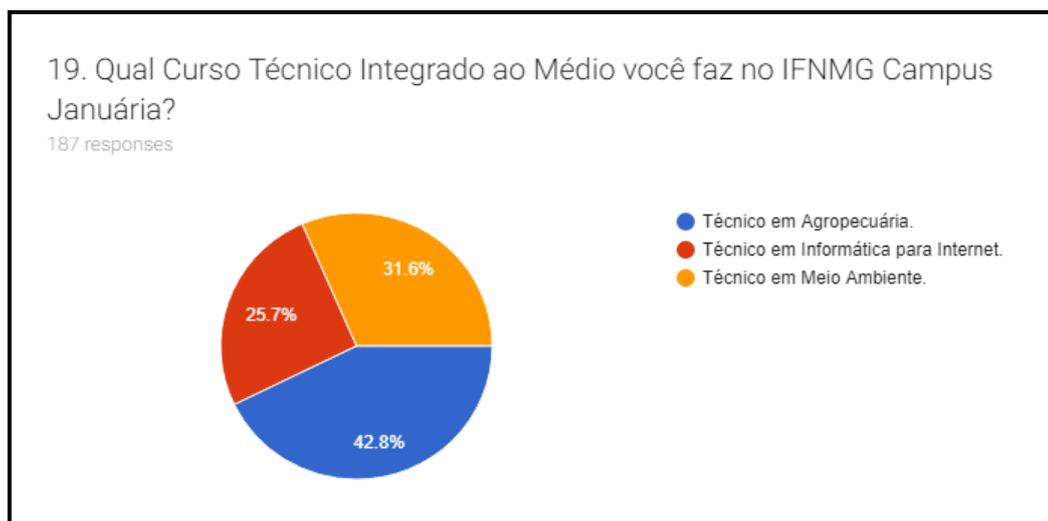
Assim sendo, a coleta de dados foi realizada entre os dias 21/06/2018 e 28/06/2018, com os estudantes ingressantes (primeiro ano) dos três Cursos de Ensino Médio Integrado – Técnico em Agropecuária (TA), Técnico em Informática

⁶ Disponível em <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-forms.html>. Acesso em 14/08/2018.

para Internet (TI) e Técnico em Meio Ambiente (TMA) – que, após apresentação da pesquisadora bem como a apresentação dos objetivos da pesquisa, foram conduzidos a um laboratório de informática com acesso à internet para responderem ao questionário eletrônico. Cabe ressaltar que toda vez que a pesquisadora cumpria as formalidades de apresentação, deixava claro que a participação dos estudantes era voluntária podendo estes desistirem da pesquisa a qualquer tempo, além da garantia do seu anonimato. Inclusive, no prelúdio do questionário, estas informações foram reforçadas. A condução dos estudantes até aos laboratórios foi feita pelos professores que estavam em aula com a turma no momento em que eram chamados a participação. Em apenas uma turma os estudantes já se encontravam no laboratório de informática devido a sua aula já está acontecendo no lá. Na maioria dos casos, esses professores permaneciam no laboratório junto com os estudantes e a pesquisadora, e eventualmente chegaram a auxiliar os estudantes na pesquisa, esclarecendo algumas dúvidas que por ventura surgiam. Tal atitude dos professores não interferiu significativamente no resultado da pesquisa, pois sempre que eram acionados, estes, recomendavam direcionar a pergunta à pesquisadora que melhor esclarecia-os.

A intenção inicial era realizar a pesquisa com o universo dos pesquisados que correspondia a 272 estudantes ingressantes (matriculados e frequentes) distribuídos em 07 turmas (03 em TA, 02 em TI e 02 em TMA) que compõem os 03 cursos supracitados. Porém, no período da aplicação, estiveram presentes 194 estudantes, do qual apenas 06 optaram por não participar (se valendo da opção do voluntariado), enquanto os demais, 188 presentes, responderam prontamente. Veja no Gráfico 1 o percentual de participação de cada curso na pesquisa:

Gráfico 1 – Curso técnico integrado no IFNMG Januária



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observando a estruturação do questionário e os levantamentos documentais da instituição, ordenou-se os dados que serão apresentados a seguir. Inicialmente, para caracterizar o lócus da pesquisa são apresentados o histórico do IFNMG Campus Januária e seu contexto na cidade de Januária. Na sequência, são apresentados os dados alusivos à identificação dos respondentes correspondendo aos sujeitos da pesquisa. Posteriormente, são exploradas as opiniões desses sujeitos.

3.1.6 Lócus da pesquisa⁷

O espaço onde se realizou este trabalho é o hoje denominado Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária, sediado na Mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais, na zona fisiográfica do Alto Médio São Francisco e mais especificamente na microrregião de Januária (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo o último Censo (2010), o município de Januária conta com uma população de 65.463 habitantes e com uma estimativa de 68.584 habitantes para o ano de 2017. Aproximadamente 63% residem na zona urbana e 37% na zona rural.

⁷ As informações sobre o histórico e caracterização do IFNMG Campus Januária foram retiradas do site oficial: INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 20 jun 2018

Em relação aos fatores econômicos, a cidade de Januária possui como principais o setor de Serviço e a Indústria seguidos pela Agropecuária (IBGE, 2017). Porém, o setor secundário, ainda é rudimentar, sendo representado pela agroindústria da cachaça e da mandioca, indústria de cerâmica e da transformação da madeira (PROJETO PEDAGÓGICO DA AGRONOMIA, 2011). O PIB (Produto Interno Bruto) do município em 2015 foi de R\$ 8.752,56 *per capita* (IBGE, 2015).

Quanto à Educação, em 2015 a cidade de Januária contava com um total de 18 escolas que ofertavam o Ensino Médio, sendo 15 na rede pública estadual, 02 escolas privadas e apenas 01 na rede federal de ensino (IBGE, 2015) que é o próprio IFNMG Campus Januária. Com isso, reafirmamos a importância desta pesquisa ao apresentarmos o IF Januária como única instituição federal de ensino pública que além de ofertar a Educação Básica de nível médio integrada à uma formação Técnica Profissional, ainda oferece a formação técnica nas modalidades subsequente (para quem já terminou o ensino médio) e concomitante (para quem cursa o ensino médio em outra instituição); e a formação de nível superior com cursos de Bacharelado, Licenciatura, de Tecnologia e pós graduação *lato sensu* (IFNMG, 2018).

De acordo com o site⁸ oficial do IFNMG, durante os anos que tem funcionado como instituição de ensino, passou por diversas mudanças que serviram para aperfeiçoar o fazer pedagógico e técnico-administrativo. Dentre tais transformações vivenciadas pelo IFNMG desde sua criação, as que podem ser consideradas de maior relevância foram as ocorridas na data de 4 de outubro do ano de 1960, oportunidade em que foi firmado convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Governo Federal para autorizar e instalar uma Escola Agrícola em Januária. No mesmo ano, em 18 de dezembro, por meio da Lei n. 3.853 foi criada a Escola Agrotécnica de Januária, no Estado de Minas Gerais, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) no dia 20 de dezembro de 1960.

Conforme Brasil (2014):

⁸ INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 20 jun 2018.

O Instituto Federal - *Campus* Januária figura entre os oito *Campus* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, este originado pela integração antigo Cefet Januária com a até então Escola Agrotécnica Federal - EAF Salinas, ambas as Escolas de origem Agrícola e vocação profissional. O IFNMG *Campus* Januária foi fundado em dezembro de 1960, quando o município de Januária, no ano do seu Centenário, fora merecidamente presenteado com uma Instituição idealizada pelo ilustre Cel. Manoel José de Almeida, humanista que tinha como propósito inicial, acolher o menor carente, ou abandonado pelos pais, ou a própria sorte, um grande legado do seu criador, para a região norte mineira (BRASIL, 2014, p. 6).

Outra mudança relevante no IFNMG *Campus* Januária foi promovida pelo Decreto Federal n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, que autorizou a ser considerado um Colégio Agrícola, subordinado ao Ministério da Agricultura. No ano de 1967, por meio do Decreto n.º 60.731, de 19 de maio, o referido Colégio Agrícola passou a ser subordinado ao Ministério da Educação e Cultura e assim é até a atualidade.

Ainda conforme o site do IFNMG (2017), no mês de maio do ano de 1964, foi dado início aos estudos na Escola, formalmente, com matrícula da primeira turma de alunos do curso agrícolas e em 1967, realizou-se a formatura destes matriculados que receberam o título de Mestres Agrícolas.

Em 1974, foi promovida grande mudança na grade curricular e calendário escolar, passando a ministrar o Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária. E, no ano de 1993, por meio da Lei n.º 8.731, de 16 de novembro, foi conferida à Escola, autonomia administrativa e didático-pedagógica por meio da autarquização. Já no ano de 1996, a Escola passou a oferecer habilitação em Processamento de Dados, com nível de Pós-Segundo grau, que depois passou a ser chamado de Técnico em Informática.

Em 1998 foi integrado na Escola a Habilitação de Técnico em Agroindústria e em 2000 Habilitação de Técnico em Enfermagem. No ano seguinte, outras duas habilitações foram implantadas, sendo elas Técnico em Administração e em Meio ambiente.

Contudo, foi a partir da data de 13 de novembro de 2002, por meio do Decreto Presidencial que a Escola passou a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET). No mesmo ano, foi conferido pela Portaria n.º 3634, de 19 de dezembro, a permissão para funcionar o primeiro Curso Superior na Instituição, sendo ele, de Tecnologia em Irrigação e Drenagem. Também, por meio do Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, a instituição pode manter a educação profissional técnica articulada ao ensino médio.

No ano de 2005, através da Resolução n.º 004 do Conselho Diretor do CEFET Januária, de 20 de setembro, foi autorizado o funcionamento de diversos outros Cursos Superiores, sendo eles de Tecnologia de Sistemas de Informação e Tecnologia em Administração.

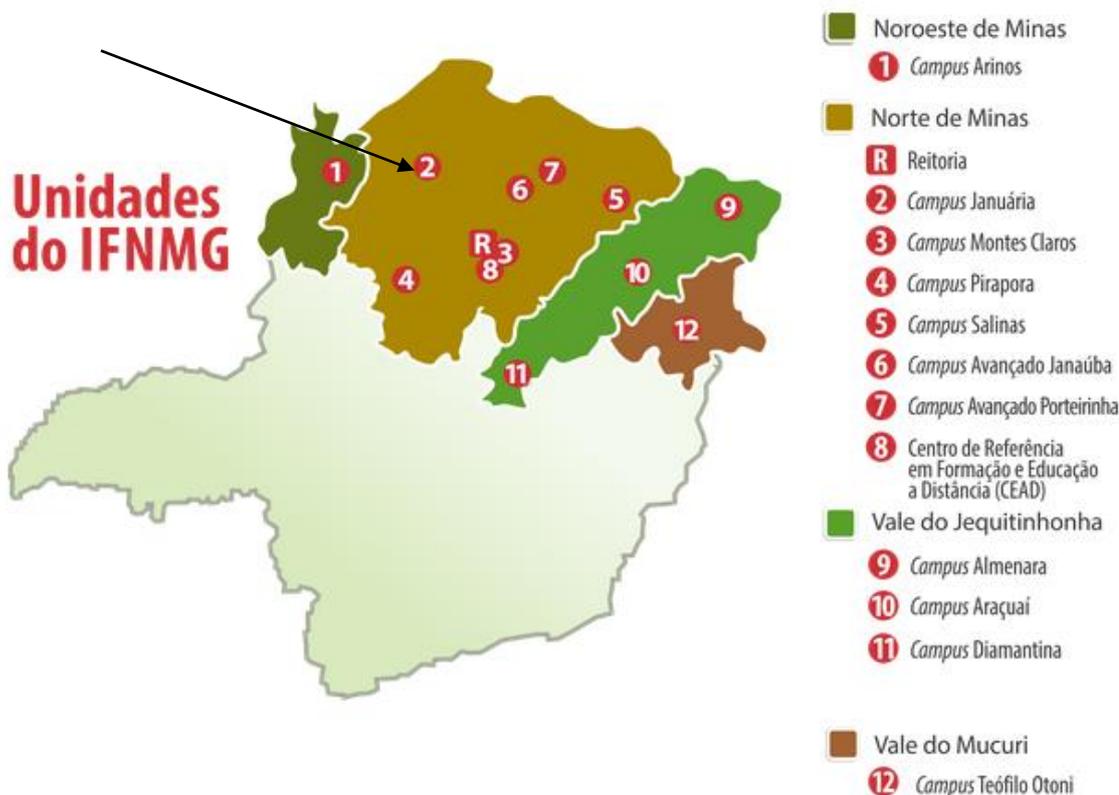
Em 2008, conforme Brasil (2014), teve o advento da Lei n. 11.892/2008, que:

Mediante mudanças de ordem legal, o *Campus* Januária, alcançando mais de meio século de história, passou por várias alterações de nomenclaturas, denominado inicialmente como Escola Agrícola de Januária, Colégio Agrícola de Januária, Escola Agrotécnica Federal de Januária, e posteriormente, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Cefet Januária, assim subscrito até o advento da lei 11.892 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente o *Campus* Januária oferece cursos de Educação profissional Técnica de Nível Médio, nas modalidades subsequente/concomitante em Enfermagem e Informática; na modalidade integrada ao Ensino Médio em Agropecuária, Informática e Meio Ambiente; e Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (BRASIL, 2014, p. 6).

Segundo o IFNMG (2017), a atual estrutura organizacional do Campus Januária é composta por Direção-Geral, Diretoria de Extensão, Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e Diretoria de Administração e Planejamento.

A Figura 2 a seguir apresenta a área de abrangência do IFNMG. A seta indica o Campus Januária, nosso campo de estudo:

Figura 2 - Unidades do IFNMG



Fonte: INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 20 jun 2018.

Cumprindo o seu papel de instituição de ensino, seus valores são fundamentados na ética, na inclusão social, na responsabilidade social, em uma gestão participativa, e na transparência. E tem por missão:

“produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso sócio econômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo” (IFNMG, 2017, s.l).

Quanto a sua visão, esta é “manter e ampliar o reconhecimento como instituição de excelência em educação profissional, científica e tecnológica na sua área de abrangência” (IFNMG, 2017, s.l).

3.2 Análise e discussão dos resultados

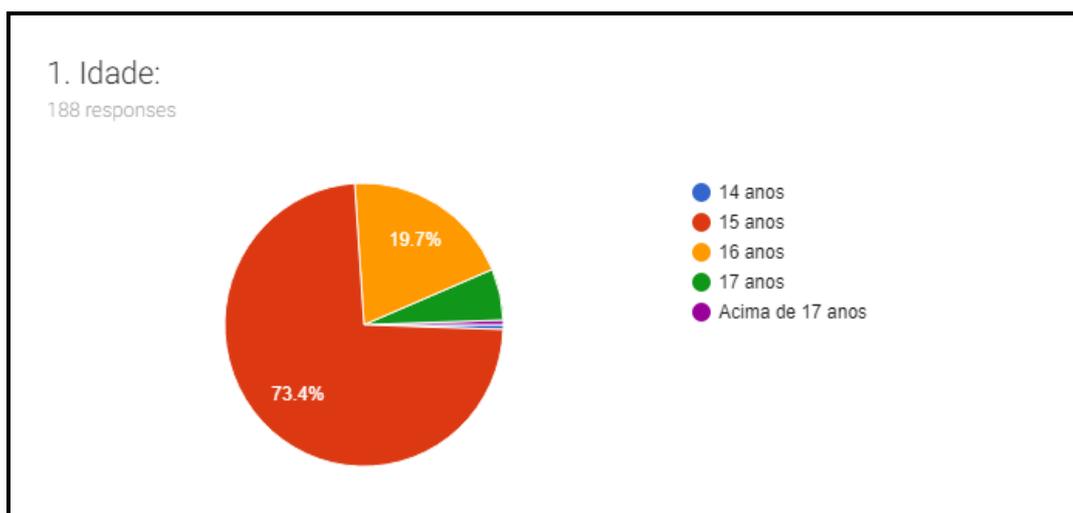
3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa – Idade, gênero, etnia e religião

As políticas públicas foram criadas, segundo Mathias e De Paula (2009) com o intuito de privilegiar determinados grupos desenvolvendo ações para a garantia de alguns direitos sociais, tal como a educação, levando em consideração o seu perfil.

Como dito inicialmente, o perfil de um indivíduo ou grupo é constituído por variáveis que o caracterizam, tais como idade, gênero, etnia, classe social, local de residência, dentre outros. Em se tratando do perfil de estudantes do ensino médio profissionalizante, Bernardim (2014) afirma que além das características já citadas, outras variáveis também compõem esse perfil: cursos escolhidos e sua motivação, e a renda familiar.

Neste contexto, para caracterizar os sujeitos que participaram da presente pesquisa, buscou-se conhecer as características dos estudantes que participaram deste estudo, conforme pode ser verificado nas ilustrações a seguir.

Gráfico 2 – Idade dos Estudantes



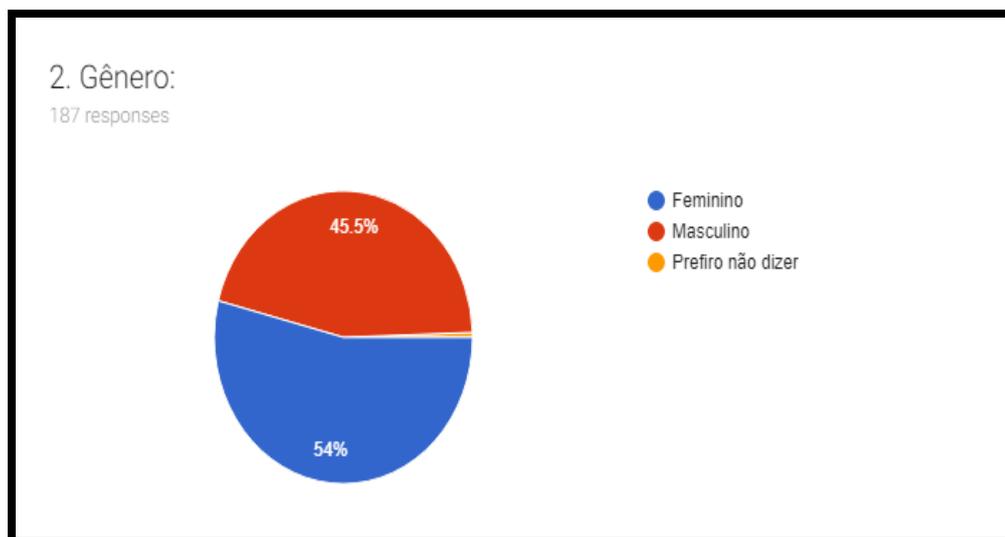
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se que a relação entre a trajetória escolar e a faixa etária dos respondentes atende ao recomendado pelo MEC (2018) no qual preconiza o ingresso de estudantes no Ensino Médio a partir dos 15 anos. Observa-se ainda que

a defasagem escolar – distorção série-idade – existe, mas, seu índice é baixo, apenas 6,4% sendo, 5,9% para os que já completaram 17 anos e 0,5% para aqueles que se enquadraram em acima de 17 anos.

O gênero faz parte da caracterização de grupos sociais como definido por Mathias e De Paula (2009). Pode ser constatado no Gráfico 3, que a maioria dos ingressantes são mulheres (54%) o que pode ser justificado pelo Censo (2010) que apresenta em seus registros uma maioria de mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos (3.535 mulheres contra 3.527 homens).

Gráfico 3 – Gênero dos Estudantes



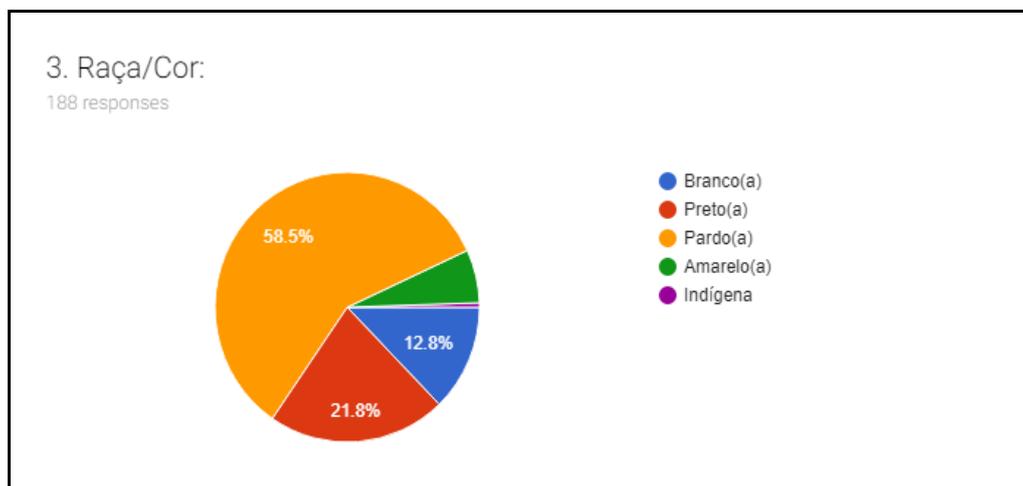
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Apesar de apresentar a opção “Prefiro não dizer”, um estudante deixou de responder esta questão.

Falando de etnia, Ribeiro (2002) explica que não é possível abordar o assunto educação profissional sem falar acerca da cidadania, por ser fator ligado diretamente aos movimentos sociais, principalmente aos que envolvem cor e raça, e, reivindicação por uma educação pública de qualidade. Assim sendo, tendo por base a abordagem de Ribeiro (2002), em relação a raça dos 188 respondentes foi possível observar ser uma amostra constituída por diversas etnias. Foi possível constatar pelo Gráfico 4 que os ingressantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico

do IFNMG Campus Januária em sua maioria (80,3%) se auto declara negro que, segundo o IBGE é um grupo constituído por declarantes pretos e pardos.

Gráfico 4 – Etnia dos Estudantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A significativa representação dos pretos e pardos é reflexo da implantação da Política de Cotas Raciais Lei n.º 12.711 de 29/08/2012, regulamentada pelo Decreto n.º 7.824 de 11/10/2012, que os Institutos Federais de Educação adotaram desde 2013 tanto para o ensino superior quanto para o ensino técnico de nível médio (LEAL e BRASIL, 2016). Esta lei foi uma tentativa de solução corretiva da disparidade entre as minorias e majorias, dando oportunidades iguais para o acesso à educação (FRASER, 2012). Tal constatação, pode ser confirmada na Tabela 2 ao apresentar a forma de ingresso dos estudantes no IFNMG Campus Januária com o estabelecimento de critérios que permitem uma maior democratização do acesso ao ensino. A distribuição de vagas são assim definidas: 50% das vagas são para ampla concorrência e obedecem à exigência de reserva de vagas aos portadores de necessidades especiais; os outros 50% são destinados aos candidatos egressos de escola pública com declaração étnico-racial sendo portadores ou não de necessidades especiais e enquadrados nas especificidades da renda *per capita*, e ainda, aos que não se auto declaram como pretos, pardos, amarelos ou indígenas e que se enquadram nas exigências da renda *per capita*. Esta forma de ingresso é uma proposta de cunho democrático, considerando a inclusão de indivíduos

historicamente excluídos da sociedade e por instituições de ensino diversas no processo seletivo (SANTOS E SANTOS, 2014)

Tabela 2 – Forma de ingresso no IFNMG Campus Januária

Ampla Concorrência	Reserva de Vagas para Portadores de Necessidades Especiais	Não responderam	Egresso de Escola Pública							
			Critério Étnico-Racial				Sem Auto Declaração			
			Renda Familiar Per Capta Menor ou Igual A 1,5 Salário Mínimo		Renda Familiar Per Capta Superior A 1,5 Salário Mínimo		Renda Familiar Per Capta Menor ou Igual A 1,5 Salário Mínimo		Renda Familiar Per Capta Superior a 1,5 Salário Mínimo	
Com Def.	Sem Def.	Com Def.	Sem Def.	Com Def.	Sem Def.	Com Def.	Sem Def.	Com Def.	Sem Def.	
86 (46%)	2 (1%)	4 (2%)	5 (3%)	39 (21%)	-	25 (13%)	2 (1%)	15 (8%)	-	10 (5%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Segundo Santos e Santos (2014), a evolução dos IF ocorreu de forma significativa, representando grande revolução na área da educação profissional e tecnológica. Isto contribuiu para que o perfil dos estudantes se tornasse cada vez mais mesclado, visando proporcionar melhorias educacionais aos excluídos e aos alunos que compõem a classe trabalhadora.

A área de abrangência do IFNMG é formada por aproximadamente 176 municípios das mesorregiões Norte – com 06 campi, 01 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CEAD) e a Reitoria –, Noroeste com a presença de um campus, Vale do Jequitinhonha – 03 campi – e Vale do Mucuri com um campus. O Campus Januária, lócus desta pesquisa, recebe estudantes de várias cidades de Minas (99% da amostra) e até de outros estados (1%). Dentre as cidades mineiras, o maior público vem de Januária (73%). Observando a tabela 03 é possível verificar que o IFNMG Campus Januária atende à demanda local, regional e nacional como previsto em sua missão:

“produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, **contribuindo para o progresso sócio econômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo**” (IFNMG, 2017, s.l, grifo nosso).

A naturalidade dos participantes da pesquisa pode ser verificada no Apêndice

B.

Tabela 3 - Município antes de ingressar no IFNMG

MINAS GERAIS		OUTROS ESTADOS	
Januária	136	Brasília (DF)	01
Itacarambi	08	Jaboticatubas (SP)	01
São Francisco	07		
Pedras de Maria da Cruz	06		
Varzelândia	05		
Bonito de Minas	03		
Cônego Marinho	03		
São João do Pacuí	03		
Juvenília	02		
Manga	02		
Montalvânia	02		
Montes Claros	02		
São João das Missões	02		
Bocaiuva	01		
Ibiracatu	01		
Lontra	01		
São João da Ponte	01		
Sete Lagoas	01		
TOTAL	186		02

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como descrito no **item 3.1.4** deste trabalho, o questionário aplicado aos estudantes que participaram da pesquisa foi estruturado em seis eixos temáticos: Dados de Identificação; Dados Familiares; Ensino Básico; Ingresso no IFNMG Campus Januária; Uso de Tecnologias Digitais e Considerações Finais. Com referência ao primeiro eixo, outros dados foram levantados, tabulados e representados graficamente, porém não foram abordados nesta etapa de análise e discussão dos resultados por julgar que são apenas informações complementares àquelas que foram analisadas até o momento. Os gráficos representativos das questões que trataram sobre os critérios utilizados pelos estudantes para a definição de sua raça/cor, religião, naturalidade e município de residência atual, estão disponíveis no Apêndice B desta dissertação e poderão servir como base para futura pesquisas.

3.2.2 Perfil familiar – escolaridade dos pais, moradia e renda familiar

Para fazer um levantamento sobre o perfil familiar foi preciso buscar fundamentação em Oliveira, Pizzio e França (2010), eles afirmam que as políticas

públicas educacionais são a favor das diretrizes protetivas à educação escolar como um sistema essencial a todos os cidadãos. É preciso uma articulação não apenas dos professores, funcionários e outros, mas também dos pais. A participação dos pais nas políticas públicas educacionais é fundamental para auxiliar nas decisões escolares e parte do processo ensino-aprendizagem.

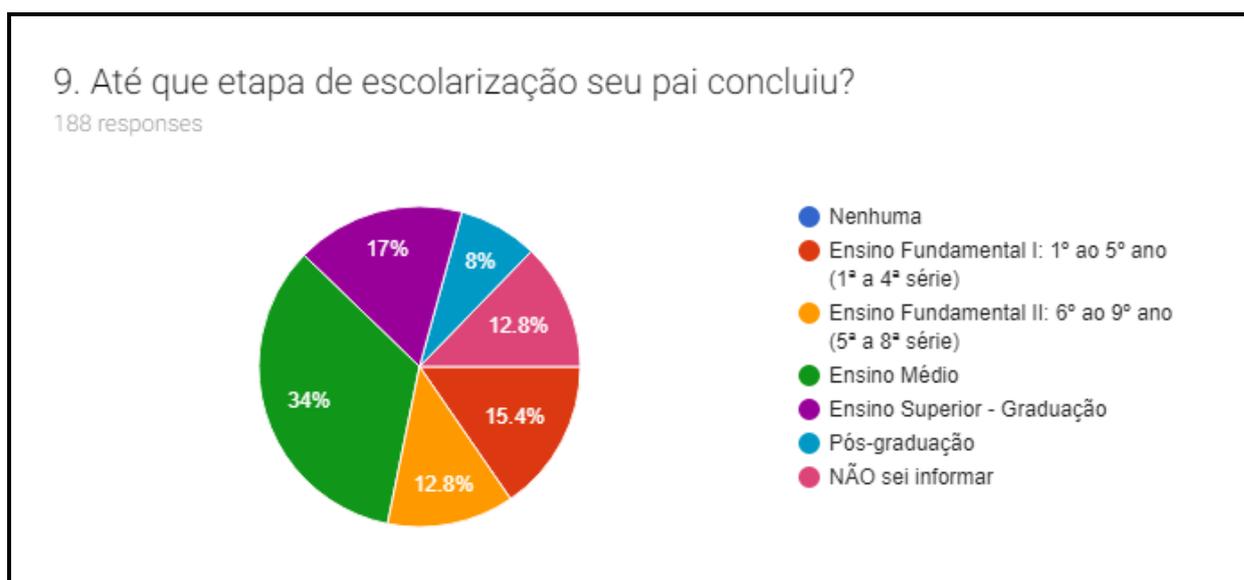
Figura 3 - Grau de Instrução do chefe de família, segundo o IBGE

Escolaridade da pessoa de referência	
Analfabeto / Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo / Médio incompleto	2
Médio completo / Superior incompleto	4
Superior completo	7

Fonte: <<http://https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/>>. Acesso: 20/07/2018

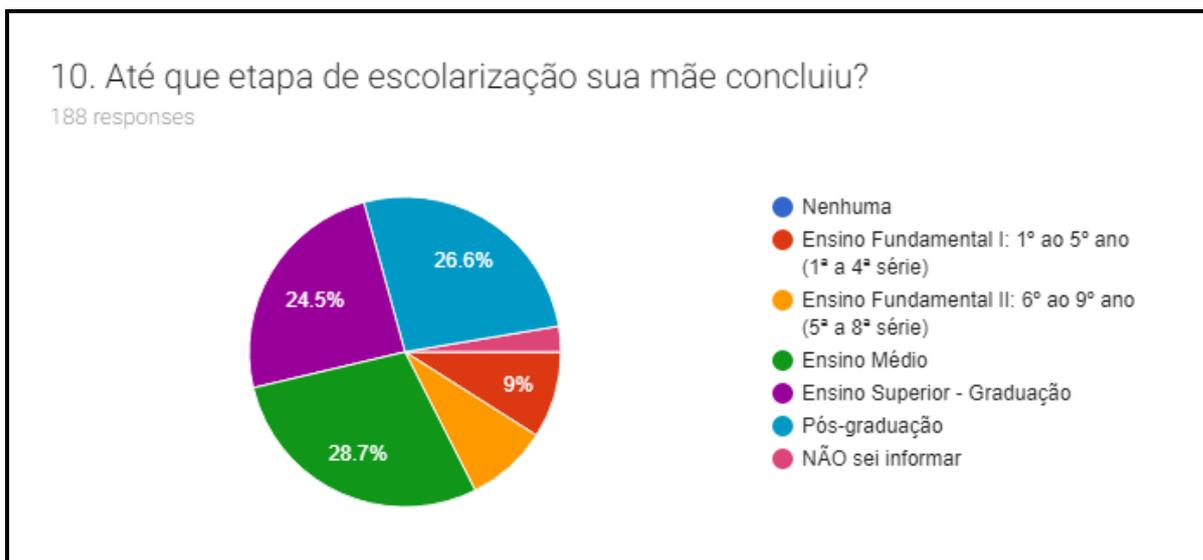
Tendo por base a explicação buscada nos autores Oliveira, Pizzio e França (2010), os 188 participantes responderam sobre a escolarização dos pais e os resultados podem ser evidenciados no Gráfico 5 e no Gráfico 6, escolaridade do pai e escolaridade da mãe, respectivamente.

Gráfico 5 – Escolarização concluída pelo pai



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 6 – Escolarização concluída pela mãe



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Considerando as respostas dos Gráficos 5 e 6 apresentados acima, constata-se que a escolarização média dos pais é o ensino médio e, tal formação, impacta diretamente na renda familiar: quanto maior a instrução, maior probabilidade de uma melhor colocação no mercado de trabalho e conseqüentemente melhor salário.

Cunha (1980) salienta que a renda é um dos critérios que diferenciam as classes sociais. Segundo o IBGE (2018), um dos critérios utilizados para definir uma classe social é a faixa salarial. Observe a Figura 4 que ilustra a divisão de classes segundo pesquisas do IBGE (2016).

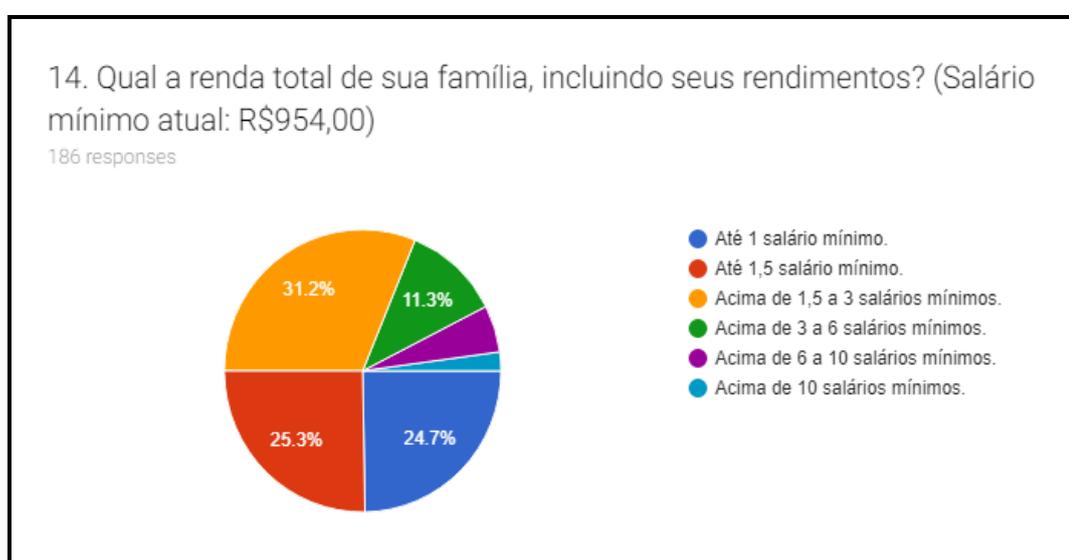
Figura 4 – Classes sociais por salário mínimo

Classes Sociais por Faixas de Salário-Mínimo (IBGE)		
Classe↕	Número de Salários-Mínimo (SM)	↕ Renda Familiar (R\$) em 2016 ↕
A	Acima de 20 SM	R\$ 18.740,01 ou mais
B	De 10 a 20 SM	R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00
C	De 4 a 10 SM	R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00
D	De 2 a 4 SM	R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.874,00

Fonte: <<http://https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/>>. Acesso em 20/07/2018.

Em Januária, segundo o IBGE⁹ (2016), no ano de 2016, a média salarial da população era de 1.7 salários mínimos e a proporção considerada de pessoas com algum tipo de ocupação laboral era de 8.4%, do total de toda a população de Januária. Ainda de acordo com o IBGE (2016), levando em consideração famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por morador, em Januária tinha em 2016, 47% das pessoas nessas condições (IBGE, 2016). Diante deste contexto, as proporções apresentadas no Gráfico 7 a respeito da renda familiar se justificam.

Gráfico 7 – Renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

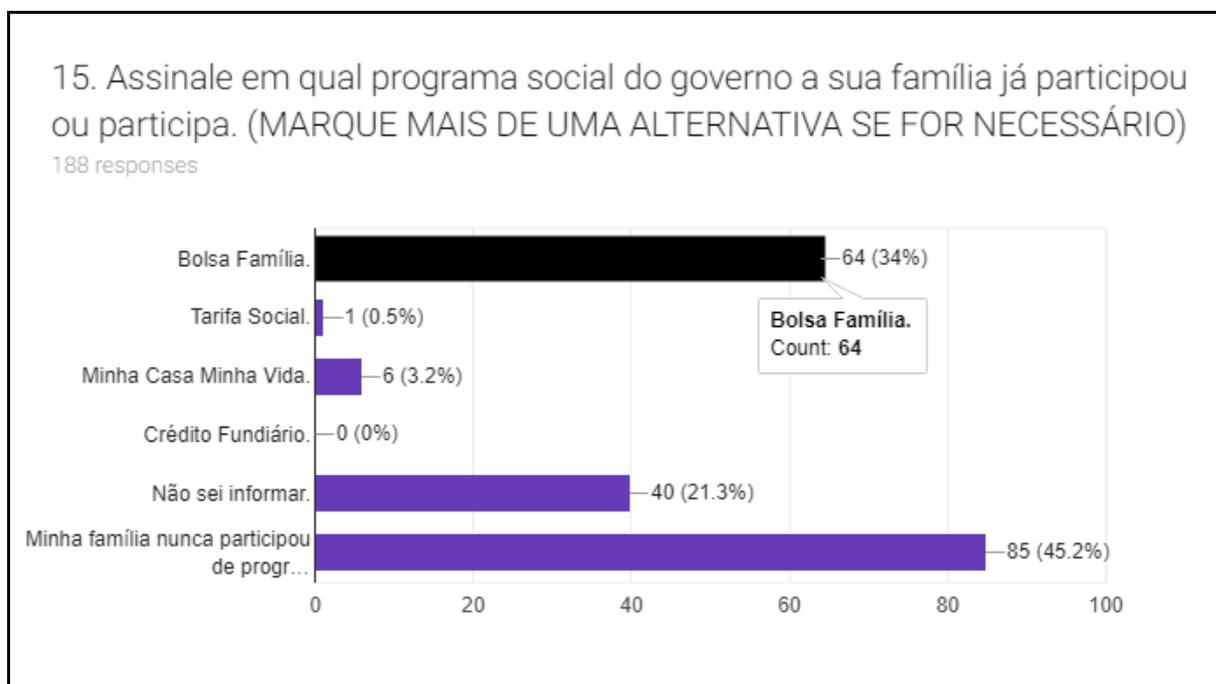
Analisando os resultados apresentados no Gráfico 7 e fundamentando-se no exposto sobre a relação renda x classe social, pode-se presumir que os ingressantes no Ensino Médio Integrado do Campus Januária pertencem à classe D, por 81,2% destes, possuírem uma renda familiar de até 3 salários mínimos. Este cenário reforça o propósito de criação dos IF, que é o de atender aos filhos de trabalhadores considerados desfavorecidos financeiramente (GUSMÃO, 2016; TAVARES, 2012).

Para reforçar esta conjectura, os resultados apresentados pelo Gráfico 8 demonstram que algumas famílias (37,7%) participam ou já participaram de

⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/panorama>>. Acesso: 10/07/2018.

programas sociais do governo, caracterizando o seu enquadramento como famílias de baixa renda, uma vez que, estes programas são voltados para este público.

Gráfico 8 – Participação em Programas Sociais



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A análise dos dados familiares apresentada neste item faz parte do segundo eixo temático do questionário aplicado aos ingressantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária. Correspondem ainda a este eixo, outras questões consideradas acessórias – ocupação dos pais, número de pessoas da família que moram com o estudante, se o aluno possui renda ou não e quem custeia seus gastos – que serviram de base para a interpretação dos demais assuntos abordados até aqui. Os gráficos correspondentes a estas questões estão disponíveis nos apêndices.

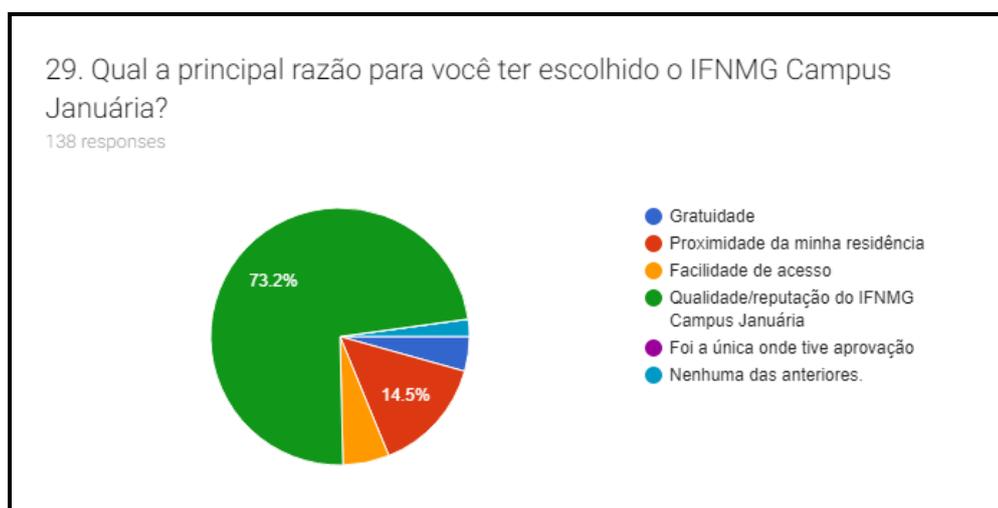
Quanto ao terceiro eixo temático “Ensino Básico”, que correspondem às questões 17 a 21 do questionário em anexo, foi pesquisada a trajetória escolar dos participantes da pesquisa antes de ingressarem no IFNMG Campus Januária. Tais informações foram consideradas elementares para um aprofundamento, mas contribuíram para o delineamento do perfil que se propôs o estudo. Sua representação gráfica também pode ser visualizada no Apêndice B.

3.2.3 Ingresso no IFNMG

De acordo com o apontado por Catini (2016), o ensino médio profissional no Brasil passou por mudanças significativas ao adotar a ideia de instituição multilateral, fazendo com que a educação brasileira passasse a ser vista a partir do valor que o capital humano representa para o país. Os estudantes do Século XXI têm procurado agregar o valor da educação com a profissão, de modo a ingressar no mercado de trabalho e ser bem sucedido.

Para os ingressantes pesquisados, a principal razão para a escolha do IFNMG Campus Januária como instituição a ser frequentada, está ilustrada no Gráfico 9:

Gráfico 9 – Principal razão para ter escolhido o IFNMG Campus Januária



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Obs: 50 participantes deixaram a resposta em branco

Apesar de 27% da amostra não ter respondido a esta questão, é notória e reconhecida, por uma maioria expressiva, a qualidade do ensino e a reputação do IFNMG Campus Januária. Parte-se do princípio que a qualidade aqui mencionada se deve ao fato de que boa parte do corpo docente da instituição é constituído de mestres e doutores com competência técnica e pedagógica capazes de proporcionar uma formação técnica e propedêutica, simultaneamente, aos seus alunos. Além da estrutura patrimonial construída para atender às demandas educacionais e da sociedade ao longo dos seus 58 anos de história. Para reforçar este

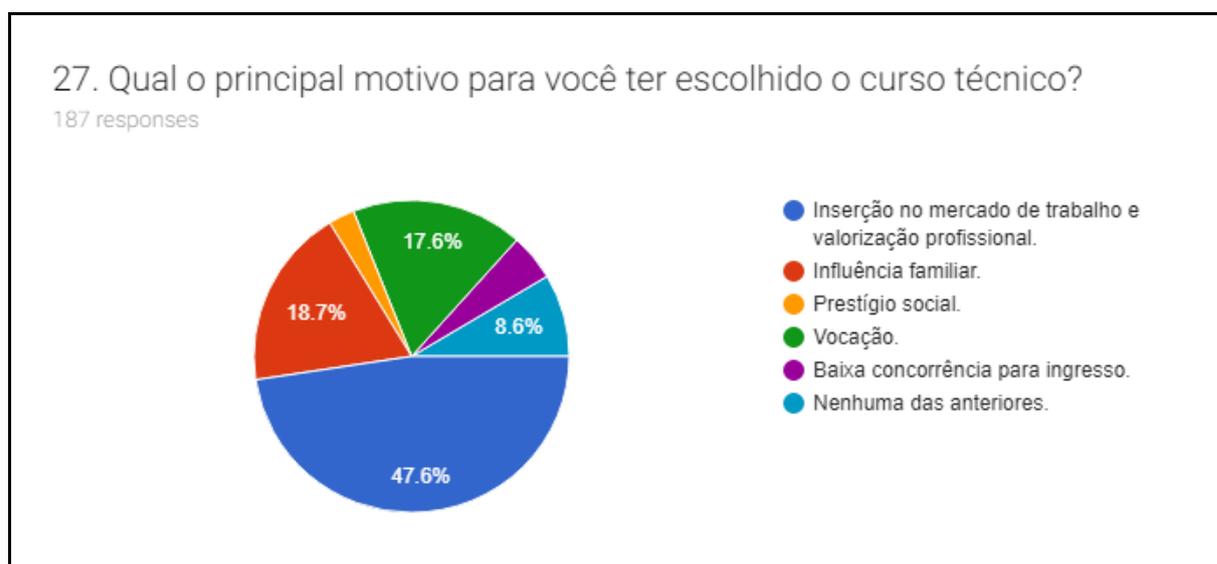
reconhecimento, segue abaixo, um depoimento registrado por um dos participantes da pesquisa ao final do questionário quando foi dado a ele (e aos demais) a oportunidade de expressar sua opinião sobre qualquer assunto abordado nas questões:

Participante X: “Quero ressaltar o orgulho que tenho em ter a oportunidade de estudar no IFNMG, por maior influência que tive dos meus familiares, é de imensa importância o conhecimento aqui adquirido em minha vida. O Campus Januária tem uma enorme fama pelas redondezas do Norte de Minas como um Instituto com grande qualidade de ensino, e hoje posso comprovar isso, mesmo tendo chegado pouco tempo atrás já é notável o desenvolvimento do meu aprendizado nos últimos meses. Meu desejo é evoluir cada vez mais como aluno e como ser humano para poder *me* ingressar em uma boa faculdade e garantir um bom futuro para mim e para a minha família.”

Muitos são os motivos que podem levar uma pessoa a escolher estudar em uma Instituição Federal de Educação. Para Antunes (2018) o fato de elas se igualarem a uma universidade, com um sistema de ensino semelhante em relação a investimento e autonomia, é um deles.

O fato destas instituições ofertarem cursos técnicos de nível médio é para Pacheco (2011) um dos motivos mais relevantes, visto que futuramente terá grandes possibilidades de ingressar no mercado de trabalho pela sua capacitação. A linha de pensamento do autor foi confirmada pela pesquisa e representada no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Principal motivo para ter escolhido o curso técnico



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As opções Prestígio social e Baixa Concorrência para ingresso obtiveram 2,7% e 4,8% respectivamente. Para os que responderam “Nenhuma das anteriores”, estes, especificaram os motivos: interesse/curiosidade pelo curso (19%); falta de opção/opção por exclusão ao comparar os cursos ofertados (31%); provável profissão futura (19%); e, erro no preenchimento da inscrição (6%). Os outros 25% não especificaram outros motivos. Com relação a questão levantada, apenas um participante deixou de responder.

A modalidade de ensino técnico de nível médio é ofertada pelo IFNMG Campus Januária desde 2004 quando por meio do Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, a instituição pôde manter a educação profissional técnica articulada ao ensino médio. De lá pra cá, a procura pelos cursos técnicos na modalidade integrada só tem aumentado, como podemos comparar nas tabelas 4 e 5 a seguir.

Tabela 4 - Inscritos – Processo Seletivo 2014

Curso	Vagas	Inscritos	Candidatos/Vagas
Técnico em Agropecuária - Integrado - Diurno	30	229	7,63
Técnico em Informática - Integrado - Diurno	40	239	5,9
Técnico em Meio Ambiente - Integrado – Diurno	60	160	2,66
TOTAL	130	628	4,83

Fonte: IFNMG Campus Januária

Tabela 5 - Inscritos – Processo Seletivo 2015

Curso	Vagas	Inscritos	Candidatos/Vagas
Técnico em Agropecuária - Integrado - Diurno	60	340	5,66
Técnico em Informática - Integrado - Diurno	40	217	5,42
Técnico em Meio Ambiente - Integrado – Diurno	40	181	4,52
TOTAL	140	738	5,27

Fonte: IFNMG Campus Januária

Devido a grande demanda pelos cursos, o IFNMG Campus Januária ampliou o número de vagas, sendo ofertadas, no ano de 2018, 90 vagas para o curso Técnico em Agropecuária, 45 vagas para o Técnico em Informática e 60 vagas para Técnico em Meio Ambiente, todos na modalidade integrada. Para este processo

seletivo¹⁰, foram contabilizados um maior número de inscritos em comparação aos anos apresentados anteriormente, como pode ser observado na Tabela 6:

Tabela 6 - Inscritos – Processo Seletivo 2018

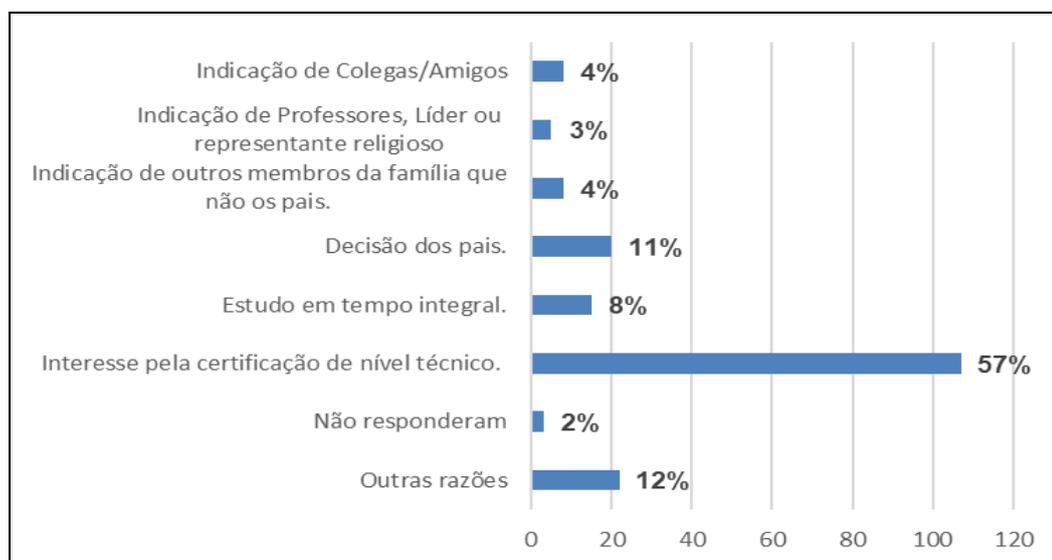
Curso	Vagas	Inscritos	Candidatos/Vagas
Técnico em Agropecuária - Integrado - Diurno	90	481	5,34
Técnico em Informática - Integrado - Diurno	45	214	4,76
Técnico em Meio Ambiente - Integrado – Diurno	60	216	3,60
TOTAL	195	911	Média de 4,67

Fonte: Edital nº 294/2017 – 1º Processo Seletivo 2018 do IFNMG.

Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/processos-seletivos-anteriores/16504-1-processo-seletivo-2018>. Acesso: 21/08/2018.

Ainda sobre a modalidade de ensino integrado, ao serem questionados qual a principal razão que os motivou a optarem por um ensino em tempo integral que articula a educação propedêutica com a profissional, os ingressantes participantes da presente pesquisa destacaram a certificação técnica como principal razão, conforme apresentado no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Principal razão para cursar o Ensino Médio na modalidade integrada



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

¹⁰ Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/processos-seletivos-anteriores/16504-1-processo-seletivo-2018>. Acesso: 21/08/2018.

Para os que responderam “OUTRAS RAZÕES” especificaram os seguintes motivos: que o ensino é público e de qualidade (68%); que pretende seguir carreira na área do curso técnico que frequenta (9%); que estudar na modalidade integrada agrega valor ao currículo (9%) e o fato de que esta modalidade os permite adquirir mais conhecimento (5%). Apenas dois participantes disseram ter outras razões, mas não as especificaram.

Outro fator motivador que merece ser ressaltado é a Política de Assistência Estudantil praticada pelo IFNMG Campus Januária. A partir de sua implantação, os estudantes garantiram o princípio da igualdade quanto às condições de manutenção e permanência no ensino, com a finalidade de evitar a evasão escolar. Entretanto, para gozar desta assistência é necessário que o estudante se enquadre nas regras estabelecidas pela instituição que podem ser por critério socioeconômico ou por mérito acadêmico (IFNMG, 2018, sl)¹¹.

Outras duas perguntas completam o eixo temático que trata do Ingresso no IFNMG Campus Januária. Foi perguntado se mais alguém da família estudou/estuda na instituição e, em caso afirmativo, especificar o curso. Suas respostas (disponíveis nos apêndices) podem sugerir uma outra possibilidade de fator influenciador na escolha do IFNMG como instituição de ensino a ser frequentada e a opção do curso escolhido. Para comprovar esta hipótese, será necessária uma pesquisa mais aprofundada.

Subsequente a esta temática, o próximo eixo trabalhado foi sobre o conhecimento e uso de tecnologias digitais. Ao todo foram 6 questões que, de maneira complementar, auxiliaram na construção do perfil dos pesquisados. Não compete a este trabalho aprofundar nestas questões por não constituírem o eixo central deste estudo, mas sua representação gráfica pode ser consultada no Apêndice B.

Por fim, foi solicitado aos participantes da pesquisa que, se fosse de seu interesse, deixassem suas observações sobre o que foi abordado no questionário,

¹¹ Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>. Acesso: 20/07/2018.

seja sobre a Instituição pesquisada ou a própria pesquisa em si, ou ainda, a respeito de qualquer outro tema tratado nas questões. Alguns se manifestaram com elogios à iniciativa de se pesquisar o perfil dos ingressantes para um melhor planejamento das ações institucionais. Outros ressaltaram a qualidade do ensino ofertado pelo IFNMG Campus Januária. E ainda, houve aquele que relatou uma possível dificuldade dos participantes em responder questões relativas à renda familiar:

Participante Y: “Acredito que muitos participantes dessa pesquisa tiveram dificuldades para responder sobre a renda familiar e a renda *per capita* de sua família. Muitos desconhecem ou nem procuram saber.”.

Mas a sua afirmação não interferiu nos resultados obtidos e analisados, uma vez que, apenas este participante fez tal relato. Mas julgou-se importante registrá-lo para que, em futuras pesquisas, possamos repensar outras metodologias para levantamento deste tipo de informação.

Outros deixaram sugestões para pesquisas futuras como, por exemplo, um estudo sobre o futuro profissional e acadêmico dos estudantes do Ensino Médio Integrado: suas perspectivas e motivações, entre outros.

Os resultados alcançados permitiram evidenciar que a definição de um perfil único é complexa, como também foi afirmado por Gusmão (2017). Os estudantes ingressantes do Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária no ano de 2018 podem ter seu perfil caracterizado por jovens entre 15 e 16 anos, em sua maioria mulheres, oriundos da classe popular e que escolheram o IFNMG Campus Januária por buscarem um ensino público gratuito, de qualidade, equitativo e, que os prepare para o mundo do trabalho. Esta caracterização não exclui os demais participantes da pesquisa que não se enquadraram nessas especificações e isto demonstra a pluralidade dos sujeitos que integram o IFNMG Campus Januária comprovando sua atuação como instituição inclusiva e que valoriza a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção dos capítulos que precedem este trabalho, foram expostas temáticas que merecem ser retomadas nestas considerações finais.

Primeiramente foi necessário situar o lugar da educação profissional na formação dos jovens a partir da Teoria do Capital Humano, da relação existente entre Educação e Cidadania e da criação de Políticas Públicas Educacionais.

Verificou-se que a Teoria do Capital Humano enalteceu as habilidades e aptidões do indivíduo reconhecendo que estas, interferem diretamente na produtividade desses. Na concepção de um dos autores estudados, a Teoria surgiu na década de 1960 a partir dos estudos de Schultz (MILANO, 2009); para outros autores, ela já tinha sido percebida por Adam Smith em 1776 (CUNHA, CORNACHIONE JÚNIOR e MARTINS, 2010). O fato é que há um consenso entre os autores de que quanto maior o conhecimento (adquirido ou inato) do indivíduo, maior é o valor do seu capital humano favorecendo sua empregabilidade e ampliando a sua produtividade. O desenvolvimento da Teoria do Capital Humano permitiu melhorias no bem-estar dos indivíduos, principalmente, daqueles considerados desfavorecidos econômica e socialmente pois, aliado à educação, foram capazes de promover não só o desenvolvimento econômico das pessoas como também de todo um sistema produtivo (CANDIOTO, 2016).

Neste contexto, a função social da educação é a de formar o trabalhador com aptidão técnica, social e ideológica para o trabalho, como afirmado por Frigotto (1993). Verificou-se que o capital humano envolve, além das aptidões e habilidades, o conhecimento aplicado, ou seja, não basta ser dotado de habilidades especiais, é preciso saber como e onde aproveitá-las; aí entra o papel da Educação e da Cidadania.

É na educação que se aprende o efetivo exercício da cidadania, ou seja, o indivíduo não nasce sabendo de seus direitos e deveres civis, políticos e sociais, ele

precisa de uma escolarização para instruir-se. A educação constrói uma cidadania ativa, sendo essa educação um bem que deve estar acessível à todas as pessoas sem distinção. Entretanto, apesar de a Educação ser um direito garantido pela Constituição Federal/88 e por outros documentos oficiais, o acesso à um ensino de qualidade é para poucos (RIBEIRO, 2002). Na tentativa de mitigar esta desigualdade de acesso à educação existente entre as classes mais populares e as classes melhor situadas econômica e socialmente, foram criadas as Políticas Públicas Educacionais.

Além da sua essência assistencialista, as Políticas Públicas educacionais foram criadas para atenderem às demandas locais visando o desenvolvimento econômico obedecendo à lógica capitalista (OLIVEIRA, PIZZIO e FRANÇA, 2010). Em suma, as Políticas Públicas educacionais objetivaram promover a educação de forma democratizada e acessível a todos os públicos, além do intuito de integrar o capital humano às demandas do mercado através do ensino público, gratuito e reconhecidamente de qualidade.

Ao longo deste estudo, foi possível verificar na teoria, que foram muitos os momentos vivenciados pela educação durante a sua expansão e história. A criação da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil teve como propósito, inserir jovens pobres no mercado de trabalho com a prerrogativa de remediar as desigualdades da estrutura social. Por isso foi concebida como a “Educação da Pobreza” (BIAGINI, 2011, p.2).

No surgimento da RFEP ocorria uma transição econômica, onde o país passava de agroexportador para o capitalismo industrial. Sendo assim, a qualificação da mão de obra pelas escolas profissionalizantes atendeu às necessidades desse novo modelo de desenvolvimento (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017). Em 1942 as Escolas de Aprendizes Artífices se transformaram em Escolas Industriais e Técnicas, ofertando cursos no mesmo nível do ensino secundário. Nascia o Sistema S de ensino. Neste momento o ensino deixava de ser voltado para a manufatura e passava a ser com padrões de fábrica (ANTUNES, 2018).

Passados 50 anos de criação da RFEP as Escolas Técnicas Federais se tornaram referência na qualidade do ensino. Contudo, a educação profissional passou a ser subordinada à lógica do mercado e do capital e, de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório (FRIGOTTO, 2001).

Na década de 1990 ocorre uma reforma curricular na educação técnica profissional (LDB/96) aliando as ações institucionais às políticas do novo cenário das demandas sociais. As Escolas Técnicas Federais passaram a se denominar Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que ofereciam, de forma verticalizada, o ensino de qualidade em todos os níveis da educação (Básico, Técnico e Tecnológico). Em 2008, através da Lei nº 11.892, institui-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, resultado da integração dos CEFET, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às Universidades Federais. Com os IFs, inaugura-se uma nova ideologia para o ensino na qual estas instituições deixavam de ser promotoras de uma educação profissional com foco no desenvolvimento econômico, para uma instituição movida pelo fazer pedagógico voltado para o desenvolvimento social (SILVA, CAMINHA e MAGALHÃES, 2017).

Em síntese, pode-se apreender que, da educação básica à pós-graduação, as características apresentadas pelos Institutos Federais têm o foco na formação de profissionais capacitando-os para ingressarem no mundo do trabalho e prepara-los para apresentarem inovações em serviços, produtos e processos. Contudo, ainda há de se pensar: quem seria o público-alvo? Por que escolheriam os IFs como instituição a ser frequentada? Por que optariam pela modalidade integrada?

Neste contexto, Santos e Santos (2014) afirmam que o perfil do alunado dos IFs é mesclado. Frequentam estas instituições, tanto os filhos do proletariado que buscam uma melhor qualificação para inserção no mercado, quanto os jovens oriundos das classes mais elevadas que estão apenas em busca de um ensino de qualidade que possa promover seu ingresso no ensino.

Assim sendo, considerando o objetivo central deste estudo que foi identificar e analisar o perfil dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária, foi realizada uma pesquisa empírica que contribuiu para o seu

alcance. Cabe ressaltar o recorte temporal da pesquisa: ingressantes no Ensino Médio Integrado no ano de 2018. Logo, os resultados obtidos retratam a realidade de um grupo específico, podendo ou não indicar uma tendência. A síntese desta pesquisa será apresentada mais adiante.

Do mesmo modo, foram delineados outros objetivos mais específicos com a intenção de relacionar mais profundamente o objeto de pesquisa com a temática que o envolve.

O primeiro objetivo específico foi averiguar as orientações centrais presentes nas políticas de educação profissional da Rede Federal de Ensino Profissional ao longo de sua história. Respondendo a este objetivo, o primeiro capítulo desta dissertação foi dedicado a esta temática. Pode-se constatar que as políticas públicas educacionais têm foco direcionado ao tratamento da educação aplicado às questões escolares atuando na autonomia didática e administrativa das instituições. Os Institutos Federais de Educação foram criados com o desígnio de promover ações em que o estudante compreenda e considere o trabalho como princípio educativo e alcance uma formação que os permita atuar como profissionais e como cidadãos (GUSMÃO, 2016).

O segundo objetivo específico foi levantar o perfil dos estudantes do Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação Profissional à luz da teoria e a partir de estudos já realizados. Para atender a este objetivo, apresentou-se no segundo capítulo do presente trabalho, uma literatura que descrevesse de forma fundamentada, o perfil dos estudantes desde a criação da RFEP. Verificou-se que o público alvo das Instituições Federais de Ensino era, principalmente, aquele que, por algum motivo, não conseguiu o acesso ou terminar os estudos na idade certa. Outrossim, identificou-se que, nos anos 80, haviam aqueles que ingressavam nas instituições federais de ensino profissional não tinham o interesse pela formação técnica. Sua preocupação era o ingresso no ensino superior e para tanto, se valiam dos conhecimentos adquiridos na formação técnica de nível secundário que era reconhecidamente de alta qualidade, além de gratuito (KRUNGER e TAMBARA, 2007). Outros autores reforçaram o perfil de alunos advindos da classe trabalhadora e que eram econômica e socialmente desfavorecidos (GUSMÃO, 2016; TAVARES,

2012; BIAGINI, 2011). Por ser esse o perfil da população atendida pelos IFs, estes eram considerados filantrópicos, como mecanismo de regulação social e redução da pobreza promovendo melhores condições para inserção no mundo do trabalho.

Ainda no segundo capítulo, discorreu-se sobre a motivação para a escolha dos Institutos Federais como instituição de ensino a ser frequentada, segundo estudos já realizados. Turmena e Azevedo (2017) apontaram que o fato destas instituições serem classificadas como *multi* e *pluri* campi ofertando a educação em diversas modalidades de ensino, pode ser um fator preponderante para a escolha. Esta constatação é reforçada por Daros (2013) ao afirmar que a competência técnica e tecnológica possibilitada pela verticalização do ensino, atrai estudantes. A capacidade adquirida pelos egressos, em desenvolver soluções técnicas e tecnológicas a diversos setores da economia, é outro motivo que é apreciado não apenas pelos alunos, mas também pelas empresas (considere empresas como mercado de trabalho) no momento da contratação (PACHECO, 2011). Por fim, mas não menos importante, a qualificação dos docentes que atuam nos IFs também é levada em consideração no momento de sua escolha. Antunes (2018) relata a presença de professores com titulação de mestre e/ou doutor, atuando desde o ensino médio integrado, nos cursos técnicos subsequentes até no ensino superior.

O terceiro objetivo específico deste estudo foi identificar e descrever as razões das quais os estudantes de 2018, da modalidade de ensino pesquisada, escolheram o IFNMG Campus Januária como IE a ser frequentada. Sobre este objetivo, a amostra pesquisada, em sua maioria (57%), mostrou ter feito a escolha pela referida Instituição de Ensino pelo fato de se interessarem pela certificação de nível técnico, uma vez que, a instituição oferece a modalidade integrada (ensino propedêutico associado ao ensino técnico). Tal constatação foi reforçada ao declararem que o interesse pela área técnica que cursam, se deu pelo fato desta, proporcionar a inserção no mercado de trabalho e a valorização profissional. Assim sendo, estes resultados remetem às motivações para a realização desta pesquisa respondendo aos questionamentos levantados. A representação dos percentuais e demais respostas para estas questões podem ser visualizadas no Gráfico 10 e no Gráfico 11. Do mesmo modo, a qualidade do ensino ofertado e a reputação da

instituição, foram relatados como motivos para a escolha do IFNMG Campus Januária, com expressivos 73,2%, como apresentado pelo Gráfico 9.

Toda a pesquisa empírica foi descrita no terceiro capítulo de forma estruturada de acordo com os eixos temáticos obedecendo a mesma ordem proposta pelo questionário eletrônico aplicado. O primeiro eixo tratado corresponde aos dados de identificação dos participantes da pesquisa. Verificou-se que a amostra analisada é caracterizada por estudantes com idade correspondente à escolarização que cursam (baixíssimo índice de defasagem escolar); percebe-se uma predominância das mulheres no somatório das turmas; têm 80,3% dos participantes autodeclarados negros (somatório de pretos e pardos); e, quanto a religiosidade, a maioria são católicos. Nesta primeira parcial pode-se perceber o atendimento à proposta dos IFs quanto ao público a eles destinado, de acordo com a teoria que foi apresentada. Fechando a caracterização dos sujeitos da pesquisa quanto ao quesito Dados de Identificação, constata-se a presença significativa de estudantes advindos de municípios atendidos pelo IFNMG (cf. Figura 2) e de apenas dois outros fora da sua área de atuação, o que reforça o prestígio da instituição. Ao serem aprovados pelo processo seletivo para ingresso, muitos desses estudantes se mudam para Januária, sendo que, uns usufruem do internato e semi-internato oferecido pela instituição; outros, passam a residir com parentes que já moravam na cidade; ou procuram por pensionatos e repúblicas. Poucos aprovados permanecem na cidade de origem.

O segundo eixo temático levantou dados sobre os familiares dos estudantes. O objetivo era colher informações sobre a escolarização e ocupação profissional dos pais e a renda familiar. Analisando os resultados, tem-se o segundo propósito das Instituições Federais de Ensino contemplado: atender aos filhos de trabalhadores (proletariado), menos favorecidos economicamente, que através das políticas de acesso democratizado, conseguiram cursar um ensino público, gratuito e de qualidade.

O próximo eixo trabalhado foi sobre a trajetória escolar antes de ingressarem no IF. Verificou-se que, em sua maioria (86,7%), são egressos de escolas públicas ou cursaram a maior parte dos estudos em escolas públicas. Comprova-se mais uma

vez, o atendimento à política de acesso democrático ao oportunizarem, tanto para os que tem condições financeiras e que supostamente possuem uma base curricular melhor por terem frequentado instituições particulares (pelo senso comum, ofertam um ensino melhor que as instituições públicas), quanto àqueles que, por sua condição econômica e social, não tiveram tanta oportunidade assim. A política de acesso praticada pelo IFNMG Campus Januária é a reserva de 50% de suas vagas (para o Ensino Técnico de Nível Médio) para os egressos de escolas públicas, autodeclarados ou não (etnia), que se enquadram na renda *per capita* exigida, além de contemplarem os portadores de necessidades especiais; e, os outros 50% das vagas são destinadas à ampla concorrência também resguardando os direitos dos portadores de necessidades especiais.

A temática do quarto eixo se tratava do ingresso dos participantes da pesquisa no IFNMG Campus Januária. Pelos resultados obtidos, foi possível certificar que os ingressantes pela política de reserva de cotas, se enquadraram na classificação de renda abaixo ou igual a 1,5 salário mínimo (cf. Tabela 2), confirmando sua categorização como sendo da classe popular. Mesmo aqueles que ingressaram pela ampla concorrência, levando-se em consideração o exposto no Gráfico 7 (Renda Familiar) e o exposto na Figura 4 (Classes Sociais por Salário Mínimo – IBGE, 2016), pode-se concluir que estes se classificam como famílias de baixa renda, na categoria D das classes sociais. Sendo assim, esta constatação reforça o propósito da instituição de promover a acessibilidade a um ensino público, gratuito e de qualidade principalmente aos indivíduos de classes mais populares. Cabe ressaltar a democratização desse acesso, uma vez que, encontramos 2,2% da amostra pesquisada que se enquadram nas Categorias A e B das classes sociais segundo o IBGE (2016).

Os resultados dos demais dados tratados neste eixo temático, tais como, a razão de cursar o ensino médio na modalidade integrada e o motivo que os levaram a escolher o curso que frequentam e o IFNMG Campus Januária como instituição de ensino a ser frequentada, já foram comentados nestas considerações. Quanto ao item que questionou se mais alguém da família estudou na instituição, 69,5% dos entrevistados afirmaram que sim. Isto pode nos levar a crer que, de alguma forma

isso também pode ter influenciado nossos pesquisados no momento da escolha do curso ou do IFNMG Campus Januária.

O último e quinto eixo temático levantou informações acerca do uso das tecnologias digitais. Verificou-se que os ingressantes estão antenados com o mundo digital e suas conexões. Porém, não se aprofundou na análise desses resultados por estes não serem a questão central deste trabalho. Mas poderão ser utilizados em pesquisas futuras.

Finalizando as considerações, retoma-se a relevância desta pesquisa por oportunizar a análise de uma situação local (perfil dos ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária) que é discutida em um cenário nacional. Os resultados obtidos comprovaram que o senso comum (leitura do contexto a partir de percepções não científicas) não pode ser considerado como verdade absoluta: a prova científica sobrepõe às percepções enviesadas, ou seja, os argumentos apresentados por alguns estudantes em sala de aula, ou até mesmo comentários de outros professores, conforme relatado pela pesquisadora ao comentar sua experiência como docente nesta instituição, foram contestados pelos resultados obtidos. Ressalta-se então, a importância da pesquisa científica na qual envolve uma série de outros fatores imprescindíveis para se avaliar um contexto. Outra contribuição desta pesquisa é que, com os dados cientificamente coletados, o IFNMG Campus Januária poderá utilizá-los como referência para auxiliar no seu planejamento didático-pedagógico e administrativo com vistas a atender ao seu público alvo do ensino médio. O perfil traçado também poderá indicar caminhos para uma melhor integração do ensino propedêutico com a formação técnica.

Para uma pesquisa mais aprofundada sobre o perfil dos estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado do IFNMG Campus Januária, sugere-se fazer um estudo, desde sua criação até os dias atuais, dos documentos passíveis de investigação disponibilizados pela instituição (arquivos físicos). A presente pesquisa pode ser utilizada como base para este delineamento.

Enfim, a discussão sobre essa temática não se esgota com este estudo. Durante o percurso da coleta dos dados, foi recorrente a declaração sobre a

qualidade do ensino ofertado pelos Institutos Federais de Educação, o que fez surgir novos questionamentos: o que se entende por ensino de qualidade? Qual o significado do termo qualidade neste contexto? Ainda há muito o que ser pesquisado.

Fica a sugestão para futuras investigações sobre a educação profissional de nível médio objetivando ampliar suas implicações no cenário nacional, regional e local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Valéria Fernandes de; BERNARDO, Elisangela da Silva. **Políticas públicas educacionais em foco: o programa mais educação em discussão**. Rio de Janeiro: Jovem Cientista do Nosso Estado, 2014.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Metodologia da Pesquisa Social e Diagnóstico Participativo**. Lavras: FAEPE, 1998.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2011.

ANDRADE, Rita de. **Teoria do Capital Humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. 2010. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre.

ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência estudantil nos institutos federais: da política à implementação**. 2018. 272f. Dissertação (Mestrado Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: banco de dados 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/januarua_mg. Acesso em: 10/07/2018.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 31-52, dez. 2005.

BATTISTI, Cleusa Molinari. Inclusão: história e legislação. **Revista Agora**, v. 1, n. 1, p. 131-134, jun. 2007.

BERNARDIM, Márcio Luiz. Quem são e o que buscam na escola os estudantes da educação profissional e do ensino médio noturno? **X Anped Sul**, p. 1-22, 2014.

BIAGINI, Jussara. Revisitando momentos da história do ensino técnico. Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1713.htm>>. visitado em 10 de abril de 2012.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONOMA, Thomas V. - Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. *Journal of Marketing Research*, Vol XXII, May 1985.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, Dez, v. 1, n. 32, 2016.

CAMARGO, R. e VILLELA, J. E. N. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal. São Paulo. **Sinergia**, v. 11, n 1, p. 45-52, jan/jun, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. Aproximações entre capital humano e qualidade total na educação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 19, p. 199-216, jun. 2016.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produção de conhecimentos sobre o ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2010.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno; MARTINS, Gilberto de Andrade. Doutores em ciências contábeis: análise sob a óptica da teoria do capital humano. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 532-557, jun. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DAROS, Michelli Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP e a evasão escolar e a atuação do serviço social: uma experiência em construção (2008-2013)**. Dissertação de mestrado, estudos de pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

DEITOS, Roberto Antônio; LARA, Ângela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan.-mar., 2016.

EVANGELISTA, Luiz Gonzaga Quintino. **O ensino técnico no Brasil e a trajetória do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET-JANUÁRIA)**. Montes Claros (MG). 2009. 94f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. **Holos**, v. 2, n. 25, p. 1-7. 2009.

FERRARI, Mari. A internacionalização dos institutos federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. **Educ. soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1003-1019, out.-dez. 2015.

FERREIRA, Sandra Lúcia; ANDRADE, Andreade, SOUZA, Fernanda Evelin Camarço de. Reflexões sobre a expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 2, jan, 2018.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; MOURA, Heber José de; LEOCADIO, Aurio Lucio. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 182-208, Out. 2011.

FRASER, Nancy. **Igualdade, Identidade e Justiça Social**. In: Le Monde Diplomatique Brasil, julho 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v 26, 2, São Paulo, p20-29jul/ago, 1995.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**. v. 9, n. 9, 2017.

GRIEBELER, Janice R. Cardoso; PASINI, Juliana F. Serraglio; MEDEIROS, Verence Mioranda. Concepção de educação profissional no Estado do Paraná. **XI ANPED Sul**, Paraná, 2012.

GUSMÃO, Claudio Alexandre. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: a Perda do Caráter Profissionalizante?** 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação-Modalidade Profissional) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, Brasília.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores Censo 2010. Atualizações de 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januarial/panorama>. Acesso:10/07/2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores Censo 2010. Atualizações de 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januarial/panorama>. Acesso:10/07/2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores Censo 2010.

Atualizações de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januarial/panorama>. Acesso:10/07/2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS. **Projeto Pedagógico**: Curso Superior de Bacharelado em Agronomia. Januária: IFNMG, 2011.

KRÜGER, Elbert; TAMBARA, Elomar. O resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz dos decretos 7.566/1909 e 2.208/1997: um estudo do perfil dos alunos do Cefet-RS. **IV Congresso Brasileiro da História da Educação**, Goiânia, v. 1, n. 1, p.5-8, nov, 2007.

KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau**: O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEAL, Davi Avelino; BRASIL, Juliana Ventura. **A política de ação afirmativa e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**. Revista Transversos. "Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos". Rio de Janeiro, nº. 08, pp. 99-112, ano 03. dez. 2016. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26534. Acesso: 21/08/2018.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MACHADO, Lucília Regina De Souza. **Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de institutos federais de educação**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 143, p. 352-375, Aug. 2011.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, E. Maria. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio; DE PAULA, Sandra Nazareth. **A educação infantil no Brasil: avanços, desafios e políticas públicas**. Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão, v. 1, n. 1, 2009.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade**: Desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1995.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. São Paulo: Economia, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. Trad. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILANO, Jackson. **Os desafios do ensino da ciência em pleno séc. XXI**. Curitiba: Positivo, 2009.

MOTA, Tatiane Eloize Furyama. Educação profissional e tecnológica: uma reflexão sobre a formação profissional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Maranhão, Agosto, 2017.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Revista Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**, v. 15, p. 77-87, 2007.

OLIVEIRA, Adão F; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011.

PAIXÃO, Edmilson Leite. **Transição de egressos evadidos e diplomados da educação profissional técnica para o mundo do trabalho: situação e perfis ocupacionais de 2006 A 2010**. 2013. 474f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PIRES, Maria Coeli Simões. Concepção, financiamento e execução de políticas públicas no Estado Democrático de Direito. **Tribunal de Contas de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 39, n.2, p.141-192, abri/jun, 2001.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O que é propedêutica**. Artigo. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-e-propedeutica/51484>. Acesso: 10/06/2018.

QUEVEDO, Margarete de. **Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção(ões) e desafios das IFRS**. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

RAMOS, Viviane Silva. **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2011. 79f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, Jul. 2002.

RODRIGUES, N. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cortez, 1987.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Educação e Economia nos anos 1990: a resignificação da teoria do capital humano. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, Outubro, Unioeste, p. 1-15, 2005.

SANTOS, Magda. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade. **IX ANPED Sul**, Seminário em Pesquisa da Região Sul, 2012.

SANTOS, D.S; SANTOS, M.K.N. Instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo e o direito a uma escola pública de qualidade: um estudo sobre o perfil dos jovens estudantes ingressantes no ensino médio técnico integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica, RBEPT**, v. 1, n. 7, p. 115-124, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, Estácio Moreira da; CAMINHA, Sandra Maria de Sousa; MAGALHAES, Livia Diana Rocha. Os institutos federais de educação, ciências e tecnologia: uma política educacional de expansão na oferta das licenciaturas. **Revista Museu Pedagógico**, v. 1, n. 1, p. 663-668, set, 2017.

SOARES, Rosemary Dore. Ensino Técnico no Brasil: 90 anos das Escolas Técnicas Federais. **Universidade e Sociedade (ANDES)**, Brasília, v.18, p. 108-115, 1999.

STAMATAKIS, D.; PETRAKIS, P. E. Human capital convergence: a cross country empirical investigation. **The Business Review**, v. 3, n. 2, p. 310-321, 2005.

STEWART, Thomas. **Capital Intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. **IX ANPED Sul**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, p. 1-21, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TUPINÁ, Érica Souza. **Políticas Sociais para Mulheres de Baixa Renda no Brasil**: Estudo de Caso Sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Pirapora. Florianópolis (SC). 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017.

VERGARA, S. C. Métodos de Pesquisa em Administração. Editora Atlas, São Paulo, 2006.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012.

ZITKOSKI, Jaime José; GENRO, Maria Elly Herz; CAREGNATO, Célia Elizabete. Democracia da Educação Superior: apontamentos para a valorização e experiências alternativas no contexto Latino-Americano. *Revista de Ciências Humanas*, v.16, n. 27, 2015.

APÊNDICES

A) QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

PESQUISA: Um estudo sobre o perfil dos estudantes ingressantes no ensino médio integrado ao técnico do Instituto Federal Do Norte De Minas Gerais (IFNMG) – Campus Januária

Januária, junho de 2018.

Prezado(a),

Vimos convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa a ser realizada com os estudantes matriculados e frequentes no Ensino Médio Integrado do IFNMG – Campus Januária. Esta pesquisa prevê a aplicação de um questionário com o intuito de coletar dados para traçar o perfil desses estudantes, bem como, para identificar e descrever as razões pelas quais estes escolheram o IFNMG – Campus Januária como Instituição de Ensino a ser frequentada.

Caso concorde em participar, você responderá o questionário a seguir, com duração aproximada de 15 minutos, contendo perguntas sobre dados pessoais e familiares, sobre seu ensino básico e seu ingresso no IFNMG, dentre outras.

Informamos que os dados coletados serão tratados com a devida ética e que o seu anonimato será garantido, além de você poder desistir a qualquer momento.

Desde já, agradecemos imensamente a sua colaboração!

Atenciosamente,
Sônia Sousa Almeida Rodrigues
(Mestranda e prof.^a do IFNMG Campus Januária)
Dr. Daniel Coelho de Oliveira
(Orientador)
Mônica Maria Teixeira Amorim
(Co-orientadora)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. **Idade** _____ anos

2. **Gênero:**

A () Masculino

B () Feminino

C () Prefiro não dizer

3. **Raça/Cor:**

A () branco(a)

B () preto(a)

C () pardo(a)

D () amarelo(a)

E () indígena(a)

4. **Você é adepto de alguma religião?**

A () Sim

B () Não

Caso afirmativo, especificar: _____

5. **Naturalidade:** _____

6. **Município de residência antes de ingressar no IFNMG:** _____

DADOS FAMILIARES (Escolaridade dos pais, moradia e renda familiar).

7. **Até que etapa de escolarização seu PAI concluiu?**

A () Nenhuma.

B () Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).

C () Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).

D () Ensino Médio.

E () Ensino Superior - Graduação.

F () Pós-graduação.

G () NÃO sei informar.

8. **Até que etapa de escolarização sua MÃE concluiu?**

- A () Nenhuma.
- B () Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
- C () Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
- D () Ensino médio.
- E () Ensino Superior - Graduação.
- F () Pós-graduação.
- G () NÃO sei informar.

9. **Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos? (Salário mínimo atual: R\$954,00)**

- A () Até 1 salário mínimo
- B () Até 1,5 salário mínimo
- C () Acima de 1,5 a 3 salários mínimos
- D () De 3 a 6 salários mínimos
- E () De 6 a 10 salários mínimos
- F () Acima de 10 salários mínimos

10. **Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira?**

- A () Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.
- B () Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.
- C () Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.
- D () Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.
- E () Tenho renda e contribuo com o sustento da família.
- F () Sou o principal responsável pelo sustento da família.

ENSINO BÁSICO

11. **Em que município/Estado você concluiu o ensino fundamental?** _____

12. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?

- A () Todo em escola pública.
B () Todo em escola privada (particular).
C () A maior parte em escola pública.
D () A maior parte em escola privada (particular).

13. Qual Curso Técnico Integrado ao Médio você faz no IFNMG Campus Januária?

- A () Técnico em Agropecuária
B () Técnico em Informática para Internet
C () Técnico em Meio Ambiente

14. Você faz ou já fez outro curso Técnico?

- A () Sim. Qual? _____
Instituição: _____
B () Não.

INGRESSO NO IFNMG**15. Seu ingresso no IFNMG Campus Januária se deu:**

- A () Ampla concorrência.
B () Reserva de vagas para Deficiente.
C () Egresso de Escola Pública, por critério étnico-racial, com renda familiar *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e **com** deficiência.
D () Egresso de Escola Pública, por critério étnico-racial, com renda familiar *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e **sem** deficiência.
E () Egresso de Escola Pública, por critério étnico-racial, com renda familiar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo e **com** deficiência.
F () Egresso de Escola Pública, por critério étnico-racial, com renda familiar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo e **sem** deficiência.
G () Egresso de Escola Pública, **sem auto declaração**, com renda familiar *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e **com** deficiência.
H () Egresso de Escola Pública, **sem auto declaração**, com renda familiar *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e **sem** deficiência.

I () Egresso de Escola Pública, **sem auto declaração** étnico-racial, com renda familiar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo e **com** deficiência.

J () Egresso de Escola Pública, **sem auto declaração** étnico-racial, com renda familiar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo e **sem** deficiência.

16. Qual a principal razão para cursar o Ensino Médio na modalidade Integrada?

A () Interesse pela certificação de nível técnico.

B () Estudo em tempo integral.

C () Decisão dos pais.

D () Indicação de outros membros da família que não os pais.

E () Indicação de Professores, Líder ou representante religioso

F () Indicação de Colegas/Amigos.

G () Outras razões. Especifique: _____

17. Alguém em sua família (pais, irmãos, parentes) cursou no IFNMG?

A () Sim - Quem? _____

Qual curso? _____

B () Não.

18. Qual a principal razão para você ter escolhido o IFNMG Campus Januária?

A () Gratuidade.

B () Proximidade da minha residência.

C () Facilidade de acesso.

D () Qualidade/reputação do IFNMG Campus Januária.

E () Foi a única onde tive aprovação.

F () Outro motivo. Especificar: _____

USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

19. Você tem computador em casa?

A () Sim

B () Não

20. Com relação aos programas de computador, qual(is) programa (s) você sabe utilizar com facilidade? **(Marque mais de uma alternativa, se necessário).**

A () Editor de texto (Word e Writer).

B () Editor de planilha (Excel e Calc).

C () Editor de apresentação (Power point e Impress)

D () Sei o que são esses programas de computador, mas não utilizo.

E () Conheço e uso outros programas de computador.

Especifique:_____

21. Tem celular?

A () Sim B () Não

22. Você acessa a internet? **(Marque mais de uma alternativa, se necessário).**

A () Sim, de casa, por computador.

B () Sim, em Lan-house.

C () Sim, por telefonia móvel.

D () Não. Indique a razão:_____

22. Com qual finalidade você acessa a internet? **(Assinale as 4 principais).**

A () Pesquisar assuntos de interesse geral

B () Realizar pesquisas com finalidade de estudo

C () Ver filmes e vídeos.

D () Jogar.

E () Enviar e-mail.

F () Ler jornais e revistas *on line*.

G () Comunicar com os amigos por meio de Whatsapp ou outra rede social.

H () Fazer compras.

I () Consultar programações (salas de cinemas, espetáculos teatrais, exposições e *shows*).

J () Efetuar serviços bancários, como transferências e pagamentos de contas.

L () Efetuar inscrições em concursos, cursos e programas diversos.

M () Outros. Especifique:_____

CONSIDERAÇÕES FINAIS

23. Considerando TODAS as questões apresentadas anteriormente, ou mesmo outras situações não abordadas, você tem alguma observação? Salientamos que suas observações são de grande importância para esta pesquisa.

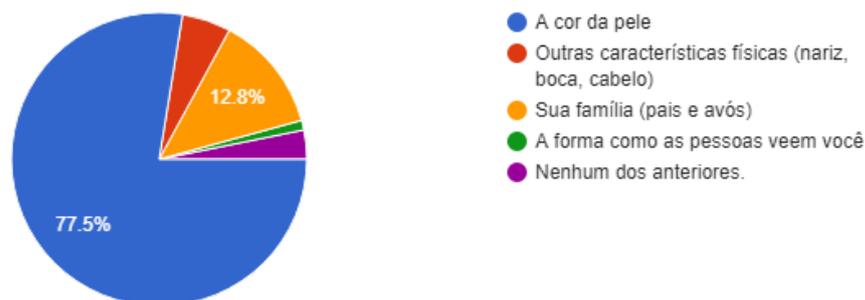
Agradecemos imensamente a sua colaboração!

B) OUTROS GRÁFICOS GERADOS A PARTIR DA PESQUISA EMPÍRICA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

4. Qual é o critério que você mais utiliza para definir a sua Raça/Cor?

187 responses



Outras características físicas = 5.3%

Como as pessoas me veem = 1,1%

Nenhum dos anteriores = 3,2%

***** Um participante deixou a resposta em branco**

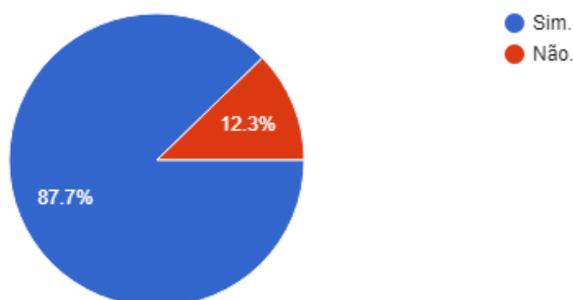
branco

Para os que responderam “**Nenhum dos anteriores**”, especificaram os seguintes critérios:

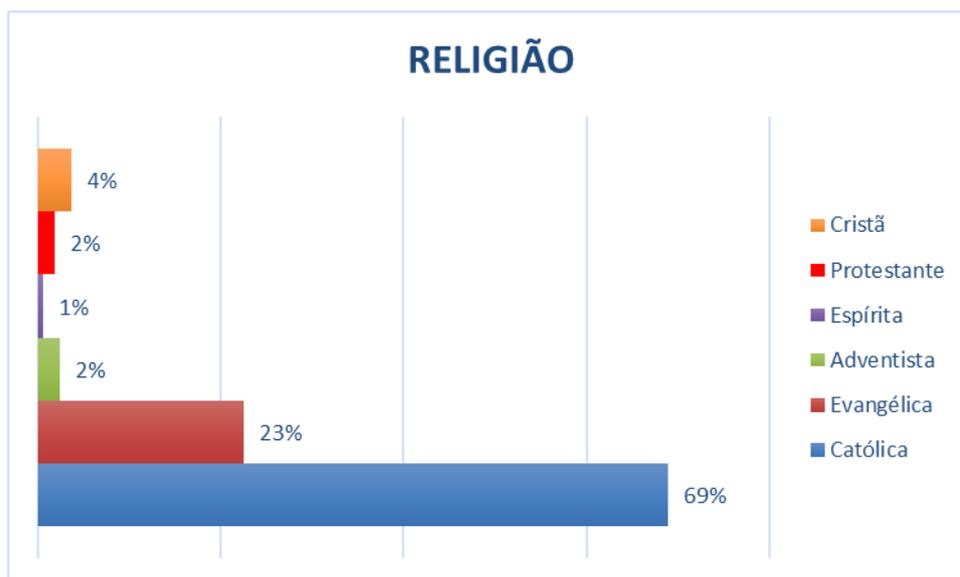
- minhas atitudes e meus impulsos hormonais.

5. Você é adepto de alguma religião?

187 responses



***** Um participante deixou a resposta em branco**



Cristã = Acreditam em Cristo e frequentam várias Igrejas

6. Naturalidade:

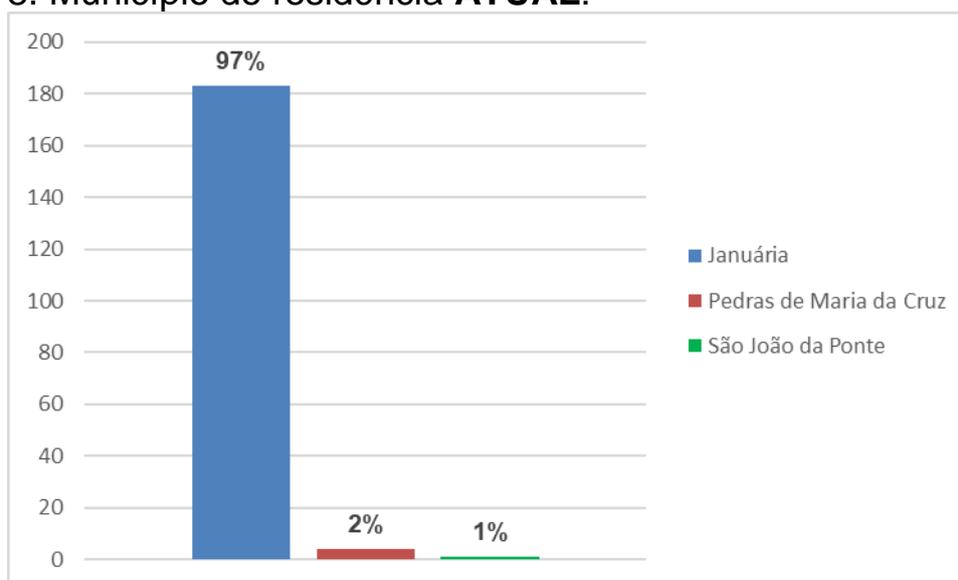
MINAS GERAIS		OUTROS ESTADOS	
Januária	108	Brasília (DF)	03
Montes Claros	21	Eunápolis (BA)	01
Itacarambi	07	Goiânia (GO)	01
São Francisco	06	Recife (PE)	01
Mirabela	06	Campo Grande (MS)	01
Manga	04	São Paulo (SP)	01
Brasília de Minas	03		
Montalvânia	02	TOTAL	08
Coração de Jesus	02		
Varzelândia	01		
Sete Lagoas	01		
Jaíba	01	Não responderam	17
Bocaiuva	01		
TOTAL	163		

7. Município **ANTES** de ingressar no IFNMG:

MINAS GERAIS		OUTROS ESTADOS	
Januária	136	Brasília (DF)	01
Itacarambi	08	Jaboticatubas (SP)	01
São Francisco	07		
Pedras de Maria da Cruz	06		
Varzelândia	05		
Bonito de Minas	03		

Cônego Marinho	03		
MINAS GERAIS		OUTROS ESTADOS	
São João do Pacuí	03		
Juvenília	02		
Manga	02		
Montalvânia	02		
Montes Claros	02		
São João das Missões	02		
Bocaiuva	01		
Ibiracatu	01		
Lontra	01		
São João da Ponte	01		
Sete Lagoas	01		
TOTAL	186		02

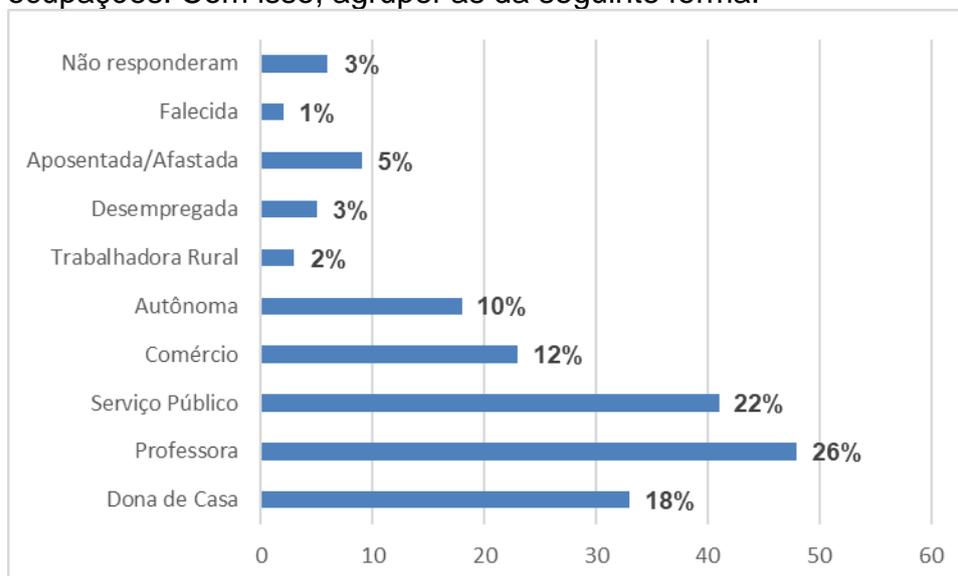
8. Município de residência **ATUAL**:



DADOS FAMILIARES (Escolaridade dos pais, moradia e renda familiar)

11. Ocupação da Mãe/Responsável:

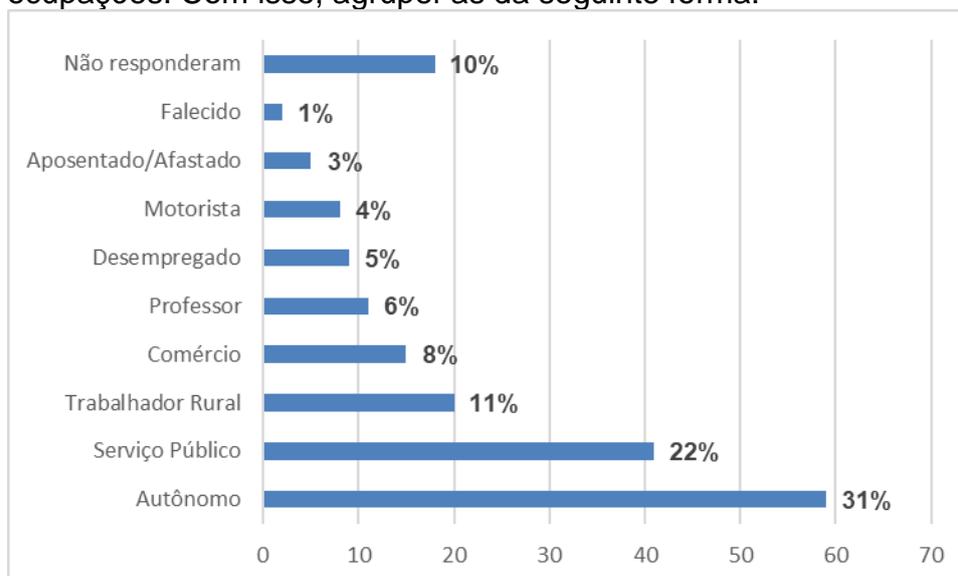
Como esta questão foi aberta, surgiram várias nomenclaturas para diversas ocupações. Com isso, agrupei-as da seguinte forma:



Ao responderem PROFESSORA, não especificaram se era de Escola Pública, ou Escola Privada ou Professora Particular (que é bastante comum na cidade). Para a opção COMÉRCIO, foram agrupadas aqueles que trabalham para algum estabelecimento comercial e, para aqueles que se classificaram como Empresários ou Comerciantes, estes, foram somados aos AUTÔNOMOS. Para os que responderam AFASTADA, justificaram que foi por motivo de saúde.

11. Ocupação do Pai/Responsável:

Como esta questão foi aberta, surgiram várias nomenclaturas para diversas ocupações. Com isso, agrupei-as da seguinte forma:

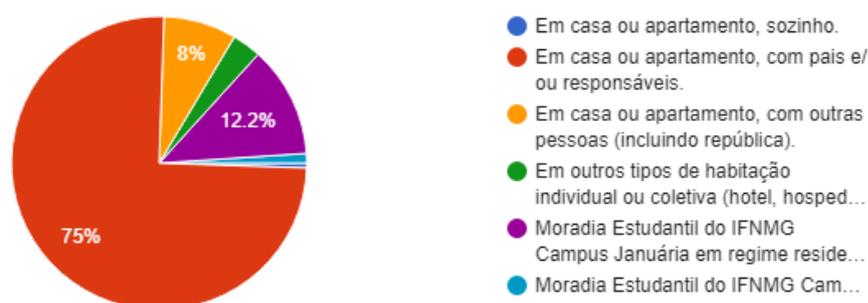


Ao responderem PROFESSOR, não especificaram se era de Escola Pública, ou Escola Privada ou Professora Particular (que é bastante comum na cidade). Para a

opção COMÉRCIO, foram agrupadas aqueles que trabalham para algum estabelecimento comercial e, para aqueles que se classificaram como Empresários ou Comerciantes, estes, foram somados aos AUTÔNOMOS. Para os que responderam AFASTADO, justificaram que foi por motivo de saúde. Destaque também para a categoria SERVIÇO PÚBLICO que 20% estão ligados ao Serviço Militar.

12. Onde e com quem você mora atualmente?

188 responses



Em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro) = 3,2%

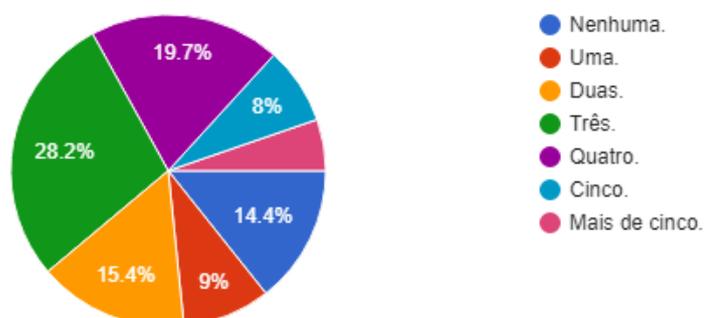
Em casa ou apartamento, sozinho = 0,5%

Moradia Estudantil do IFNMG Campus Januária em regime residencial INTERNATO = 12,2%

Moradia Estudantil do IFNMG Campus Januária em regime residencial SEMI-INTERNATO = 1,1%

13. Quantas pessoas da sua família moram com você? (Considere seus pais, irmãos e outros parentes que moram na mesma casa com você)

188 responses



Mais de cinco = 5,3%

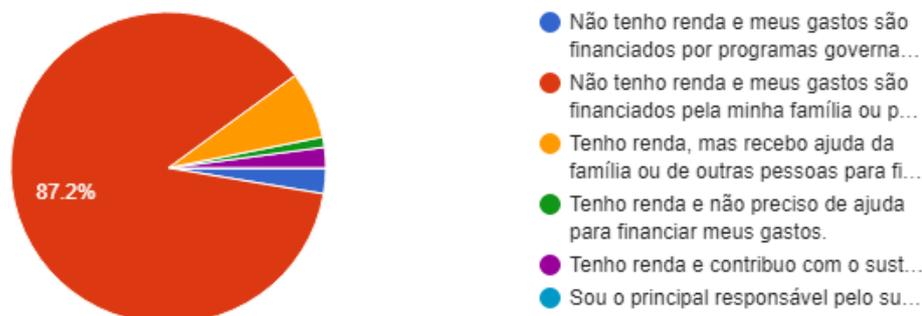
Acima de 6 a 10 salários mínimos = 5,3%

Acima de 10 salários mínimos = 2,2%

***** Dois participantes deixaram a resposta em branco**

16. Qual alternativa a seguir melhor descreve sua situação financeira:

188 responses



Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais = 2,7%

Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas = 87,2%

Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos = 6,9%

Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos = 1,1%

Tenho renda e contribuo com o sustento da família = 2,1%

Sou o principal responsável pelo sustento da família = 0%

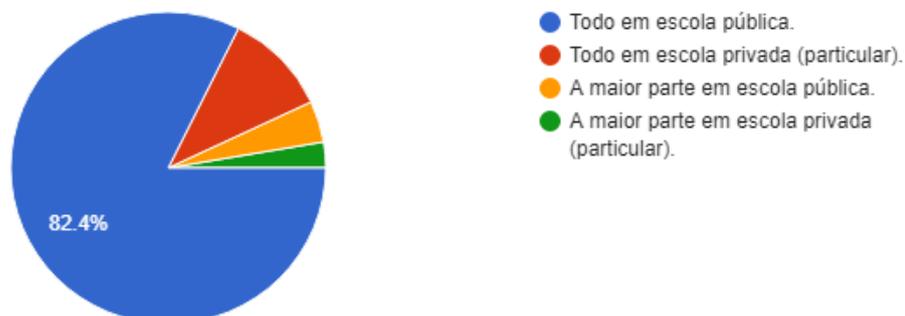
ENSINO BÁSICO

17. Município que concluiu o Ensino Fundamental:

MINAS GERAIS		OUTROS ESTADOS	
Januária	138	Jaboticatubas (SP)	01
Itacarambi	08		
São Francisco	07		
Pedras de Maria da Cruz	06		
Varzelândia	05		
Bonito de Minas	03		
Cônego Marinho	03		
São João do Pacuí	03		
Juvenília	02		
Manga	02		
Montalvânia	02		
Montes Claros	01		
São João das Missões	02		
Bocaiuva	01		
Ibiracatu	01		
Lontra	01		
São João da Ponte	01		
Sete Lagoas	01		
TOTAL	187		01

17. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?

187 responses



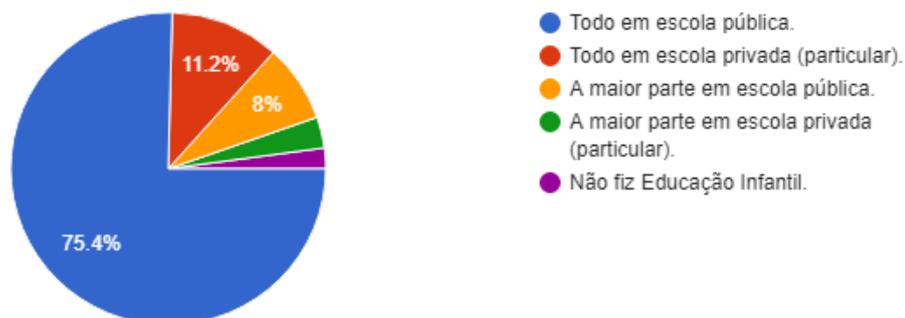
Todo em Escola Privada = 10,7% A maior parte em Escola Pública = 4,3%

A maior parte em Escola Privada = 2,7%

*****Um participante deixou a resposta em branco.**

18. Em que tipo de escola você cursou o ensino infantil?

187 responses

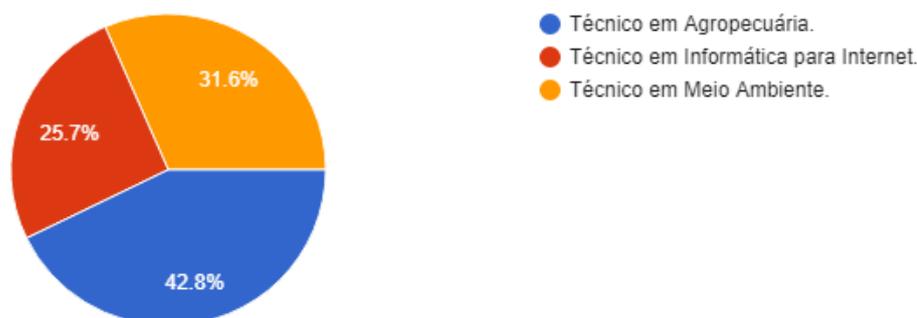


A maior parte em Escola Privada = 3,2% Não fez Educação Infantil = 2,1%

*****Um participante deixou a resposta em branco.**

19. Qual Curso Técnico Integrado ao Médio você faz no IFNMG Campus Januária?

187 responses



***Um participante deixou a resposta em branco.

Número de estudantes por Curso:

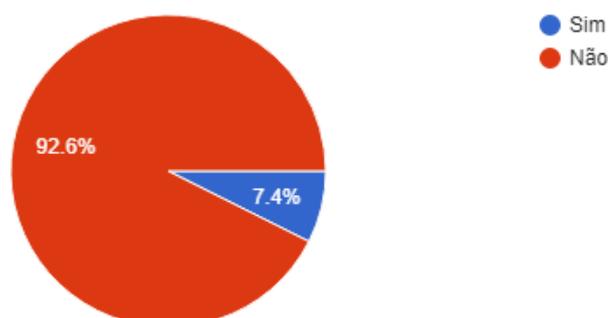
Técnico em Agropecuária = 128 estudantes divididos em 03 turmas. Durante a aplicação do questionário estiveram presentes 89 estudantes.

Técnico em Informática para Internet = 61 estudantes divididos em 02 turmas. Durante a aplicação do questionário estiveram presentes 50 estudantes.

Técnico em Meio Ambiente = 83 estudantes divididos em 02 turmas. Durante a aplicação do questionário estiveram presentes 49 estudantes.

20. Você já fez outro curso técnico?

188 responses

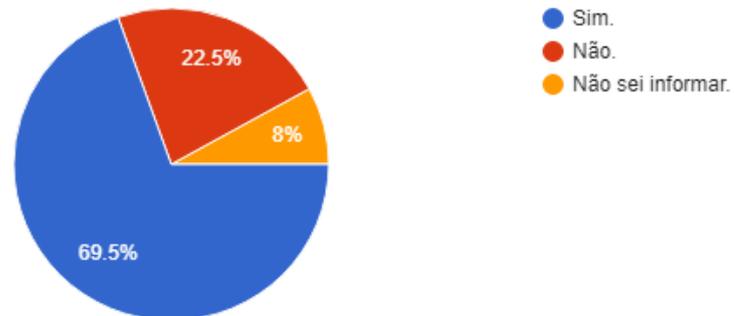


Entre os que responderam **SIM**, fizeram os Cursos de Técnico em Informática (8) e Técnico em Administração (5), num total de 13 estudantes. As duas Instituições responsáveis pelos Cursos foram a **CTEC (Montes Claros/MG - Informática)** e **Escola Estadual Pio XXII (Januária/MG - Projeto Rede - Administração e Informática)**.

INGRESSO NO IFNMG

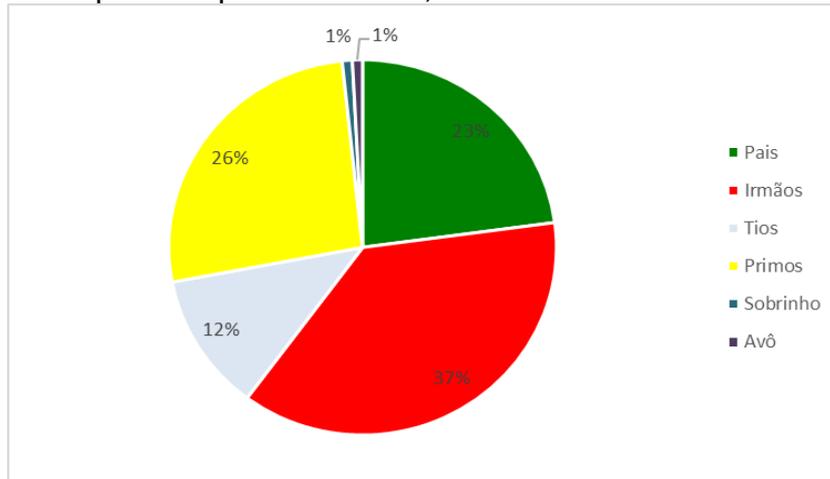
25. Alguém em sua família (pais, irmãos, parentes) estudou no IFNMG?

187 responses

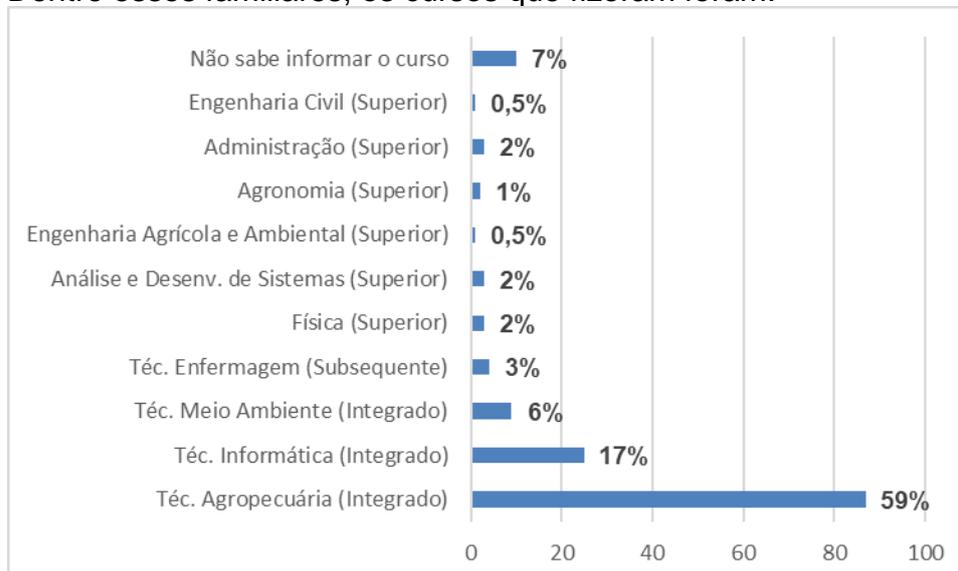


***Um participante deixou a resposta em branco

Para quem respondeu “SIM”, os familiares citados foram:



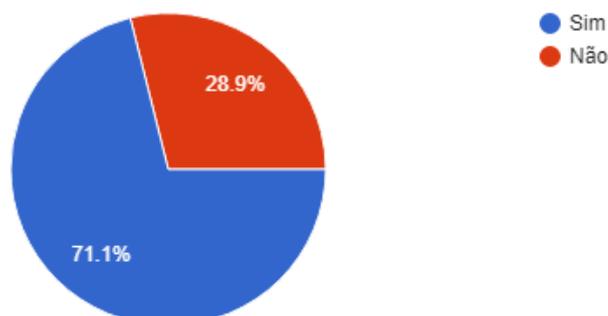
Dentre esses familiares, os cursos que fizeram foram:



USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

31. Você tem computador em casa?

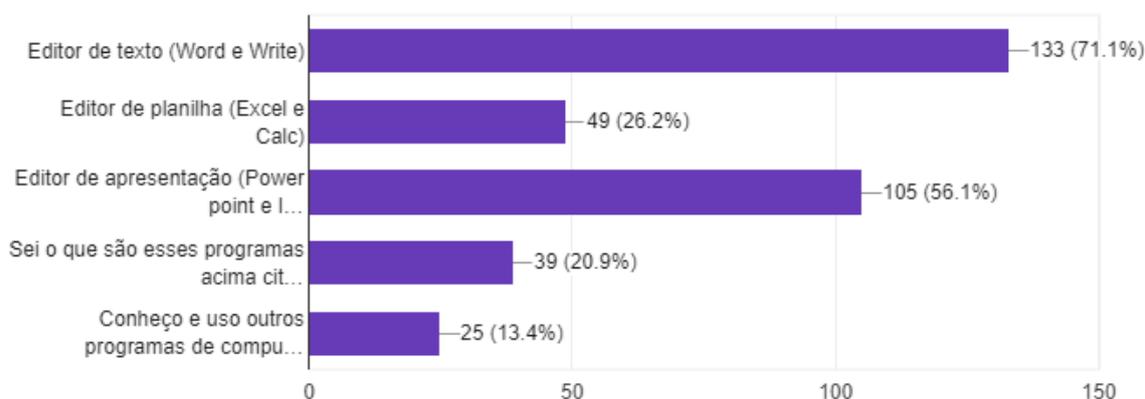
187 responses



***Um participante deixou a resposta em branco

32. Com relação aos programas de computador, qual(ais) programa(s) você sabe utilizar com facilidade? (MARQ... MAIS DE UMA OPÇÃO, SE NECESSÁRIO).

187 responses



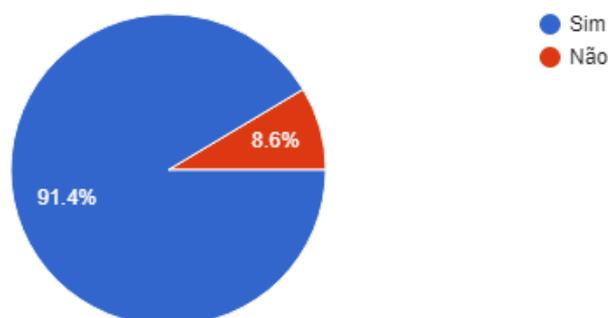
***Um participante deixou a resposta em branco

Para os que responderam “**CONHEÇO E USO OUTROS PROGRAMAS DE COMPUTADOR**” (25 respostas), citaram:

- Editores de imagens e vídeo = 13
- Editores de games e Games diversos = 10
- Não especificaram = 2

34. Tem celular?

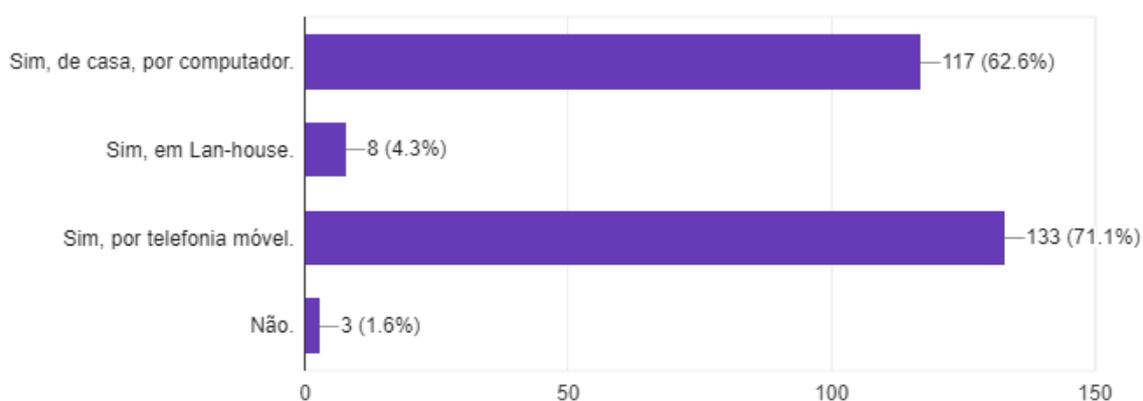
185 respostas



***Três participantes deixaram a resposta em branco

35. Você acessa a internet: (MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO, SE NECESSÁRIO)

187 respostas



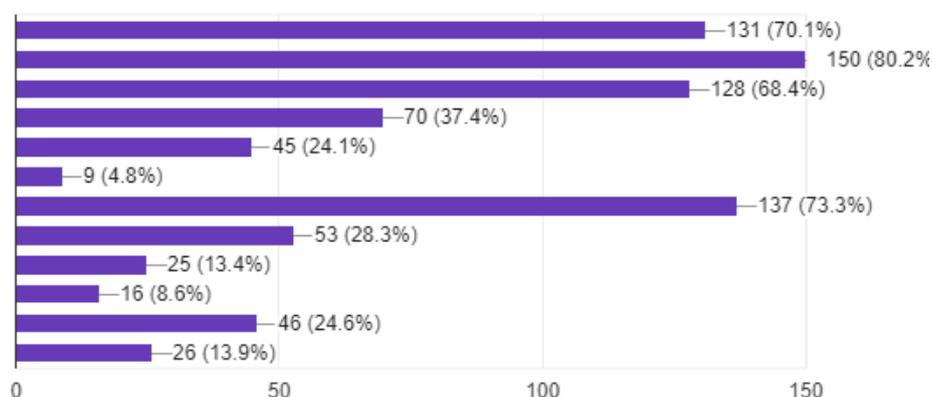
***Um participante deixou a resposta em branco

Para os que responderam “NÃO” (3 respostas), citaram os seguintes motivos:

- Só acessa na escola = 1
- Não tem condições de pagar um plano de internet = 1
- Não especificou = 1

37. Com qual finalidade você acessa a internet? (ASSINALE AS 4 PRINCIPAIS)

187 responses



***Um participante deixou a resposta em branco

Detalhamento do Gráfico acima (Sequência de cima para baixo):

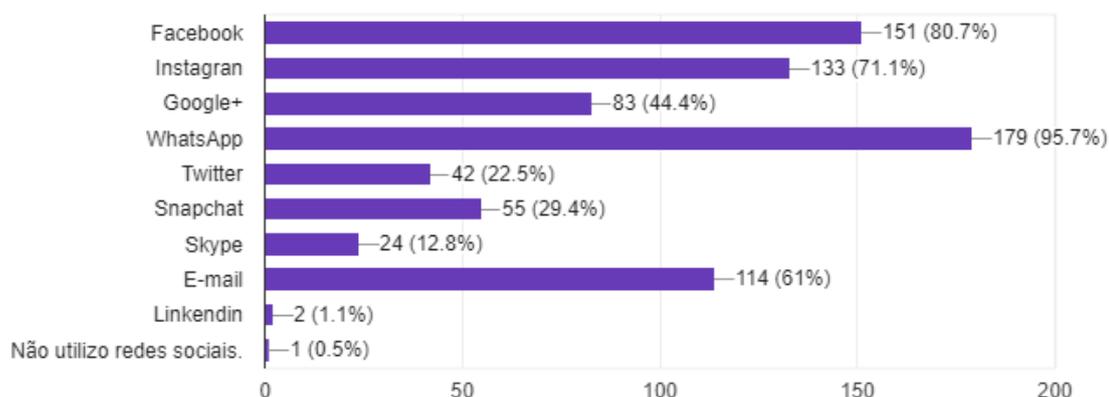
- Assuntos de interesse geral = **131**
- Realizar pesquisas com finalidade de estudo = **150**
- Ver filmes e vídeos = **128**
- Jogar = **70**
- Enviar e-mail = **45**
- Ler jornais e revistas *online* = **9**
- Comunicar com os amigos por meio de WhatsApp ou outra rede social = **137**
- Fazer compras = **53**
- Consultar programações (Salas de cinemas, espetáculos teatrais, exposições e *shows*) = **25**
- Efetuar serviços bancários, como transferências e pagamentos de contas = **16**
- Efetuar inscrições em concursos, cursos e programas diversos = **46**
- Outros = **26**

As **QUATRO** mais citadas foram:



38. Qual(ais) rede(s) social(ais) você utiliza? (MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO, SE NECESSÁRIO)

187 responses



***Um participante deixou a resposta em branco

O único que respondeu “NÃO UTILIZO REDES SOCIAIS” não especificou o motivo.

Outras REDES SOCIAIS que têm acesso:

- Messenger/Plus Messenger = 5
- Amino = 5
- Arena = 1
- Spirit Fanfic = 1
- Duo = 1
- Pinterest = 3
- Telegram = 1
- Tumblr = 1
- Youtube = 14
- Discord = 2
- Chat online
- MeetMe = 2
- Wattpad = 1
- League of Friends = 1